

Relatório de

ATIVIDADES E CONTAS

2025



UAç
UNIVERSIDADE
DOS AÇORES

índice

Enquadramento	4
Nota Introdutória	5
Missão, Objetivos e Organização da Universidade dos Açores	7
I Atividades	9
1. Comunidade Académica	10
1.1. Docentes	10
1.2. Investigadores	16
1.3. Trabalhadores não Docentes e não Investigadores	20
1.4. Bolseiros e Colaboradores Eventuais	23
1.5. Relação entre os Grupos da Comunidade Académica	23
2. Ensino	25
2.1. Número de Alunos Inscritos	25
2.2. Número de Alunos Matriculados pela primeira vez na UAc	26
2.3. Melhoria das Infraestruturas de Ensino e Reequipamento Pedagógico	28
3. Formação Complementar	29
3.1. Formação dos Trabalhadores da UAc	29
3.2. Cursos de Curta Duração	31
3.3. Academia Sénior	32
3.4. Academia Júnior	33
3.5. Academia das Artes	34
4. Mobilidade	36
4.1. Mobilidade Erasmus+	36
4.2. Outras Mobilidades	38
5. Investigação e Desenvolvimento	40
5.1. Unidades de Investigação e de Apoio ao Ensino	40
5.2. Projetos de I&D	40
5.3. Serviços de I&D	42
5.4. Outras Iniciativas de I&D	43
6. Inovação e Empreendedorismo	46
7. Infraestruturas, Tecnologias e Edificado	48
7.1. Tecnologias de Informação e Comunicação	48
7.2. Infraestruturas do Edificado: Investimento e Manutenção	49
7.2.1. Reabilitação e Conservação do Edificado	49
7.2.2. Qualificação e Adaptação de Espaços	50
7.2.3. Infraestruturas Técnicas e Especializadas	50
7.2.4. Eficiência Energética, Manutenção e Operação	50
8. Celebrações do Cinquentenário da UAc	51
9. Protocolos e Acordos	55
II Relato Financeiro	57
1. Análise Financeira	59
1.1. Balanço	59
1.1.1. Ativo	61
1.1.2. Património Líquido e Passivo	62

1.2. Demonstração de Resultados	63
1.2.1. Rendimentos e Ganhos	63
1.2.2. Gastos e Perdas	64
1.2.3. Resultados	67
2. Análise Orçamental	68
2.1. Desempenho Orçamental	68
2.2. Alterações Orçamentais	70
2.3. Execução Orçamental da Receita	70
2.3.1. Grau de Execução da Receita	73
2.3.2. Propinas	79
2.4. Execução Orçamental da Despesa	82
2.4.1. Grau de Execução da Despesa	82
2.4.2. Despesas com Pessoal	85
2.4.3. Despesas com Aquisição de Bens e Serviços	88
3. Contabilidade de Gestão	92
3.1. Estrutura Organizacional	92
3.2. Considerações Prévias	93
3.3. Sistema de Informação	95
3.4. Sistema de Custeio	95
3.5. Metodologia de Implementação	96
3.6. Critérios de Imputação	96
3.7. Reporte da Contabilidade de Gestão	98
3.7.1. Resultados por Funções	98
3.7.2. Resultado da Atividade de Ensino	100
3.7.3. Resultado da Atividade de Investigação	101
3.7.4. Resultado da Atividade de Prestação de Serviços à Comunidade	103
3.7.5. Rendimentos e Gastos não Incorporados	105
4. Nota Final	106
5. Proposta de Aprovação das Contas e da Aplicação dos Resultados	107
6. Demonstrações Financeiras	108
6.1. Balanço	108
6.2. Demonstração de Resultados por Natureza	109
6.3. Demonstrações de Alterações ao Património Líquido	110
6.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa	111
6.5. Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024	112
7. Demonstrações Orçamentais	138
7.1. Demonstração do Desempenho Orçamental	138
7.2. Demonstração de Execução Orçamental da Receita	140
7.3. Demonstração de Execução Orçamental da Despesa	141
7.4. Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos	142
7.5. Anexo às Demonstrações Orçamentais em 31 de dezembro de 2025	143
III. Documentos do Órgão de Fiscalização	150
IV. Declarações Previstas no Artigo 15.º da Lei n.º8/2012, de 21 de fevereiro, relativas à Assunção de Compromissos e aos Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas	159

Enquadramento

O Relatório de Atividades e Contas da Universidade dos Açores (UAç) que ora se apresenta reporta-se ao ano de 2025 e enquadra-se no disposto no artigo 92.º n.º 1 alínea a) iii) e iv) da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, publicada no Diário da República, 1.ª série, N.º 174, que estabelece o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), e nas alíneas iii) e iv), da alínea a) do n.º 1 do artigo 83.º do Despacho Normativo n.º 8/2022, de 1 de junho, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 106, que aprovou os Estatutos da Universidade dos Açores, nos termos dos quais incumbe ao reitor elaborar e apresentar ao Conselho Geral o relatório anual de atividades e contas, acompanhado do parecer do fiscal único, para efeitos de aprovação.

Nota Introdutória

O presente Relatório de Atividades e Contas da Universidade dos Açores, referente ao ano de 2025, apresenta uma visão integrada e sistematizada do desempenho institucional ao longo do período em análise, reunindo informação detalhada sobre as principais atividades desenvolvidas nos domínios do ensino, da formação complementar, da investigação, da inovação e empreendedorismo, da mobilidade e da extensão à comunidade.

Num contexto marcado por desafios estruturais e oportunidades estratégicas, a Universidade dos Açores reafirmou o seu compromisso com a excelência académica, científica e organizacional, promovendo iniciativas orientadas para a valorização do conhecimento, a qualificação dos seus recursos humanos e o reforço do seu papel enquanto agente de desenvolvimento regional, nacional e internacional.

O presente relatório visa, assim, proporcionar uma leitura clara dos progressos alcançados, evidenciando a concretização dos objetivos estratégicos definidos e reforçando a missão de serviço público que norteia a atuação da UAc.

Do ponto de vista económico-financeiro, o documento integra uma análise detalhada da execução orçamental e da situação patrimonial da instituição, assegurando a transparência e a prestação de contas perante a comunidade académica e a sociedade em geral, bem como evidenciando a sustentabilidade da sua atividade em 2025, num contexto de crescente exigência ao nível da gestão eficiente dos recursos públicos.

No decurso de 2025, a Universidade dos Açores prosseguiu a consolidação da sua atividade científica e pedagógica, com destaque para:

- o reforço da participação em projetos de investigação de âmbito nacional e internacional, evidenciado pelo aumento da atividade científica e da captação de financiamento competitivo;
- a continuidade da execução de programas financiados por fundos europeus, designadamente no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, com especial destaque para a construção de novas residências universitárias, enquanto investimento estruturante na melhoria das condições de alojamento estudantil e no reforço da atratividade da UAc;
- o investimento na modernização das infraestruturas pedagógicas e tecnológicas, incluindo o reforço de equipamentos e soluções de apoio ao ensino digital e híbrido;
- e o desenvolvimento de iniciativas de inovação pedagógica e digital, orientadas para a melhoria contínua da qualidade do ensino e da aprendizagem.

No plano académico, registaram-se dinâmicas diferenciadas na evolução do número de estudantes, com ajustamentos decorrentes de fatores externos ao sistema de ensino superior, a par de um reforço da oferta formativa em áreas estratégicas, nomeadamente ao nível da formação pós-graduada e especializada.

Em matéria de internacionalização, a UAc reforçou a sua integração em redes e consórcios europeus, potenciando sinergias científicas e académicas, bem como a mobilidade de estudantes, docentes e investigadores, contribuindo para o aumento da sua visibilidade e competitividade no espaço europeu do ensino superior.

Paralelamente, o ano de 2025 ficou igualmente marcado por transformações ao nível dos recursos humanos, designadamente em resultado de processos de aposentação e da consequente renovação geracional, traduzindo simultaneamente desafios ao nível da preservação do conhecimento institucional e oportunidades de rejuvenescimento e qualificação dos quadros.

No plano institucional, o ano de 2025 assumiu um significado particularmente relevante ao assinalar o cinquentenário da Universidade dos Açores, momento simbólico de celebração do percurso histórico da instituição e de reflexão estratégica sobre o seu futuro, comemorado a 9 de janeiro de 2026. As ações comemorativas desenvolvidas ao longo do ano constituíram uma oportunidade para valorizar o contributo da UAc para o desenvolvimento científico, educativo, cultural e socioeconómico da Região Autónoma dos Açores, bem como para reforçar a sua identidade e projeção externa. Este marco histórico foi igualmente aproveitado para promover iniciativas de aproximação à comunidade, consolidar parcerias institucionais e afirmar o papel da Universidade enquanto agente central na construção de um futuro sustentável e inovador para a Região.

A todos quantos contribuíram para a atividade da Universidade dos Açores ao longo deste ano – docentes, investigadores, trabalhadores técnicos, administrativos, de gestão e operacionais, estudantes e parceiros institucionais – é devido um reconhecimento pelo empenho, dedicação e sentido de missão demonstrados.

Ponta Delgada, 17 de março de 2026.

A Reitora

Susana Mira Leal

Missão, Objetivos e Organização da Universidade dos Açores

Missão

A UAc tem por missão criar e difundir cultura, conhecimento e tecnologia, no respeito pela liberdade de pensamento e na valorização do exercício crítico, contribuindo para a educação superior e para a construção de uma sociedade inspirada em valores humanistas, que promova o desenvolvimento sustentável e o bem-estar através do saber, da criatividade, da iniciativa e da cooperação.

Objetivos

São objetivos da Universidade:

- a)** Contribuir, através do ensino e da investigação, para a criação, compreensão e divulgação da ciência, da tecnologia, das artes e das humanidades;
- b)** Contribuir para a melhoria do nível de qualificação dos cidadãos e para o bem-estar da comunidade;
- c)** Aprofundar a prática dos direitos e deveres no exercício da cidadania;
- d)** Reforçar a igualdade de oportunidades no acesso à educação e ao emprego;
- e)** Participar ativamente na definição e avaliação de políticas públicas e na identificação de prioridades e necessidades nacionais e regionais;
- f)** Contribuir para a construção da identidade cultural e ambiental da Região Autónoma dos Açores;
- g)** Contribuir para a sustentabilidade económica e social da Região Autónoma dos Açores;
- h)** Estreitar a cooperação regional, nacional e internacional e facilitar a aproximação entre povos e culturas.

Organização

A Universidade dos Açores (UAc) compreende como órgãos de governo o conselho geral, o reitor e o conselho de gestão.

Em 2025 é constituída pelas vice-reitorias para o ensino e a gestão académica, para a administração, planeamento e infraestruturas, para os estudantes, bem-estar e comunicação institucional, e para a ciência, inovação e transferência de conhecimento. Conta ainda com as pró-reitorias para a qualidade e inovação pedagógica, para a cooperação, internacionalização e ensino à distância, para os alumni e projetos culturais, para o *campus* da Horta e para o *campus* de Angra do Heroísmo.

No que respeita aos órgãos de coordenação e consulta, a UAc conta com o senado, o conselho das unidades orgânicas de ensino e de investigação e o conselho das unidades de investigação, estando os conselhos científico, técnico-científico e pedagógico na alçada das Faculdades e Escolas.

No final do ano de 2025, a UAc compreendia como unidades orgânicas de ensino e de investigação (UOEI) a Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente (FCAA), a Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) e a Faculdade de Economia e Gestão (FEG), assim como a Escola Superior de Saúde (ESS) e a Escola Superior de Tecnologias e Administração (ESTA).

No que respeita às unidades orgânicas de investigação (UOI), a par das demais unidades de I&D, com responsabilidades no apoio científico e laboratorial ao ensino em particular aos cursos de 2.º e 3.º ciclo, existiam em 2025 o Instituto de Investigação e Tecnologias Agrárias e do Ambiente (IITAA), o Instituto de Investigação em Vulcanologia e Avaliação de Riscos (IVAR) e o Instituto de Investigação em Ciências do Mar (OKEANOS).

Quanto aos serviços gerais, a UAc contou com os seguintes serviços: Serviço da Reitoria, Serviço de Gestão Académica, Serviço de Tecnologias de Informação e Comunicação, Serviço de Ciência e Tecnologia, Serviço de Recursos Humanos, Serviço de Recursos Financeiros, Serviço de Aquisições e Património e Serviço Infraestruturas, Segurança e Ambiente. Adicionalmente, beneficiou também dos Serviços de Ação Social Escolar (SASE).

Como unidades de extensão cultural, contou-se com a Academia Sénior, Academia Júnior e Academia das Artes, o Centro de Formação Complementar, a Biblioteca, Arquivo e Museu (BAM). Acresce o funcionamento da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica (InUAc) e o Centro de Resposta a Emergências.

CAPÍTULO I

ATIVIDADES



- 1. Comunidade Académica**
- 2. Ensino**
- 3. Formação Complementar**
- 4. Mobilidade**
- 5. Investigação e Desenvolvimento**
- 6. Inovação e Empreendedorismo**
- 7. Infraestruturas, Tecnologias e Edificado**
- 8. Celebrações do Cinquentenário da UAc**
- 9. Protocolos e Acordos**

1. Comunidade Académica

1.1 Docentes

No que se refere ao corpo docente, o número de docentes do quadro de pessoal da UAc em regime permanente tem-se mantido relativamente estável ao longo dos últimos anos. As flutuações são fruto de aposentações cujas substituições estão em curso. Como reflexo desta situação, no ano de 2025 verificou-se um ligeiro aumento do número de docentes contratados e de leitores (Figura 1.1). No corpo docente permanente ocorreu um acréscimo no subsistema Universitário e decréscimo no subsistema Politécnico. (Figura 1.2).

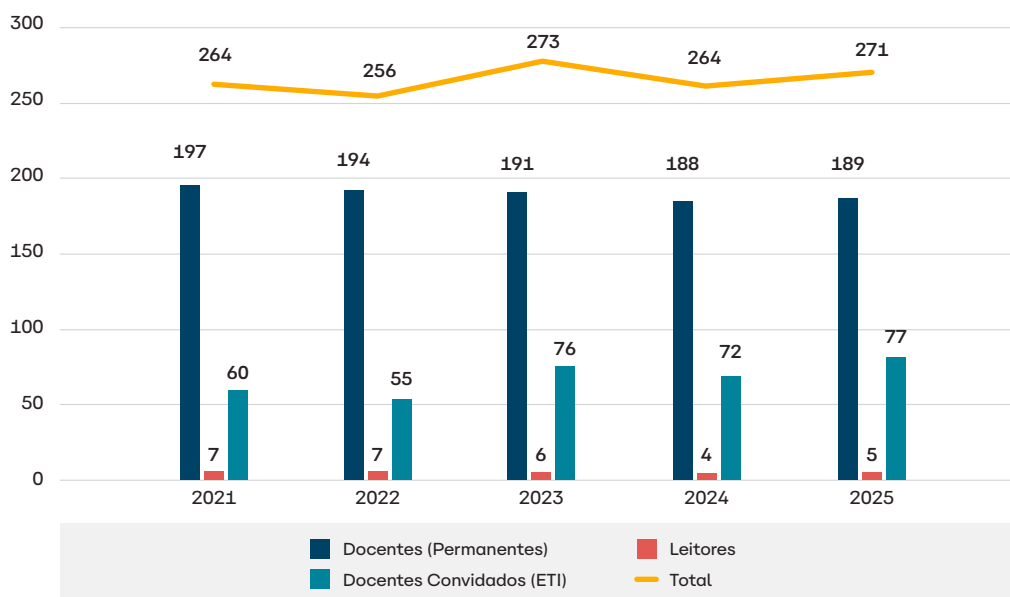


Figura 1.1 | Evolução do Número de Docentes do Mapa de Pessoal (Permanentes e Temporários)



O NÚMERO DE DOCENTES DO QUADRO DE PESSOAL DA UAc EM REGIME PERMANENTE TEM-SE MANTIDO ESTÁVEL AO LONGO DOS ÚLTIMOS ANOS (...)

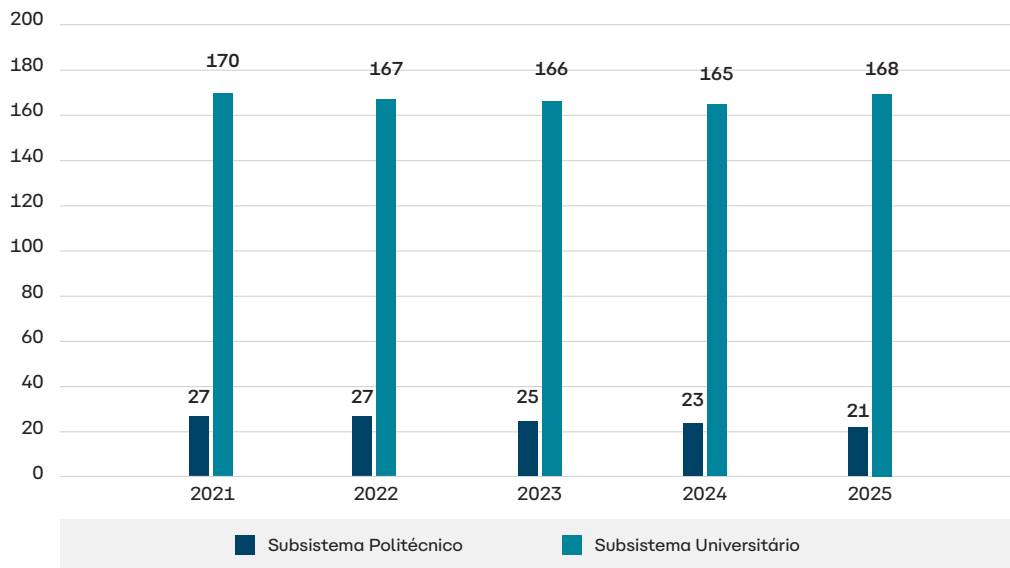


Figura 1.2 | Evolução do Número de Docentes do Mapa de Pessoal Permanente dos Subsistemas Universitário e Politécnico

No que respeita à distribuição por género, constata-se que, em termos de pessoal docente permanente, a UAc mantém o equilíbrio ao longo dos anos (Figura 1.3), apresentando, em 2025, 49% de homens e 51% mulheres (Figura 1.4). Não obstante, a análise da questão ao nível dos subsistemas permite constatar que no universitário o número de homens e mulheres é idêntico, enquanto no subsistema politécnico, 62% do corpo docente é constituído por mulheres (Figuras 1.5 e 1.6).

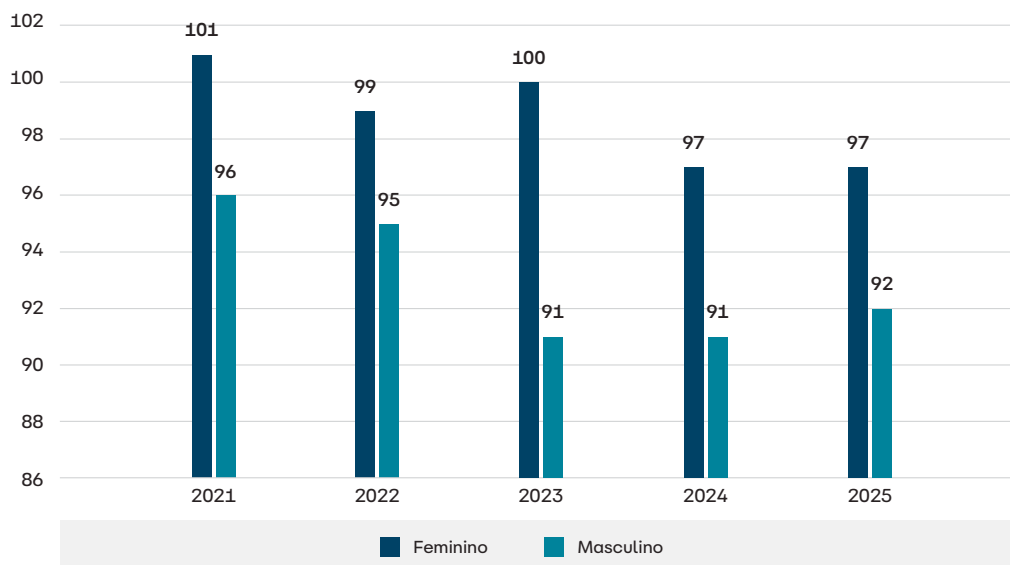


Figura 1.3 | Evolução da Distribuição dos Docentes do Mapa de Pessoal Permanente por Género

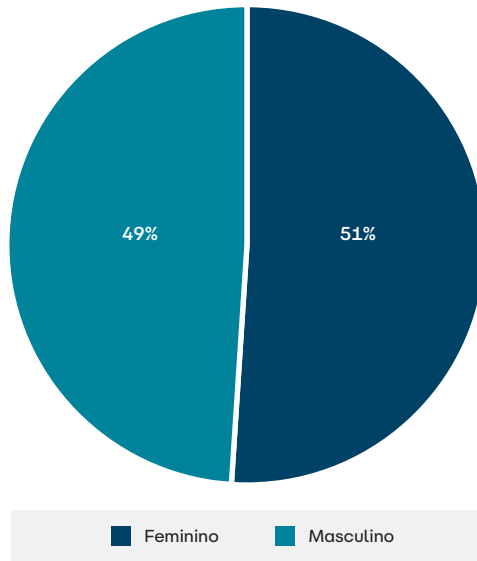


Figura 1.4 | Distribuição dos Docentes do Mapa de Pessoal Permanente por Género em 2025

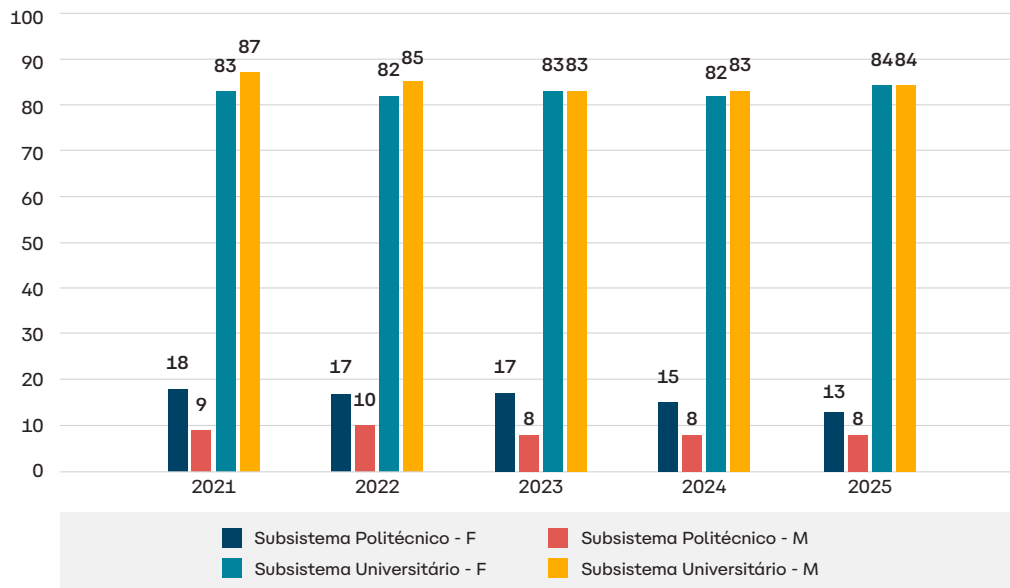


Figura 1.5 | Evolução da Distribuição dos Docentes do Mapa de Pessoal Permanente por Género nos Subsistemas Universitário e Politécnico

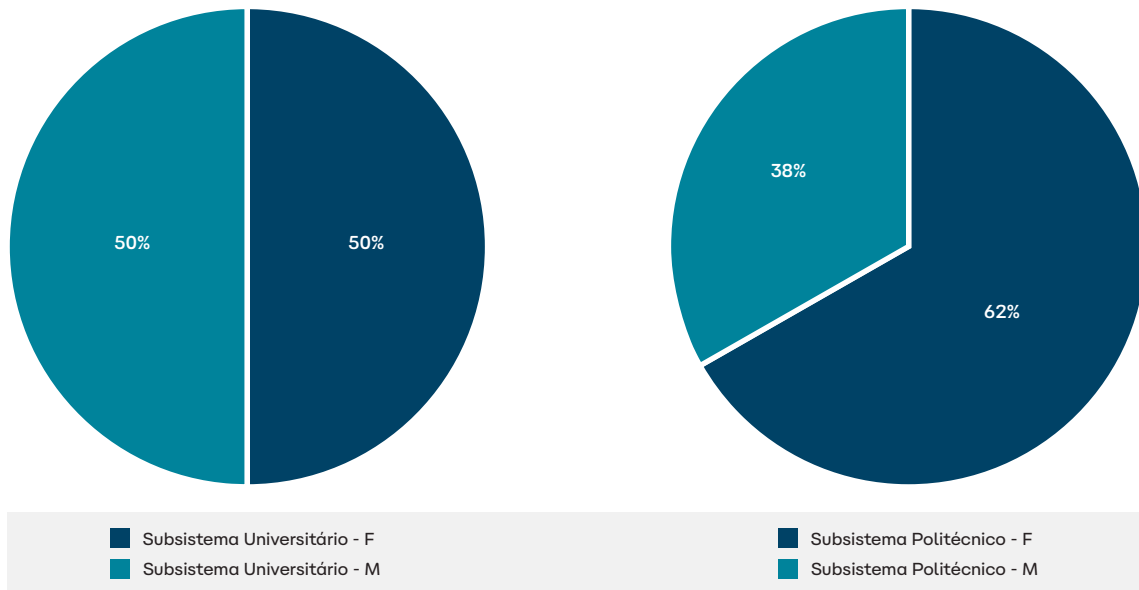


Figura 1.6 | Distribuição dos Docentes do Mapa de Pessoal Permanente por Género em 2025

Em termos médios, a idade média dos docentes da UAc desceu, em 2025, para 55 anos (Figuras 1.7 e 1.8). Tal situação deverá melhorar fruto do número de concursos internacionais de recrutamento para professores que iniciaram em 2025. Denota-se algum crescimento no ingresso na carreira académica na faixa etária dos 31-40 anos, contudo, ainda não suficiente para melhorar este indicador. Esta situação deve-se ao facto de no sistema universitário, o início da carreira docente obrigar ao grau de Doutor.

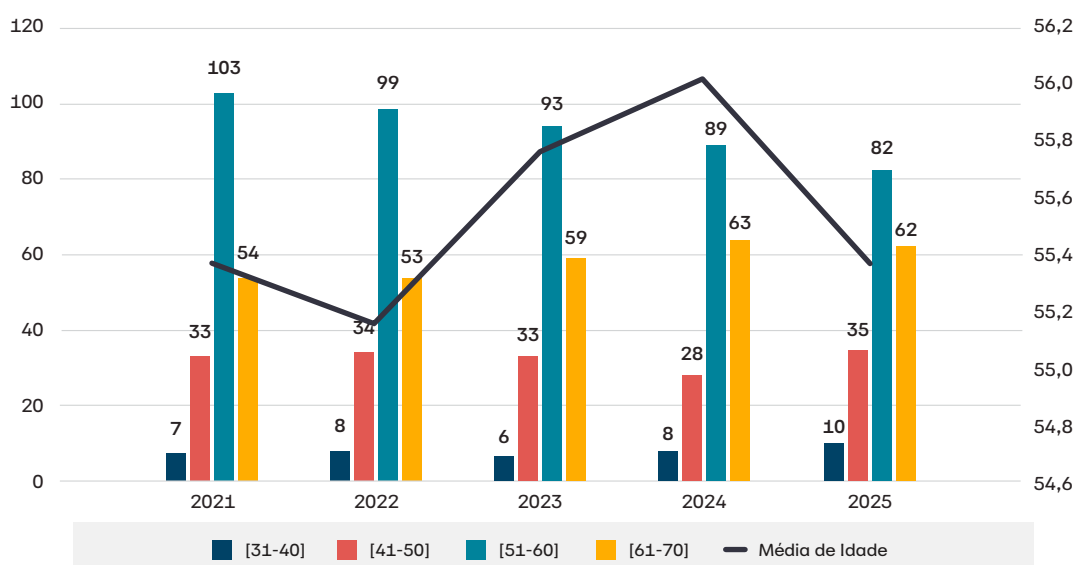


Figura 1.7 | Evolução da Distribuição dos Docentes do Mapa de Pessoal Permanente por Faixa Etária e da Média de Idades

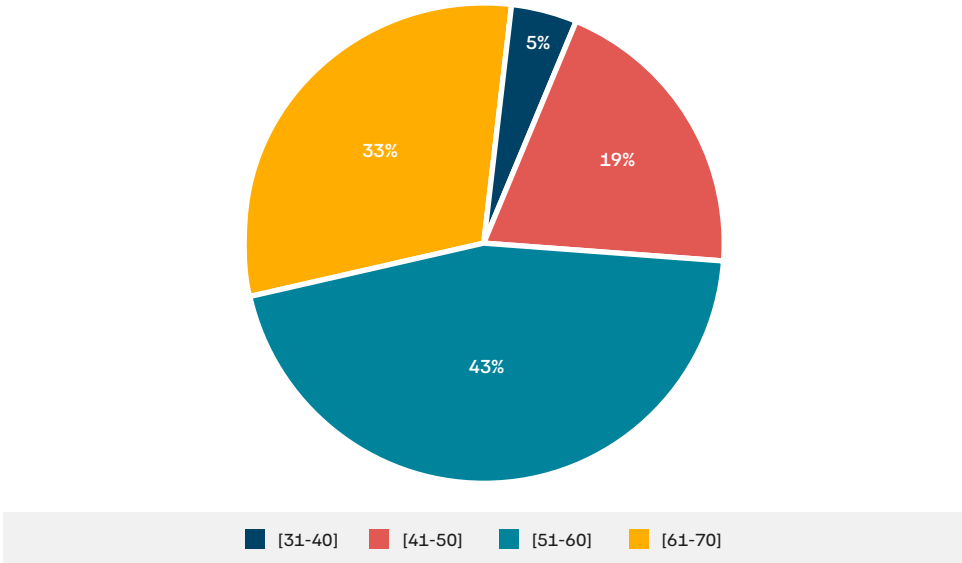


Figura 1.8 | Distribuição dos Docentes do Mapa de Pessoal Permanente por Faixa Etária em 2025

No que respeita a categorias, em 2025 o número de professores associados e catedráticos (com *tenure*) mantém-se, assegurando o rácio mínimo de professores com *tenure* no sistema universitário (50%) requerido no Estatuto de Carreira Docente Universitária (ECDU) que apontam para percentagens de professores com *tenure* entre 50% e 70%.

Verifica-se ainda um ligeiro acréscimo nos professores auxiliares (Figuras 1.9 e 1.10) fruto das contratações recentes.

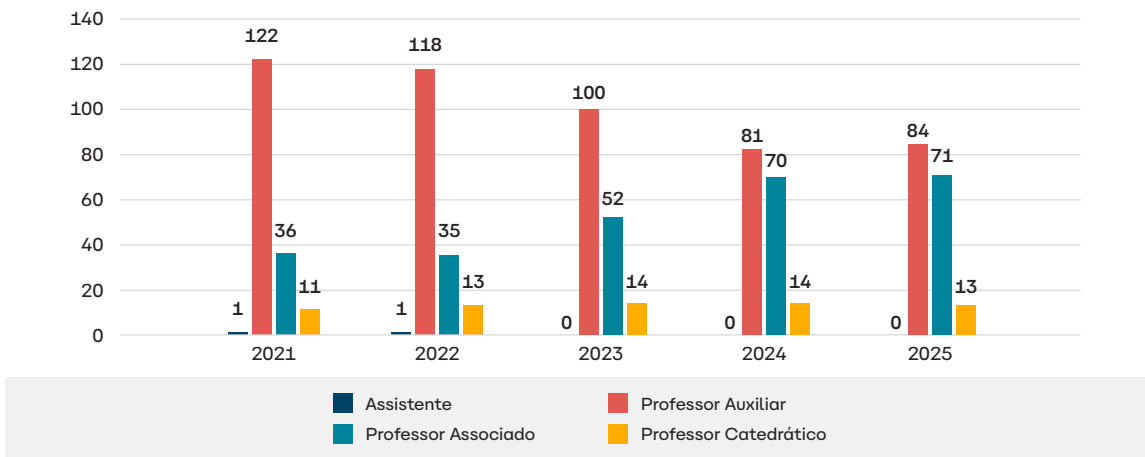


Figura 1.9 | Evolução da Distribuição dos Docentes do Mapa de Pessoal Permanente do Subsistema Universitário por Categoria

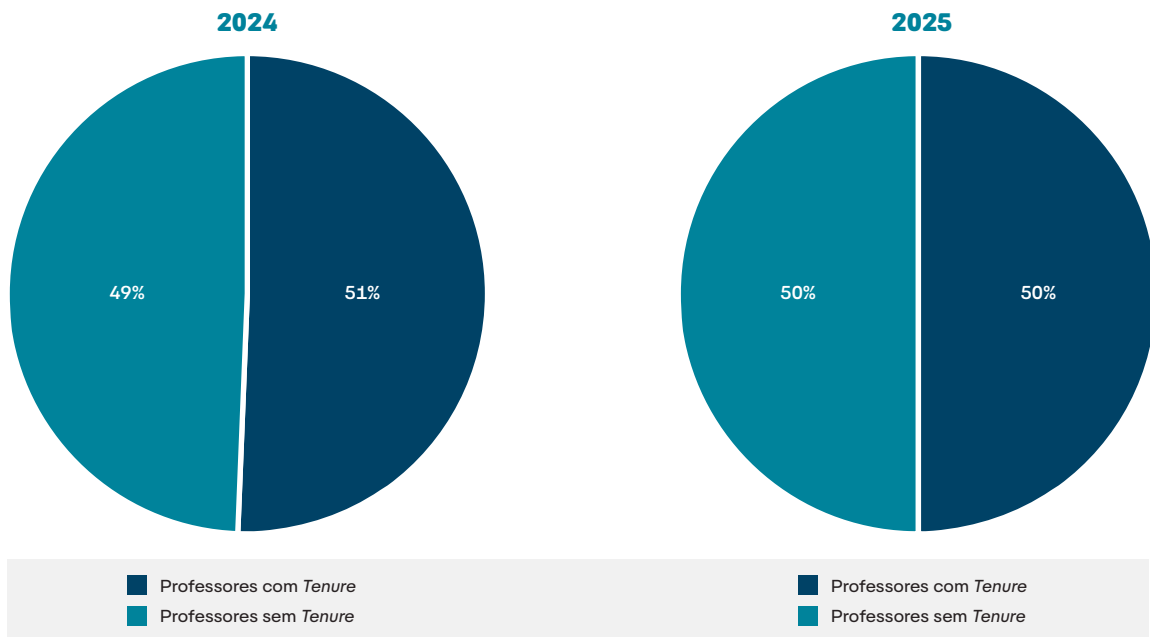


Figura 1.10 | Percentagem de Docentes do Mapa de Pessoal Permanente do Subsistema Universitário com e sem Tenure

No subsistema politécnico, por via das aposentações ocorridas, verificou-se uma redução do número de Professores com *tenure*, mantendo-se o número de professores sem *tenure* (Figura 1.11) provocando, em termos de rácio, um decréscimo de 4% nos Professores com *tenure* e um aumento na mesma proporção nos Professores sem *tenure* (Figura 1.12), situação esta que se estima que seja regularizada no ano de 2026, fruto da política de abertura de concurso que será seguida.

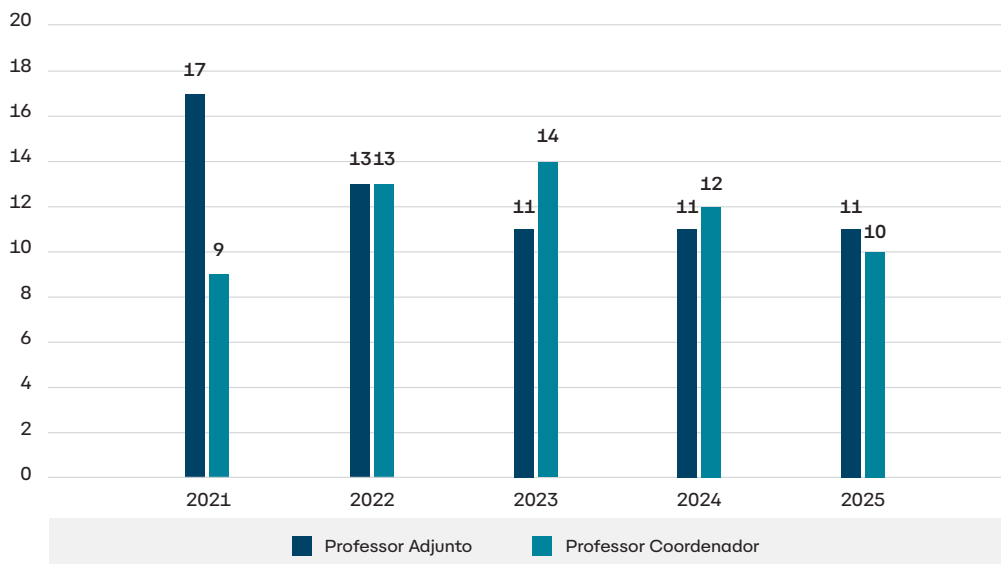


Figura 1.11 | Evolução da Distribuição dos Docentes do Mapa de Pessoal Permanente do Subsistema Politécnico por Categoria

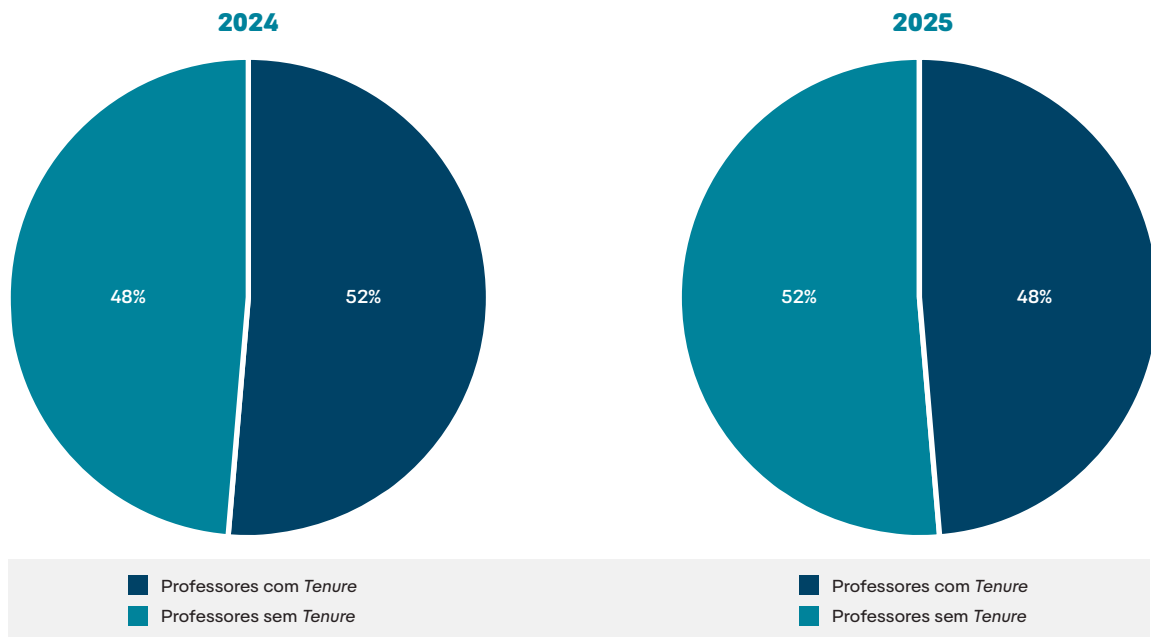


Figura 1.12 | Percentagem de Docentes do Mapa de Pessoal Permanente do Subsistema Politécnico com e sem *Tenure*

1.2 Investigadores

O número total de investigadores permanentes na UAc apresenta, em 2025, um crescimento relativamente a 2024 que resultou do esforço da instituição em preencher lugares do quadro que haviam sido deixados vagos por aposentações, recorrendo em alguns casos ao instrumento financeiro FCT *tenure*. A UAc conta atualmente com 17 investigadores de carreira e 19 investigadores a termo certo (Figura 1.13).

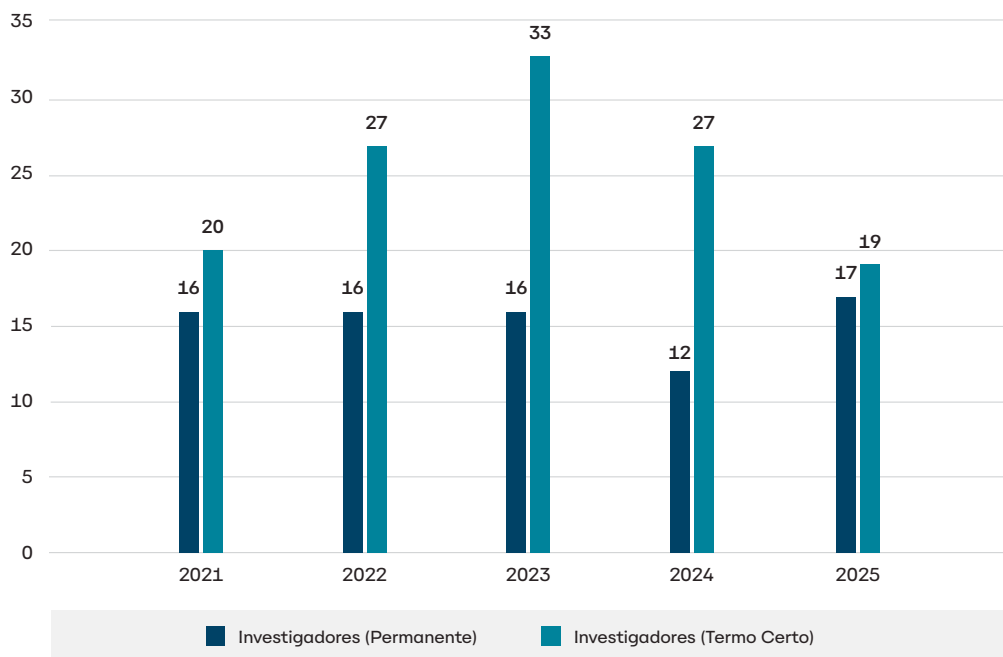


Figura 1.13 | Evolução do Número Total de Investigadores do Mapa de Pessoal (Permanentes e a Termo Certo)

Na carreira de investigação predominam os investigadores na categoria de auxiliar (Figuras 1.14 e 1.15), que atingem cerca de 76% do total, verificando-se uma preponderância de investigadores do género masculino (59%) (Figuras 1.16 e 1.17). A UAc preencheu neste ano dois lugares de investigador principal. A média de idades atinge os 55 anos, continuando a faixa dos 51-60 anos a representar cerca de 65% do total de Investigadores (Figuras 1.18 e 1.19).

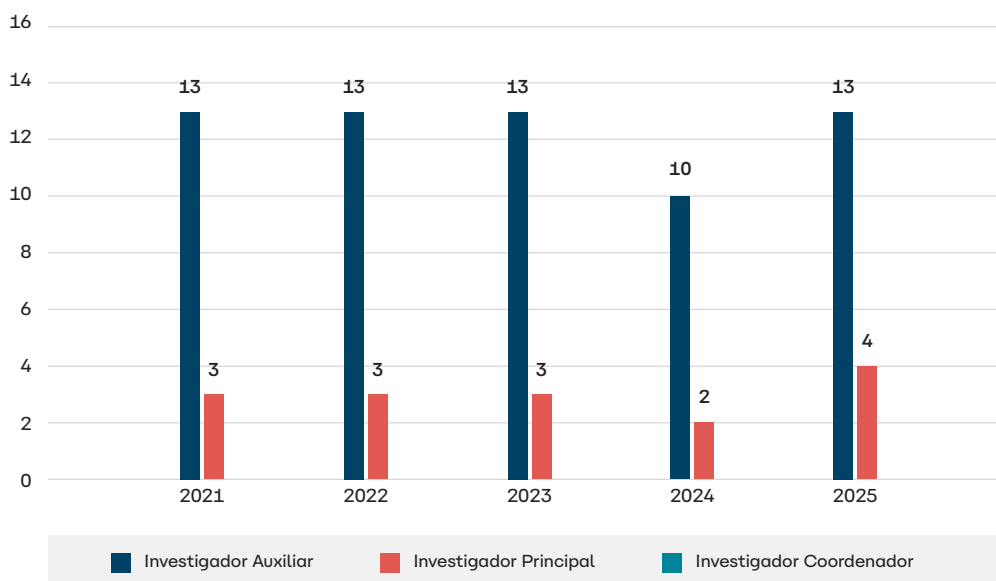


Figura 1.14 | Evolução da Distribuição dos Investigadores do mapa de Pessoal Permanente por Categoria

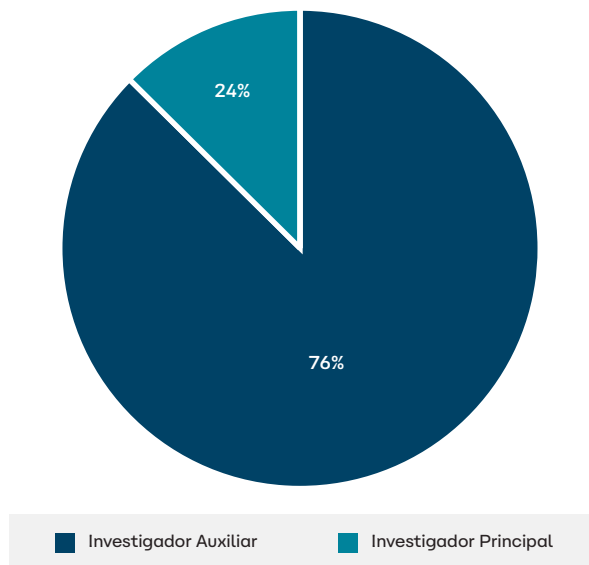


Figura 1.15 | Distribuição dos Investigadores do Mapa de Pessoal Permanente por Categoria em 2025

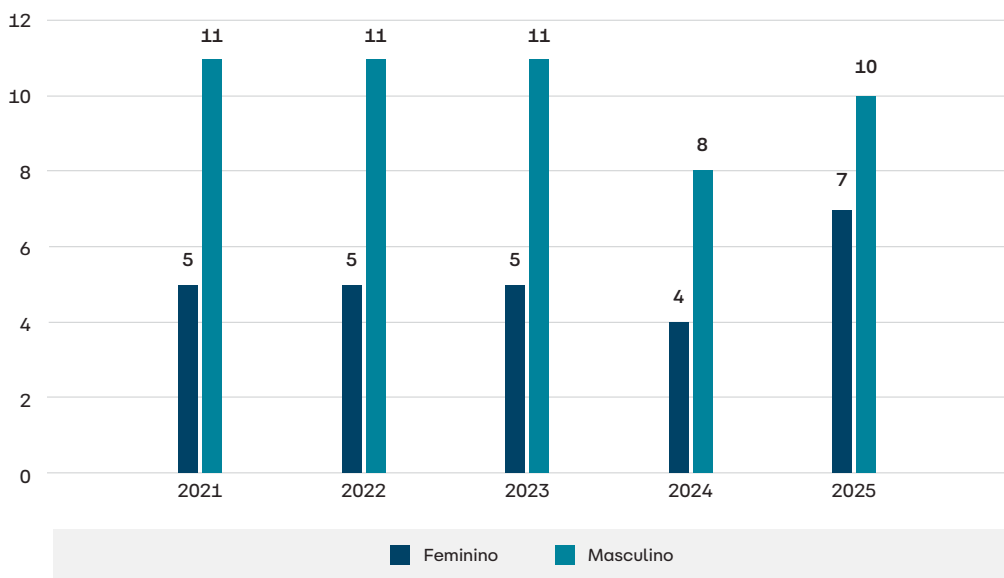


Figura 1.16 | Evolução da Distribuição dos Investigadores do Mapa de Pessoal Permanente por Género

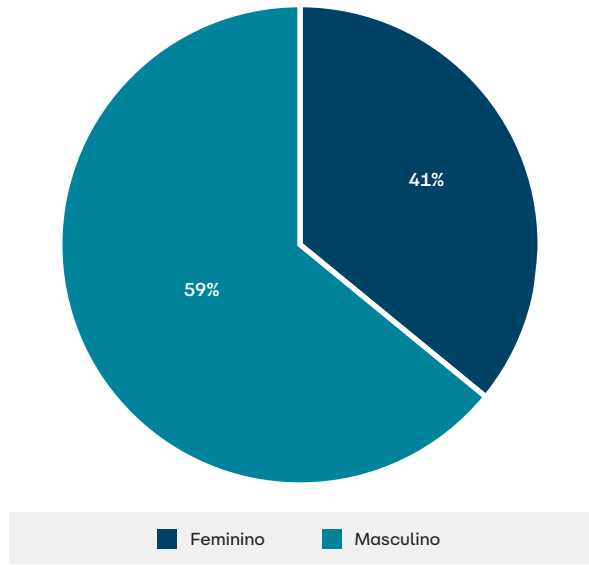


Figura 1.17 | Distribuição dos Investigadores do Mapa de Pessoal Permanente por Género em 2025

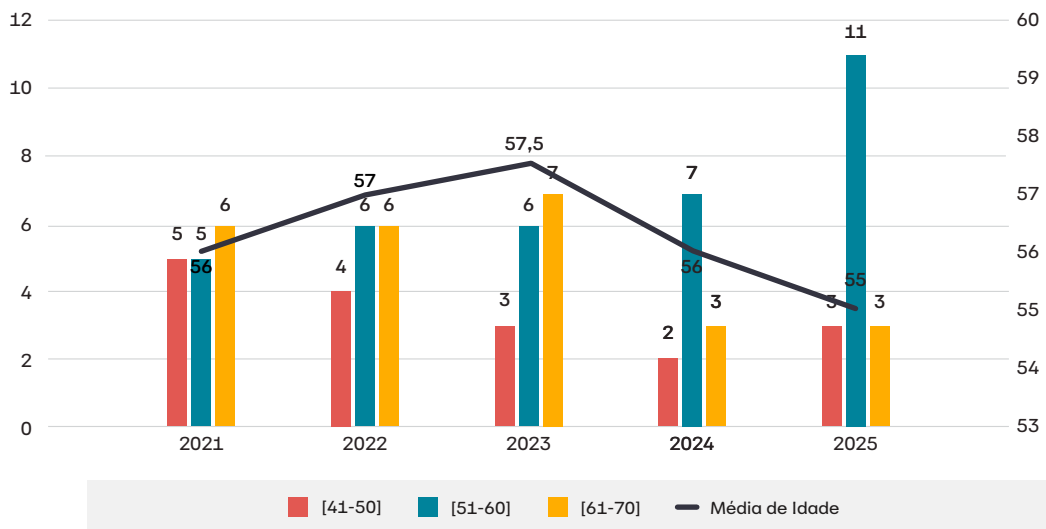


Figura 1.18 | Evolução da Distribuição dos Investigadores do Mapa de Pessoal Permanente por Faixa Etária e da Média de Idades

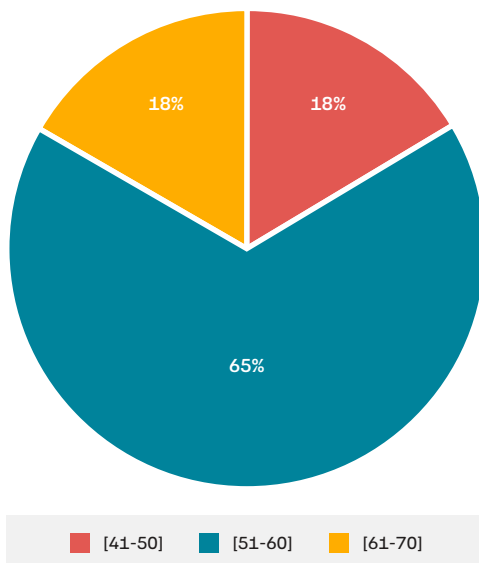


Figura 1.19 | Distribuição dos Investigadores do Mapa de Pessoal Permanente por Faixa Etária em 2025

1.3 Trabalhadores não Docentes e não Investigadores

O número de trabalhadores não docentes e não investigadores tem-se mantido relativamente constante ao longo dos últimos anos. Apesar do decréscimo verificado em 2024, referente a aposentações, em 2025 verifica-se um acréscimo pontual, com maior expressão na categoria de Técnico Superior (Tabela 1.1).

	2021	2022	2023	2024	2025
Assistente Operacional	44	44	45	39	37
Assistente Técnico	83	81	80	78	78
Coordenador Técnico	7	6	6	5	5
Encarregado Operacional	1	2	2	2	2
Especialista de Informática	5	5	5	5	5
Técnico Superior	34	38	38	39	42
Técnico de Informática	8	8	8	8	8
Total	182	184	184	176	177

Tabela 1.1 | Total de Trabalhadores Não Docentes e Não Investigadores por Carreira/Categoria

Em termos globais, neste grupo da comunidade académica, o número de trabalhadores do género feminino (68%) é, sensivelmente, o dobro do dos trabalhadores do género masculino (Figuras 1.20 e 1.21), tendo diminuído ligeiramente a média de idades em 2025, aproximando-se dos 52 anos, fruto da possibilidade de recrutamento de pessoal jovem, o que não ocorre na contratação de docentes e de investigadores (Figuras 1.22 e 1.23).

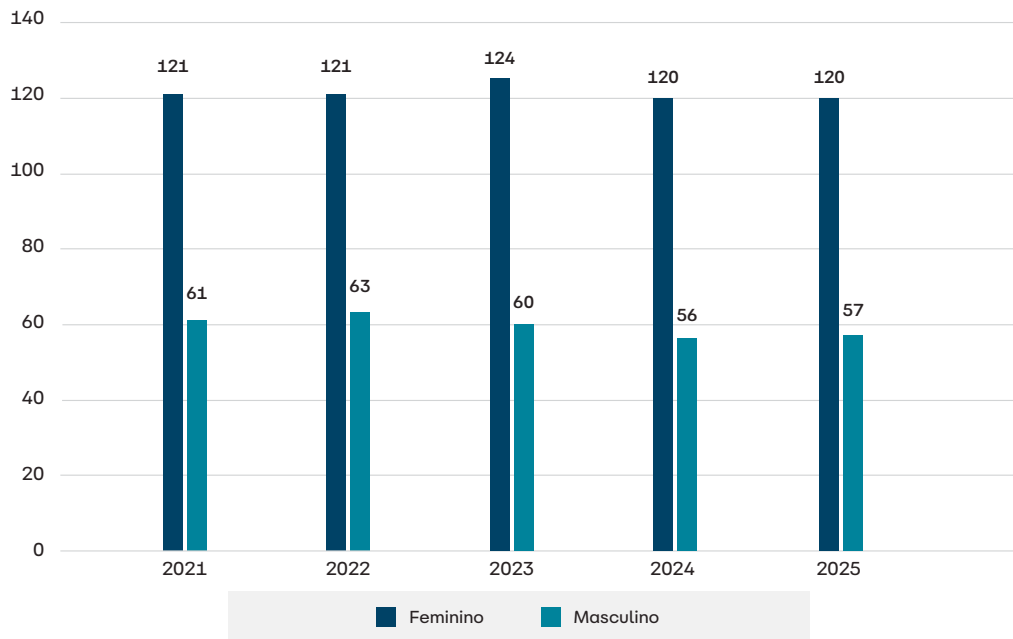


Figura 1.20 | Evolução da Distribuição dos Trabalhadores Não Docentes e Não Investigadores por Género

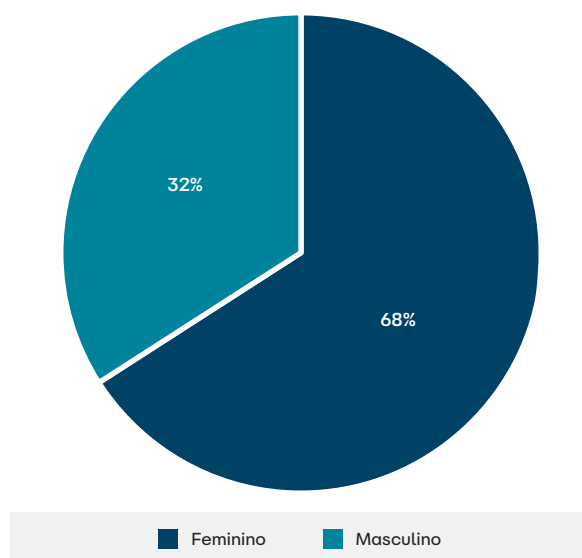


Figura 1.21 | Distribuição dos Trabalhadores Não Docentes e Não Investigadores por Género em 2025

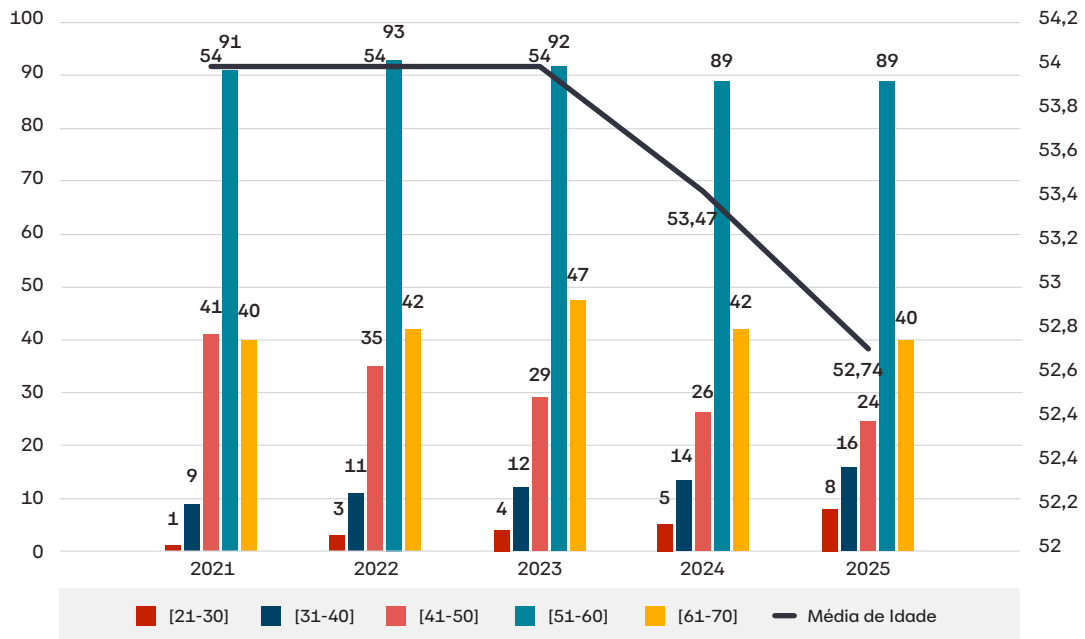


Figura 1.22 | Evolução da Distribuição dos Trabalhadores Não Docentes e Não Investigadores por Faixa Etária e da Média de Idades

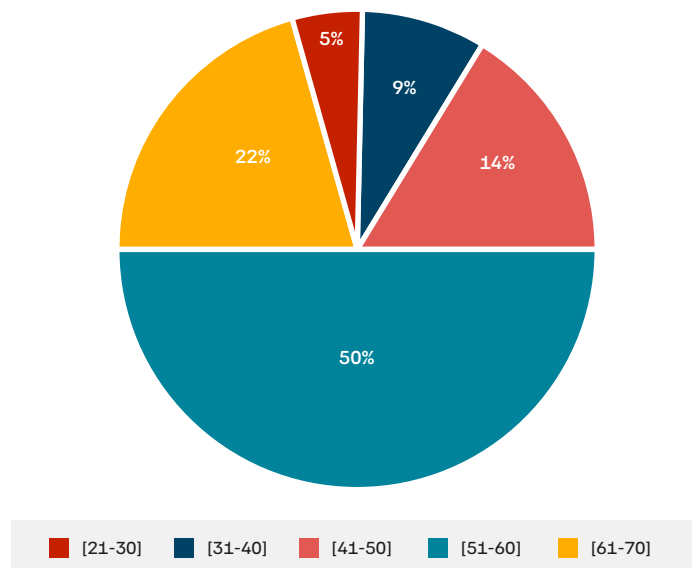


Figura 1.23 | Distribuição dos Trabalhadores Não Docentes e Não Investigadores por Faixa Etária em 2025

Ao nível de dirigentes que não pertencem ao quadro de pessoal permanente, a UAc conta ainda com uma administradora e 7 técnicos superiores contratados em comissão de serviço que se encontram a exercer funções de dirigentes intermédios de 1.º Grau nos serviços de gestão.

1.4 Bolseiros e Colaboradores Eventuais

A comunidade académica da UAc integra ainda bolseiros de doutoramento, mestrado, gestão, investigação e de iniciação à investigação, assim como colaboradores eventuais, incluindo técnicos de apoio à investigação e outros técnicos, operacionais e colaboradores temporários. O aumento do número de colaboradores eventuais corresponde, em certa medida, ao aumento de contratações para apoio técnico à execução de projetos e prestações de serviços de investigação, relevando o dinamismo crescente desta área na instituição.

	2021	2022	2023	2024	2025
Bolseiros	61	67	59	58	57
Colaboradores Eventuais	296	294	355	385	410
Total	357	361	414	443	467

Tabela 1.2 | Total de Bolseiros e Colaboradores Eventuais

1.5 Relação entre os Grupos da Comunidade Académica

A relação entre os membros da comunidade académica mostra que o pessoal permanente corresponde a cerca de 43% do total dos trabalhadores e colaboradores da UAc (Figura 1.24).

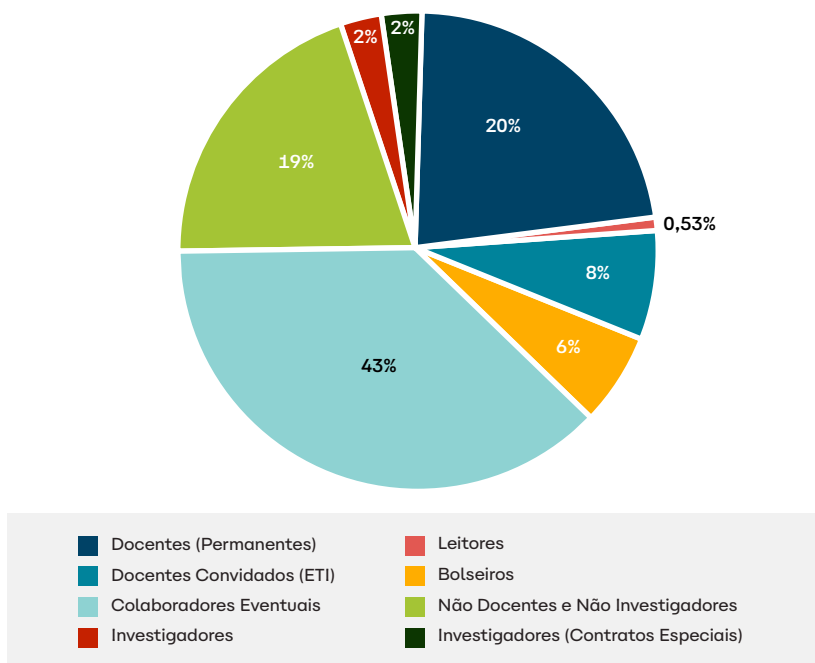


Figura 1.24 | Peso dos Diferentes Grupos da Comunidade Académica, excluindo estudantes, em 2025

No que se refere aos trabalhadores do quadro de pessoal permanente, verifica-se que o rácio docentes e investigadores/trabalhadores não docentes e não investigadores é de 1,16 (Figura 1.25).

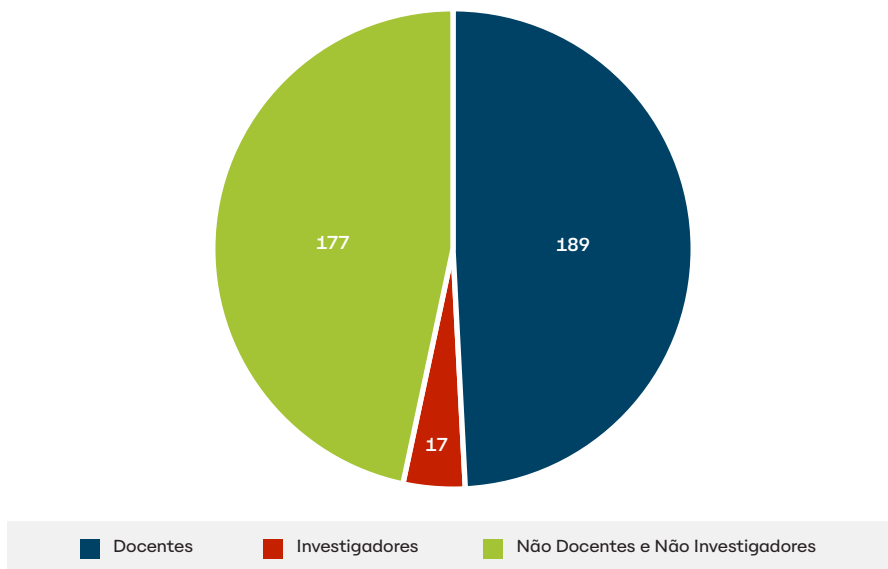


Figura 1.25 | Distribuição do Pessoal Permanente em 2025

2. Ensino

2.1 Número de Alunos Inscritos

O número de alunos inscritos no total dos cursos ministrados na UA_c registou um decréscimo de 4% em relação ao ano anterior, tendo-se registado menos 114 estudantes em 2025 comparativamente a 2024 (Figura 2.1).

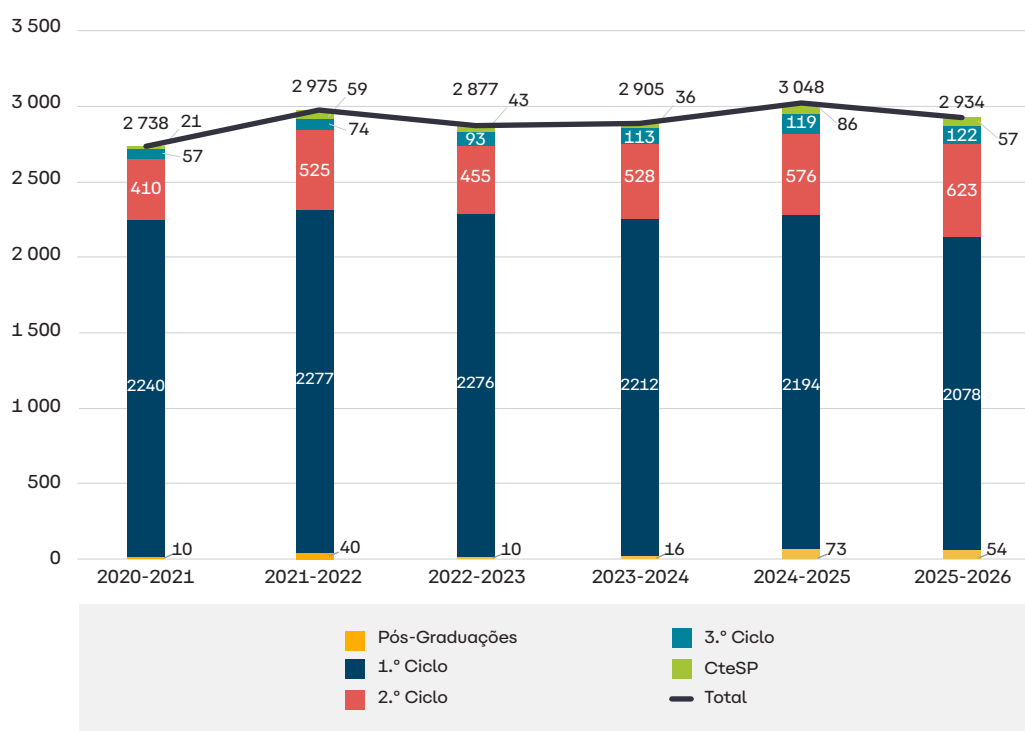


Figura 2.1 | Evolução do Total de Alunos Inscritos por Ciclos de Estudos



O NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS NO TOTAL DOS CURSOS MINISTRADOS NA UA_c REGISTOU UM DECRÉSCIMO DE 4% EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR (...)

Analisando os dados em detalhe, verifica-se que o decréscimo do número de estudantes inscritos, relativamente a 2024, ocorreu com maior expressão no primeiro ciclo (116), no CTeSP (29) e Pós-graduações (19), no entanto verifica-se um acréscimo do número de alunos inscritos no segundo ciclo (47), bem como a tendência de crescimento progressivo do número de inscritos em doutoramento.

O maior decréscimo regista-se nas áreas da Ciência e Tecnologia e das Ciências Sociais e Humanas, sendo os fatores de múltiplas naturezas, destacando-se a diminuição do número de vagas a concurso e a exigência de pelo menos duas provas de ingresso a todos os cursos, ambos fatores exógenos à Instituição (Figura 2.2).

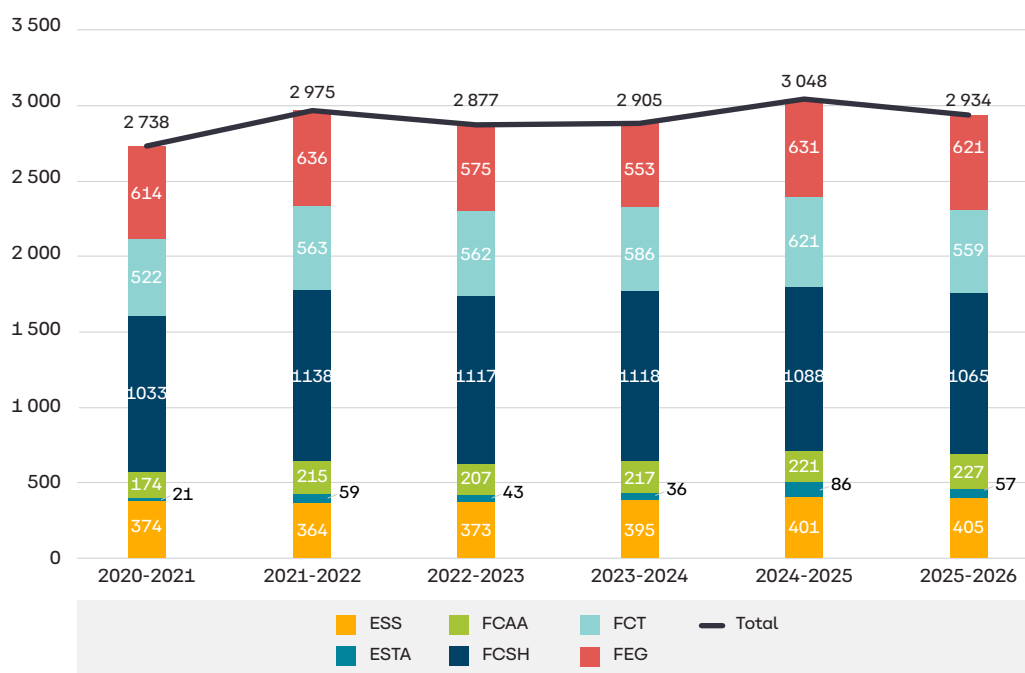


Figura 2.2 | Evolução do Total de Alunos Inscritos por Grupo de Áreas Científicas

Neste contexto, é de sublinhar que embora os estudantes apareçam distribuídos pelas Faculdades e Escolas por ser destas a responsabilidade direta pelos cursos, deve considerar-se que ao nível das licenciaturas, e sobretudo dos cursos de mestrado e de doutoramento, os estudantes realizam as suas atividades também nas estruturas de investigação da universidade.

2.2 Número de Alunos Matriculados pela primeira vez na UAc

Um dos principais barómetros da realização das instituições de ensino superior prende-se com o número de alunos que se matricula pela primeira vez em cada ciclo de estudos. Em 2025 registou-se um decréscimo do número total destes estudantes face ao ano anterior, fruto do decréscimo do número de alunos inscritos no primeiro ciclo (24%), no entanto, no segundo ciclo regista-se um acréscimo do número de alunos inscritos, na ordem dos 15% (Figura 2.3).

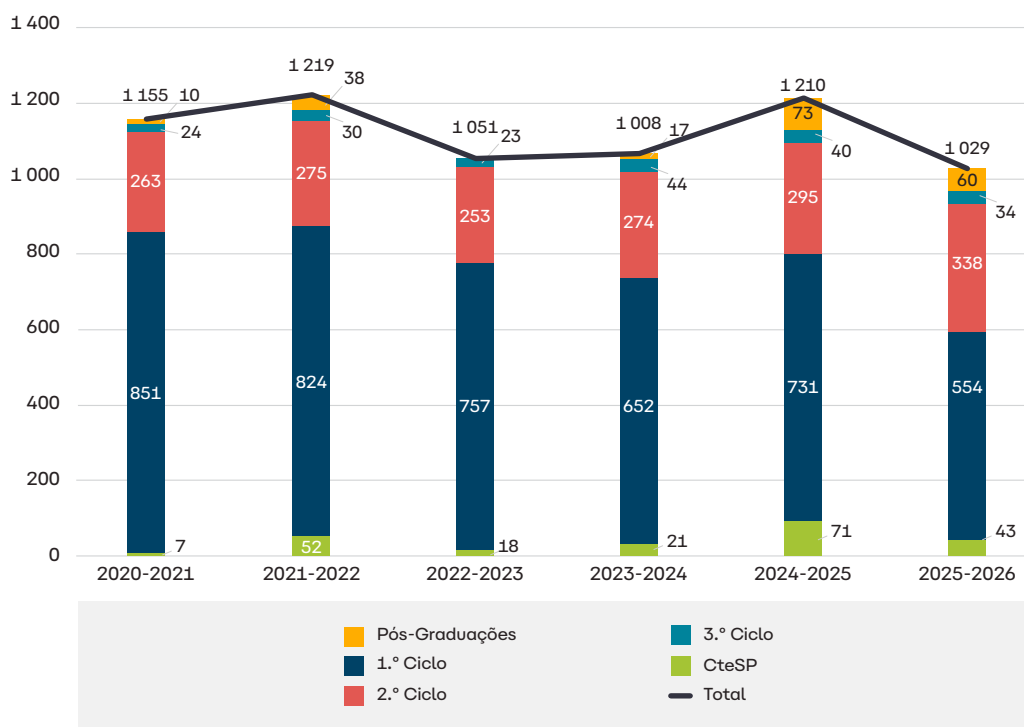


Figura 2.3 | Evolução do Total de Alunos Matriculados pela 1.ª vez por Ciclos de Estudos

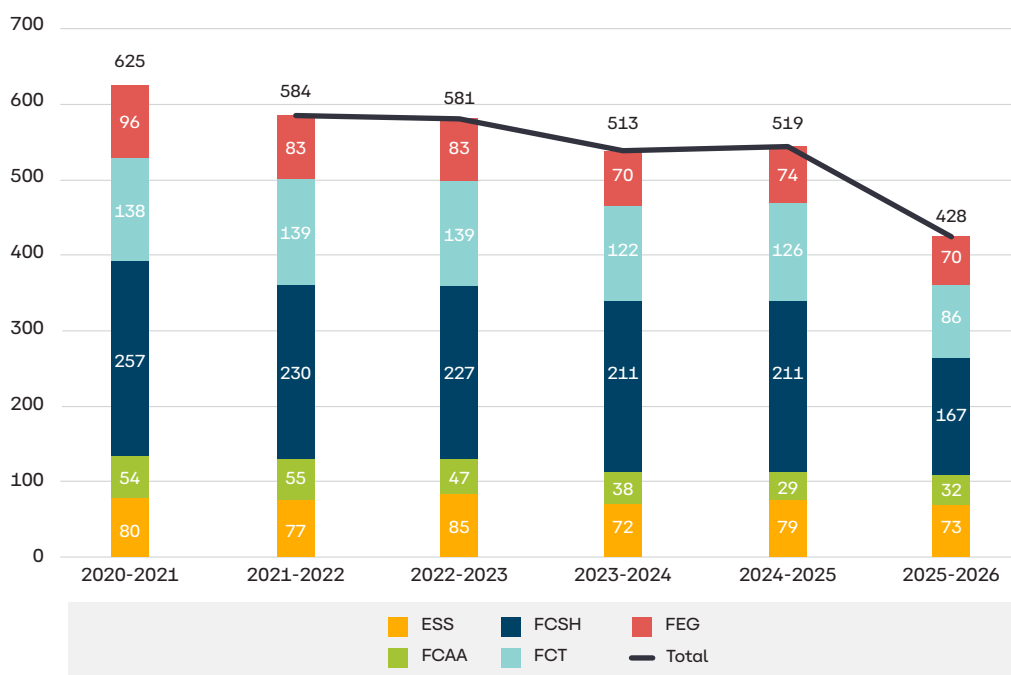


Figura 2.4 | Evolução do Total de Alunos Matriculados pela 1.ª vez no 1.º Ciclo Concurso Nacional de Acesso (CNA)

Na Figura 2.4 ilustra-se a evolução do total de alunos matriculados pela primeira vez no 1.º ciclo considerando apenas o Concurso Nacional de Acesso (CNA). Neste contexto, numa análise global, verifica-se que o número total de alunos também decresce, havendo, apenas, um ligeiro acréscimo na FCAA.

2.3 Melhoria das Infraestruturas de Ensino e Reequipamento Pedagógico

No decurso de 2025, a Universidade dos Açores realizou um conjunto relevante de investimentos destinados à modernização das infraestruturas de ensino e ao reforço das condições pedagógicas e tecnológicas disponíveis para estudantes e docentes. Estas intervenções tiveram como objetivo melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, apoiar novas metodologias pedagógicas e reforçar a capacidade institucional de resposta aos desafios do ensino digital e híbrido.

Neste âmbito, procedeu-se à instalação de 35 quadros interativos em salas de aula distribuídas pelos diferentes *campi* da Universidade: um no *campus* da Horta, 10 no *campus* de Angra do Heroísmo e 24 em Ponta Delgada. Este investimento foi realizado no quadro de projetos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), permitindo dotar diversas salas de aula de melhores condições tecnológicas de apoio ao ensino presencial e digital.

Paralelamente, foi concretizada a renovação de quatro laboratórios da Escola Superior de Saúde, intervenção realizada ao abrigo de contrato-programa estabelecido entre a UAc, a Direção-Geral do Ensino Superior (DGES), o *Air Center*, a *Portugal Space*, a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, a Fundação para a Ciência e Tecnologia e o Governo Regional dos Açores (adiante designado por contrato-programa DGES), com o objetivo de atualizar equipamentos e melhorar as condições de formação prática dos estudantes na área da saúde.

Foram igualmente realizados investimentos no reequipamento de diversos laboratórios nas áreas das Ciências da Terra e da Vida e da Saúde, através de financiamento proveniente de projetos PRR e do contrato-programa DGES, permitindo reforçar a capacidade experimental e laboratorial associada às atividades de ensino.

Adicionalmente, foi criado um laboratório dedicado ao apoio ao ensino digital e em rede, financiado com verbas do contrato-programa DGES. Este novo espaço destina-se à produção de conteúdos multimédia para unidades curriculares em regime de ensino a distância ou híbrido, bem como ao apoio à lecionação de unidades curriculares nas áreas da multimédia, comunicação e tecnologias digitais.

Em complemento destas intervenções, procedeu-se ainda ao reforço da cobertura e capacidade da rede Wi-Fi em diversas salas de aula e laboratórios, melhorando as condições de acesso aos recursos digitais por parte da comunidade académica.

O conjunto destas iniciativas representou um investimento global próximo de um milhão de euros, contribuindo para a modernização das infraestruturas pedagógicas da Universidade dos Açores e para o reforço das condições de ensino, experimentação e inovação pedagógica.

3. Formação Complementar

3.1 Formação dos Trabalhadores da UAc

Os dados relativos à formação complementar dos trabalhadores da UAc (Tabela 3.1) evidenciam um aumento significativo do número de formações realizadas em 2025 em relação ao ano anterior, abrangendo formação interna, externa e autoformação.

Foram realizadas 415 ações de formação, correspondentes a 1896 inscrições e 1399 participações efetivas, envolvendo docentes, investigadores e pessoal técnico, administrativo e de gestão. As ações abrangeram uma diversidade de temas ajustados aos diferentes públicos-alvo, destacando-se, entre outros, os domínios da inovação pedagógica e da inteligência artificial.

		2021	2022	2023	2024	2025
Internas	Inscrições	456	75	59	1 001	1 435
	Participações	419	75	59	924	959
Externas	Inscrições	4	4	63	50	333
	Participações	4	3	56	50	312
Autoformação	Inscrições	186	75	124	86	128
	Participações	186	70	124	86	128

Tabela 3.1 | Total de Inscrições/Participações em Ações de Formação para Trabalhadores da UAc

A oferta de formação complementar disponibilizada pela UAc tem vindo a corresponder aos interesses e necessidades das diversas categorias profissionais. Em 2025, registou-se um aumento expressivo da participação na generalidade das categorias, com particular incidência nos técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais (Tabela 3.2), abrangendo, com maior impacto do que em anos anteriores, a maioria das estruturas universitárias (Tabela 3.3).

Categorias	2021	2022	2023	2024	2025
Dirigente	15	9	6	10	9
Técnico Superior	25	13	16	39	54
Assistente Técnico	47	15	11	44	77
Assistente Operacional	1	0	5	16	30
Coordenador Técnico	6	1	2	2	4
Especialista de Informática	1	1	0	3	5
Técnico de Informática	7	0	1	4	16
Docentes	75	8	38	174	152
Investigadores	4	0	7	12	22
Bolseiros	4	0	2	7	6
Estagiários/Outros Colaboradores	14	2	30	39	49
Total	199	49	118	350	424

Tabela 3.2 | Total de Trabalhadores Envolvidos em Ações de Formação por Carreira/Categoria

UO/Serviços	2021	2022	2023	2024	2025
FCAA	17		7	29	35
FCT	28	4	20	56	64
FCSH	29	2	12	54	48
FEG	7	1	2	25	23
ESS	11	1	1	22	24
ESTA		1		4	2
CHAM-A				1	2
CICS	2			1	2
IITAA	1			10	5
IVAR	3			8	18
OKEANOS			29	9	30
ADM	3	1		1	1
AAUA				1	0
SASE	10	3	21	28	16
BAM	4	18	6	12	16
SISA			1	6	8
SVCT	9		7	15	14
SVRFM	10			3	10
SVAP	6	3		4	9
SVGA	5	2		17	14
SVRH	7	3		3	14
SRTR	22	10	11	28	48
SVTIC	7		1	2	7
FGF	11			4	1
CEEApIA-A	1			2	3
CIBIO	1			4	10
GBA	5			1	0
Total	199	49	118	350	424

Tabela 3.3 | Total de Trabalhadores Envolvidos em Ações de Formação por Unidade Orgânica/Serviço

Em 2025, a UAc reforçou o seu compromisso com a inovação pedagógica e com a melhoria contínua do ensino e da aprendizagem, promovendo, ao longo de todo o ano, as Jornadas de Inovação Pedagógica, no âmbito do InovAção 5.0. Estas iniciativas, dirigidas a docentes e investigadores com funções letivas na UAc, incluíram diversas sessões formativas centradas na prática pedagógica e no desenvolvimento profissional docente.

As ações procuraram responder à crescente diversidade e heterogeneidade dos estudantes que atualmente acedem ao Ensino Superior, contribuindo para uma preparação mais eficaz para o mercado de trabalho.

As Jornadas são organizadas pelo GMIP – Grupo de Missão para a Inovação Pedagógica, com o apoio do GAQ – Gabinete de Avaliação e Qualidade. Os temas abordados foram alinhados com as orientações pedagógicas transversais definidas na Política Pedagógica Institucional da UAc (Circular n.º 3/2024) e com recomendações nacionais e internacionais, designadamente as constantes do documento “Inovação Pedagógica no Ensino Superior: Cenários e Caminhos de Transformação” da A3ES.

O InovAção 5.0 é financiado pelo PRR, no âmbito do programa Investimento RE-C06-i07 | Impulso Mais Digital 04/C06-i07/2023 – Submedida Inovação e Modernização Pedagógica no Ensino Superior – Criação de Centros de Excelência de Inovação Pedagógica.

Mantiveram-se igualmente as oportunidades formativas no âmbito do Centro de Excelência SAPIEN – *South and Atlantic Pedagogical Innovation & Excellence Network*, consórcio constituído pela UAc e por outras oito Instituições de Ensino Superior nacionais, igualmente financiado pelo PRR.

No que respeita à formação do pessoal não docente, o aumento registado deve-se, em parte, à alteração introduzida no artigo 48.º do SIADAP, que determina que uma das competências a definir pelo avaliador seja objeto de formação, escolhida de entre as constantes de catálogo próprio do INA.

Verificou-se, assim, uma adesão significativa, particularmente entre trabalhadores das carreiras gerais, às formações gratuitas disponibilizadas na plataforma NAU, orientadas para o reforço de competências consideradas essenciais ao desempenho das suas funções.

3.2 Cursos de Curta Duração

Nos últimos anos tem-se verificado uma aposta continuada na oferta de cursos livres de língua portuguesa destinados a alunos estrangeiros na UAc.

No ano de 2025 foram realizados três cursos de Português Língua Estrangeira (níveis A1 e A2) no *campus* de Ponta Delgada, com acompanhamento à distância para os estudantes do *campus* de Angra do Heroísmo. No total, 105 estudantes em mobilidade na Universidade dos Açores frequentaram estes cursos.

Na área das línguas, decorreram também dois cursos de Língua e Cultura Portuguesas (nível A1 e nível A2) no âmbito do programa de estágios europeus Eurodisseia, em prestação de serviço à Direção Regional de Qualificação Profissional e Emprego, que contou com 33 participantes.

Em 2025 foram dinamizados cursos de verão no âmbito do protocolo assinado entre a Universidade dos Açores e a Direção Regional da Ciência, Inovação e Desenvolvimento, designadamente, a *Marine Robotics Summer School*, dinamizada pelo Instituto Okeanos, com 28 participantes, 12 provindos do *Massachusetts Institute of Technology*, 4 da Marinha Portuguesa, 4 da Universidade dos Açores e 8 de outras Instituições de Ensino Superior Portuguesas; e o *International Summer School in Geological Hazards in Volcanic Islands*, promovido pelo Instituto de Vulcanologia e Avaliação de Riscos, que contou com 22 participantes.

No âmbito do programa *Study in Portugal Network*, da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, realizou-se uma escola de verão com o tema *Sustainable Materials for a Circular Future*, que contou com a participação de 10 estudantes provindos dos Estados Unidos da América.

Em 2025 teve igualmente lugar formação de curta duração no âmbito do projeto *Living the Future Academy* (LFA), aprovado pela Direção Geral do Ensino Superior (DGES). O projeto engloba os programas de Investimento RE-C06-i03 - Incentivo Adultos e Investimento RE-C06-i04 - Impulso Jovens STEAM apoiados pelo PRR - Plano de Recuperação e Resiliência e pelos Fundos Europeus Next Generation EU. Neste contexto foram oferecidos os seguintes cursos breves: Aconselhamento em Aleitamento Materno (3.ª edição, *campus* da Horta), com 24 inscritos; duas

edições do curso de Gestão de Projetos: uma no Hospital do Divino Espírito Santo (HDES) e outra no *campus* de Ponta Delgada, com um total de 46 inscritos; no HDES funcionaram ainda os Cursos de Medicina de Catástrofe e Ação Humanitária, com 24 inscritos; Comunicação Interpessoal, Gestão de Conflitos e Inteligência Emocional no Local de Trabalho em Saúde, com 21 inscritos e Comunicação de Más Notícias em Doenças Crónicas Complexas, Limitantes de Vida e Cuidados Paliativos, com 22 inscritos. No *campus* de Angra do Heroísmo funcionou o Curso de Pós-Graduação em Supervisão Clínica em Enfermagem, em regime de B-Learning, pós-laboral, que contou com 26 inscritos.

Na área da Cibersegurança, a Escola Superior de Tecnologias e Administração, em parceria com o Centro Nacional de Cibersegurança, dinamizou três cursos de curta duração, designadamente Fundamentos Básicos em Cibersegurança (sete edições: quatro *online*; duas em regime híbrido e uma presencial) com 211 inscritos, Responsável de (Ciber)segurança (quatro edições *online*) com 116 inscritos e Gestão da Informação em Cibersegurança (*online*), com 25 inscritos.

3.3 Academia Sénior

A Academia Sénior oferece, anualmente, um programa formativo diversificado, que contempla um conjunto diversificado de atividades com naturezas e objetivos distintos, designadamente: Cursos sobre temáticas específicas de âmbito científico cultural; Oficinas anuais de âmbito sociocultural e recreativo; Oficinas semestrais temáticas; Seminários e conferências abertos à comunidade e atividades comemorativas e recreativas.

No total, foram oferecidos oito cursos semestrais, em áreas como a História, a Filosofia, a Ciência Política, a Educação, a Comunicação e a Cultura Digital, o Turismo, a Saúde e a Agricultura Biológica, entre outras. Foram igualmente oferecidas uma oficina anual e duas semestrais, em áreas expressivas ligadas à Música e à Estimulação da memória.

Ainda no contexto do seu Programa Formativo, esta Academia organiza anualmente o seu Ciclo de Seminários. Esta iniciativa, baseada em expectativas e sugestões dos estudantes da Academia, tem como principal propósito facilitar à população sénior o acesso ao conhecimento científico e ao património natural e cultural, promovendo a atualização e o aprofundamento de conhecimentos, competências e aptidões. Durante o ano letivo foram organizados sete seminários temáticos, que abordaram temáticas como Turismo e Sustentabilidade, História, Cultura e Património, Neurociências, Movimento Funcional e Longevidade, entre outros.

No ano letivo de 2025/2026, o número de estudantes manteve-se em comparação com o ano anterior (Tabela 3.4).

	2021/22	2022/23	2023/24	2024/25	2025/26
N.º de alunos inscritos	52	55	71	75	74
N.º Total de Cursos/ Horas	4 20h	8 20h	8 20h	8 20h	8 20h
Oficinas Semestrais/ Horas	2 20h	2 20h	3 20h	0 0h	2 20h
Oficinas Anuais Horas de Oficina	3 40h	4 40h	2 40h	3 40h	1 40h
Género Masculino	85,00%	81,00%	39,40%	42,67%	40,80%
Feminino	15,00%	19,00%	60,60%	57,33%	59,20%
Média de Idades			72,3 anos	73 anos	74 anos

Tabela 3.4 | Programa Formativo da Academia Sénior

3.4 Academia Júnior

A Academia Júnior da UAc, cujos principais objetivos se enquadram na promoção da participação dos jovens em atividades de natureza científica, em diversas áreas do conhecimento em que a UAc desenvolve ensino e investigação, bem como no reforço da interação entre a comunidade académica e a sociedade em geral.

Em 2025, o programa “Os Exploradores” manteve o nível de atividade, mas com uma pequena redução do número de jovens participantes face ao ano anterior.

Decorreu durante duas semanas, sendo que as atividades exploradas convocaram experiências em áreas como as Ciências da Terra e da Vida, História e Património Cultural, Robótica, Matemática, Literatura, Artes, Atividade Física, entre outras. Foram ainda proporcionadas atividades fora da Universidade, como uma aula de *Wakeboard* e outra Equestre.

No ano de 2025, não se desenvolveram os “Estágios de Verão”, com duração de 80h, destinados a jovens com idades entre os 17 e 18 anos.

Para além dos programas formativos da Academia Júnior foram organizadas visitas de estudo ao *campus* de Ponta Delgada, tendo como principal objetivo apresentar a Instituição e despertar o interesse desses jovens em prosseguir estudos na Universidade dos Açores. Em 2025, a Academia Júnior recebeu grupos de estudantes do ensino básico e secundário de diversas ilhas do arquipélago, do continente português e do estrangeiro. No total, visitaram a UAc 1464 alunos dos diferentes níveis de ensino, acompanhados por 148 professores.

		2021	2022	2023	2024	2025
Verão Jovem na UAc/ Os Exploradores	N.º de Inscritos nos <i>Campi</i>	PD - 0 AH - 0	PD - 15 HO - 3	PD - 29 AH - 0	PD - 21 AH - 0	PD-16 AH- 0
	N.º de Atividades nos <i>Campi</i>	PD - 0 AH - 0	PD - 20 HO - 1	PD - 20 AH - 0	PD - 20 AH - 0	PD - 20 AH - 0
	N.º de Horas nos <i>Campi</i>	PD - 0h AH - 0h	PD - 35h HO - 0h	PD - 35h AH - 0h	PD - 35h AH - 0h	PD - 35h AH - 0h
	N.º de Inscritos nos <i>Campi</i>				PD - 3 AH/HOR - 0	PD - 0 AH/HOR - 0
Estágios de verão Jovem/ Os Cientistas	N.º de Atividades nos <i>Campi</i>				PD - 3 AH/HOR - 0	PD - 0 AH/HOR - 0
	N.º de Horas nos <i>Campi</i>				PD - 80h	PD - 0h
	N.º Total de Visitas de Estudo	1	9	50	48	59

Tabela 3.5 | Programa Formativo da Academia Júnior

3.5 Academia das Artes

A Academia das Artes da Universidade dos Açores integra-se numa política ativa de promoção da aprendizagem, produção e fruição das atividades artísticas e oficinas, bem como de valorização das oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e cultural da comunidade académica e do público em geral.

No âmbito do Plano de Atividades de 2025, foi desenvolvido um conjunto diversificado de iniciativas ao longo do ano, envolvendo exposições, seminários, cursos, workshops e parcerias institucionais. No plano expositivo, destacaram-se as exposições “Frágil & Resiliente” e “Viola da Saudade”. No domínio científico e formativo, realizaram-se seminários e cursos, entre os quais o seminário “Mulheres Piratas no mundo anglo-americano através da arte e da literatura (séculos XVIII–XX)” e os cursos “Maracujá – Pintura de acrílico sobre tela”, “Oficina de Pintura” (no polo da Horta) e “Linguagem do Cinema”. Foram igualmente dinamizados vários workshops, designadamente a Oficina de Danças Tradicionais (no polo da Horta), a Oficina de Artes Ambiental e o workshop de interpretação teatral “Porque estou aqui e faço isto agora?”.

Paralelamente, a Academia das Artes manteve um conjunto de parcerias e colaborações com iniciativas e entidades culturais, entre as quais o CINANIMA – Festival Internacional de Cinema de Animação de Espinho, o VI Encontro Universidades e Cultura, as II Jornadas de Música Histórica e o VII Encontro de Boas Práticas Museológicas.

O conjunto destas atividades contribuiu para reforçar o compromisso da Universidade dos Açores com a promoção cultural, a formação artística e o envolvimento da comunidade académica e da sociedade em práticas criativas diversificadas.

As tabelas seguintes resumem os eventos e as atividades de formação realizadas no âmbito da Academia das Artes da UAc.

Eventos	Data da Realização	Polo da UAc
Exposição: <i>Fragile C Resilient</i>	24 de abril a 26 de maio	Ponta Delgada
Exposição: Viola da Saudade	4 a 30 de junho	Ponta Delgada
Jornadas/Workshop: II Jornadas de Música Histórica "Notas no Tempo"	21 e 22 de novembro	Ponta Delgada
Seminário: As Mulheres Piratas No Mundo Anglo-Americano através da Arte e da Literatura (Séculos XVIII - XX)	23 de maio	Ponta Delgada (Parceria com a Academia Sénior)
Encontro Nacional Universidade E Cultura	13 e 14 de novembro	Ponta Delgada
CINANIMA – Festival De Cinema	3, 10 e 17 de outubro	Ponta Delgada Angra do Heroísmo Horta

Tabela 3.6 | Eventos realizados no âmbito da Academia das Artes

Formações	Data da Realização	Polo da UAc
Curso Breve – Maracujá, Pintura de Acrílico sobre Tela	23, 25 e 27 de junho	Ponta Delgada
Curso Breve – Oficina de Pintura	28 de outubro a 3 de novembro	Horta
Workshop – Danças Tradicionais	13 a 23 de outubro	Horta
Oficina Plástica de Artes Ambientais	8 de outubro	Ponta Delgada
Workshop de Interpretação	13 a 16 de outubro	Ponta Delgada
Curso Breve – A Linguagem do Cinema	5 de novembro a 21 de janeiro	Ponta Delgada

Tabela 3.7 | Formações realizadas no âmbito da Academia das Artes

4. Mobilidade

4.1 Mobilidade Erasmus+

O Erasmus+ é o programa de mobilidade mais representativo no conjunto dos programas de mobilidade nos quais a UAc participa. No âmbito deste programa, tem-se verificado um crescimento contínuo das mobilidades *incoming* de estudantes e de *staff*, desde 2020/2021 (Figura 4.1). Em 2024/2025, observou-se contudo um decréscimo significativo das mobilidades *incoming* comparativamente a 2023/2024, talvez impactado pelos conflitos em crescendo no planeta, pelo aumento do custo de vida e dificuldade de alojamento na Região. No contexto Erasmus+, a UAc registou uma maior concretização de mobilidades de estudantes provenientes de instituições de ensino superior espanholas, alemãs, italianas, checas e polacas (Tabela 4.1).

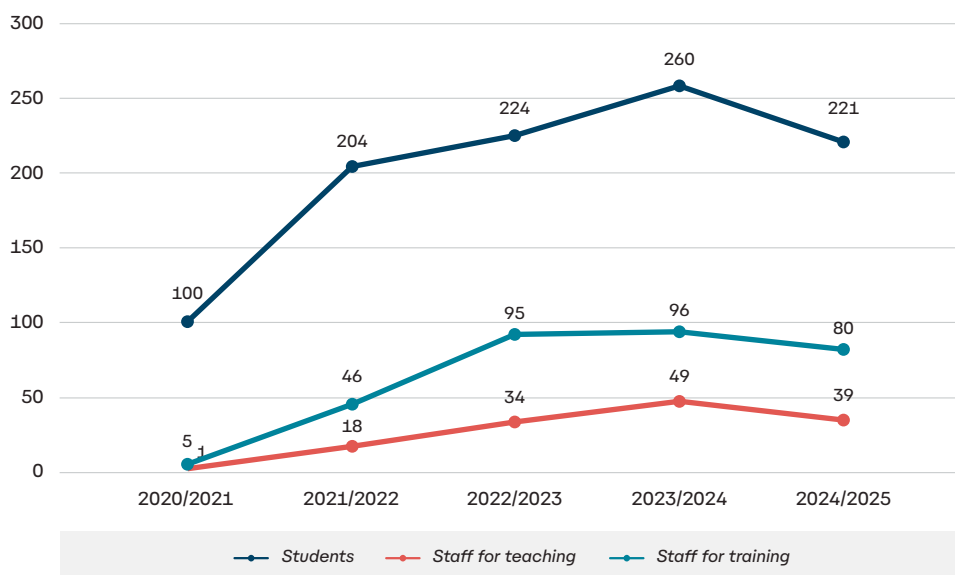


Figura 4.1 | Evolução do Total de Estudantes em Mobilidade Erasmus+ Incoming



**EM 2024/2025, OBSERVOU-SE (...)
UM DECRÉSCIMO SIGNIFICATIVO DAS
MOBILIDADES ERASMUS+ INCOMING
COMPARATIVAMENTE A 2023/2024 (...)**

País	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24	2024/25
Alemanha	4	10	22	25	22
Áustria				1	1
Bélgica	2	2	3	1	5
Croácia	3			10	1
Eslováquia	1	3	4	3	4
Eslovénia		1		2	
Espanha	47	88	100	99	93
Estónia	1		1	1	
Finlândia			1	1	
França	8	12	12	19	10
Grécia	1	9	10	6	9
Holanda	4	7	5	2	4
Hungria		1	3	5	3
Irlanda					1
Islândia					1
Itália	8	29	23	22	21
Letónia				2	
Lituânia				1	
Noruega		1			3
Polónia	8	9	17	23	15
República Checa	6	9	9	25	17
Roménia	4	7	8	7	11
Suécia		1	2	2	
Turquia	3	15	4	3	
Total Mobilidades	100	204	224	260	221

Tabela 4.1 | Total de Estudantes em Mobilidade Erasmus+ *Incoming* por País de Origem

O ano de 2024/2025 registou um acréscimo de 21% das mobilidades Erasmus+ *outgoing* em relação ao ano anterior. As preferências dos estudantes da UAc recaíram sobre instituições de ensino superior romenas, polacas e italianas (Tabela 4.2).

No que respeita às mobilidades *outgoing* de *staff*, no ano 2024/2025 verificou-se um aumento de 28,5% relativamente a 2023/2024, o que denota uma procura crescente deste tipo de programas de mobilidade por parte do pessoal da UAc, que cresceu continuamente desde 2020/2021 (Figura 4.2).

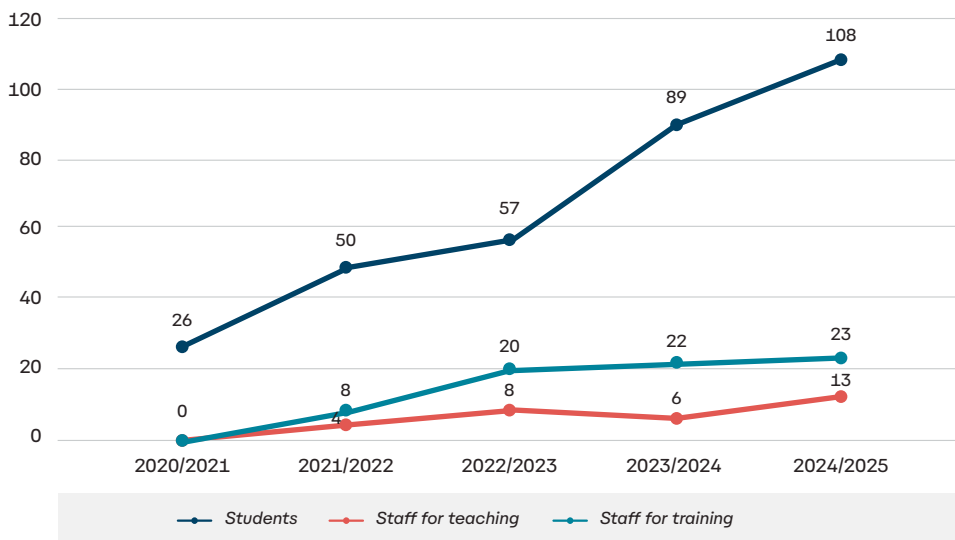


Figura 4.2 | Evolução do Total de Estudantes em Mobilidade Erasmus+ *Outgoing*

País	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24	2024/25
Alemanha				3	
Austria				1	
Bélgica					1
Brasil					1
Bulgária				2	
Cabo verde					5
Croácia					
Dinamarca				1	
Eslovénia					
Espanha	5	7	23	20	7
Finlândia				1	
França	4	1	2	2	
Grécia		1	6		8
Holanda				1	1
Hungria		2	2		
Irlanda	1				
Islândia		2	1		
Itália	1	10	11	25	18
Letónia		2	3	2	5
Lituânia				1	
Malta		1			
Noruega				1	
Polónia	13	19	7	12	28
Reino Unido	1				
República Checa		1	2	2	3
Roménia	1	1		15	30
Suécia					1
Turquia		3			
Total	26	50	57	89	108

Tabela 4.2 | Total de Estudantes em Mobilidade Erasmus+ *Outgoing* por País de Destino

4.2 Outras Mobilidades

No âmbito do programa de mobilidade nacional de estudantes Almeida Garrett (ensino universitário) regista-se um ligeiro aumento do número de estudantes *outgoing* (Tabela 4.3), em contrapartida decresceram as mobilidades *incoming* (Tabela 4.4). Já no programa Vasco da Gama, para o Ensino Politécnico, não se registaram mobilidades.

No âmbito do programa *Bridging the Atlantic*, e após a sua retoma em 2021/2022, o número de mobilidades manteve-se estável dentro dos limites anuais acordados entre a Universidade dos Açores e a Universidade de Massachussets, Dartmouth.

	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24	2024/25
Almeida Garrett	5	5	11	3	5
Bridging the Atlantic		11	12	12	12
Total	5	16	23	15	17

Tabela 4.3 | Evolução do Total de Estudantes em Outras Mobilidades *Outgoing*

	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24	2024/25
Almeida Garrett	3	9	3	4	1
Vasco da Gama	1		3		
Bridging the Atlantic		9	3	9	9
Convénios				5	1
Estágios	14	29	28	29	26
Eurodisseia			25	29	33
Free mover		3	5	1	1
Total	18	50	67	77	71

Tabela 4.4 | Evolução do Total de Estudantes em Outras Mobilidades *Incoming*

	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24	2024/25
Bridging the Atlantic		2	3	2	3
Total	0	2	3	2	3

Tabela 4.5 | Evolução do Total de *Staff* em Outras Mobilidades *Outgoing*

	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24	2024/25
Bridging the Atlantic		2	2	2	2
Total	0	2	2	2	2

Tabela 4.6 | Evolução do Total de *Staff* em Outras Mobilidades *Incoming*

5. Investigação e Desenvolvimento

5.1 Unidades de Investigação e de Apoio ao Ensino

Atualmente, a UAc conta com 13 estruturas de investigação científica dedicadas à investigação e desenvolvimento em diversas áreas científicas.

O ano de 2025 foi particularmente relevante para a investigação uma vez que foram divulgados os resultados do processo de avaliação iniciado em 2024 pela FCT que permite assegurar o financiamento para o quadriénio 2025/2029. Para a Universidade dos Açores os resultados foram muito positivos e evidenciaram de forma inequívoca a qualidade da investigação que se produz na academia. Esse processo foi ainda particularmente relevante atendendo ao resultado favorável referente à acreditação pela FCT do CUIP-Centro Universitário de Investigação em Psicologia, que passa a figurar no contexto nacional como novo centro FCT com um polo na UAc.

5.2 Projetos de I&D

Considerando a UAc e a Fundação Gaspar Frutuoso como entidades de gestão, no ano de 2025, confirmou-se a tendência já iniciada no ano transato traduzida num aumento expressivo no número de contratos de projetos de I&D (Figura 5.1). Para esse objetivo contribuiu o lançamento dos resultados dos projetos submetidos ao Programa Operacional Açores 2030, bem como ao Concurso de Projetos de IC&DT "Açores: Transição Ecológica – Espaço – Oceano".

Destaca-se também a participação cada vez mais evidente dos investigadores da UAc em convocatórias promovidas por outras fontes de financiamento, como é o caso do programa Erasmus+ K2, Interreg - Espaço Atlântico, Horizonte Europa, e outros.

Foram ainda aprovados projetos no contexto da 2.ª convocatória do programa Interreg MAC e submetidas 28 propostas à 3.ª convocatória daquele programa, cujos resultados deverão ser publicados até ao final do 1.º trimestre de 2026.



NO ANO DE 2025, CONFIRMOU-SE UM AUMENTO EXPRESSIVO NO NÚMERO DE CONTRATOS DE PROJETOS DE I&D (...)

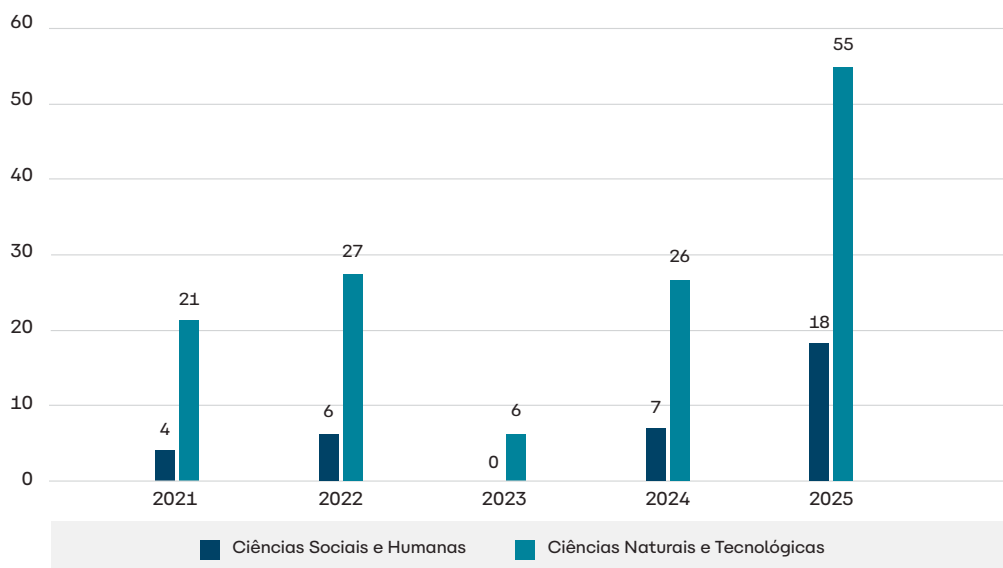


Figura 5.1 | Evolução do Total de Contratos de Projetos de I&D por Área Científica

De ressaltar o aumento do financiamento decorrente da aprovação de projetos financiados ao abrigo de programas europeus como é o caso do programa Horizonte Europa. Para o valor do financiamento europeu também contribuíram os montantes aprovados no contexto da 2.ª convocatória do Capitalização Interreg MAC.

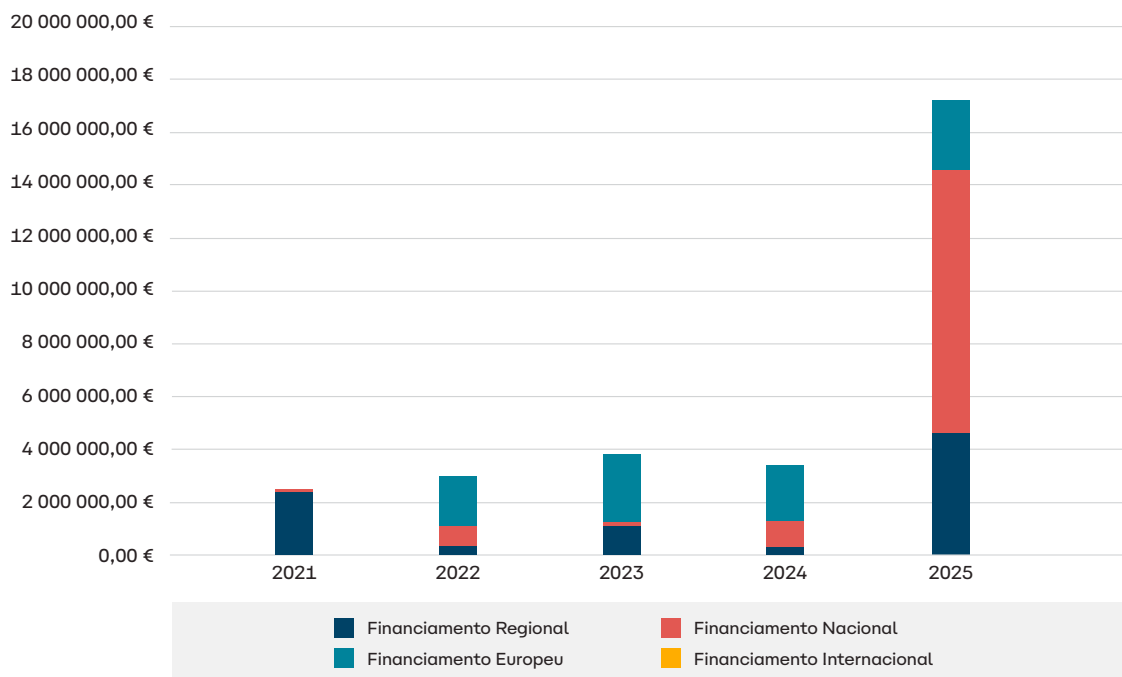


Figura 5.2 | Projetos de I&D - Tipo de Financiamento/Ano
Área das Ciências Naturais e Tecnológicas

5.3 Serviços de I&D

No que respeita aos serviços de I&D, observa-se uma tendência de manutenção dos números relativamente ao ano transato no que à área das Ciências Sociais e Humanas diz respeito.

Destaca-se nesse indicador o aumento significativo dos serviços prestados pela UAc e Fundação Gaspar Frutuoso na área das Ciências Naturais e Tecnológicas (Figura 5.3).

O financiamento regional na área das Ciências Sociais e Humanas continua a ser o mais significativo, no entanto, em 2025 verificou-se um aumento da prestação de serviços a entidades nacionais, que já corresponde a 38% do valor total de financiamento (Figura 5.4).

No que se refere à área das Ciências Naturais e Tecnológicas, o financiamento proveniente de entidades regionais é o mais expressivo, mas para esse indicador salienta-se 12% do financiamento em 2025 proveniente de entidades europeias (Figura 5.5).

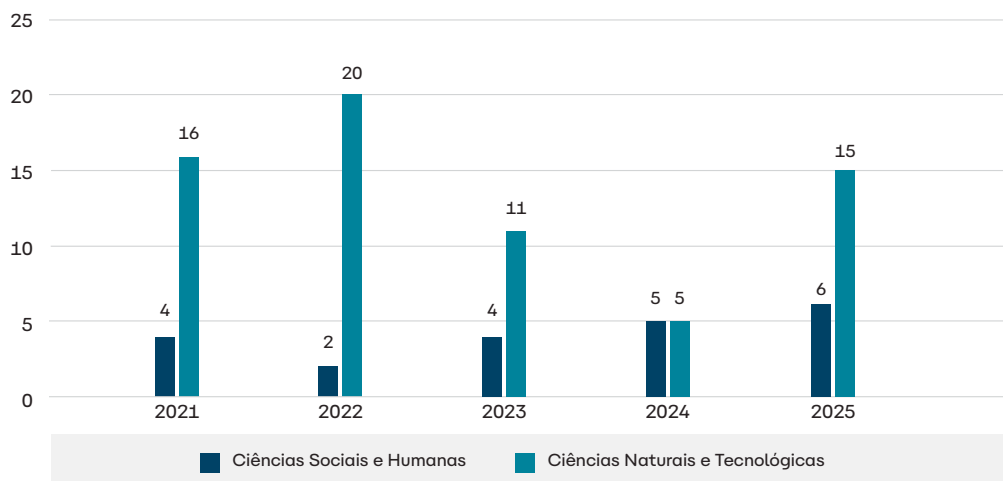


Figura 5.3 | Evolução do Total de Contratos de Serviços de I&D por Área Científica

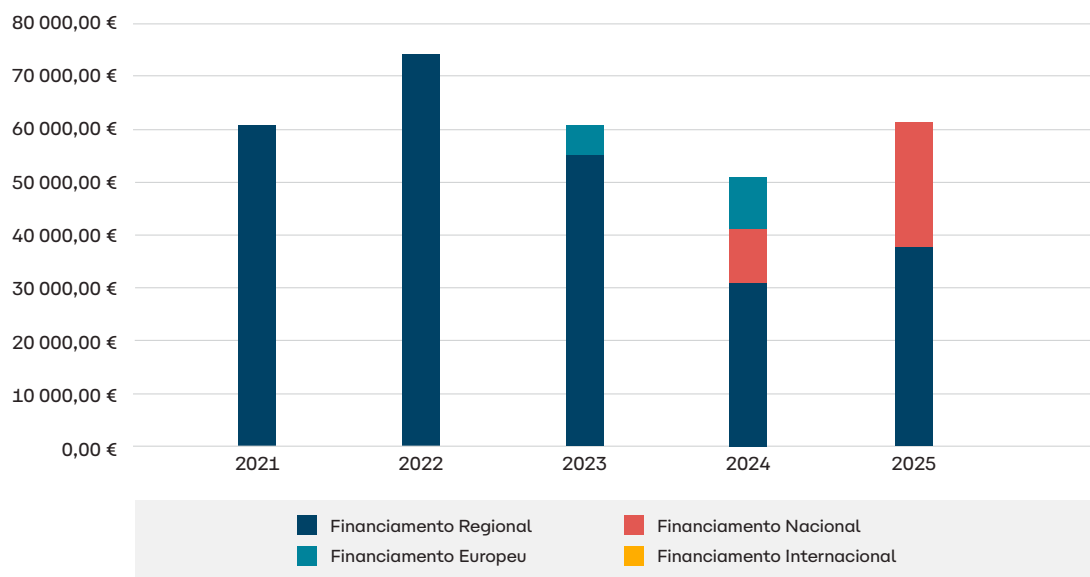


Figura 5.4 | Serviços de I&D - Tipo de Financiamento/Ano Área das Ciências Sociais e Humanas

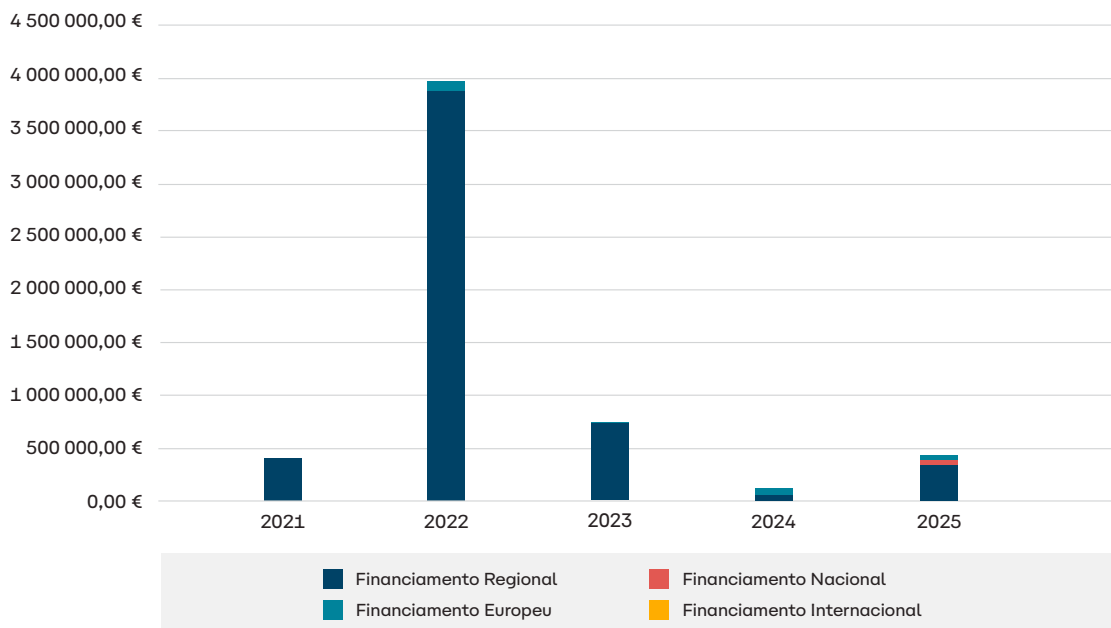


Figura 5.5 | Serviços de I&D - Tipo de Financiamento/Ano
Área das Ciências Naturais e Tecnológicas

5.4 Outras Iniciativas de I&D

No item relativo a Outras Iniciativas de I&D inclui-se, designadamente, o financiamento de atividades relacionadas com a organização de eventos científicos, a participação em congressos e reuniões científicas e o apoio a publicações científicas. Em 2025, não se registaram grandes alterações, sendo que os números apresentados estão a par com a média dos últimos anos (Figura 5.6). O financiamento regional continua a ser o mais determinante para este indicador, destacando-se apenas em 2025 um valor pouco expressivo de financiamento proveniente de entidades nacionais (Figuras 5.7 e 5.8).

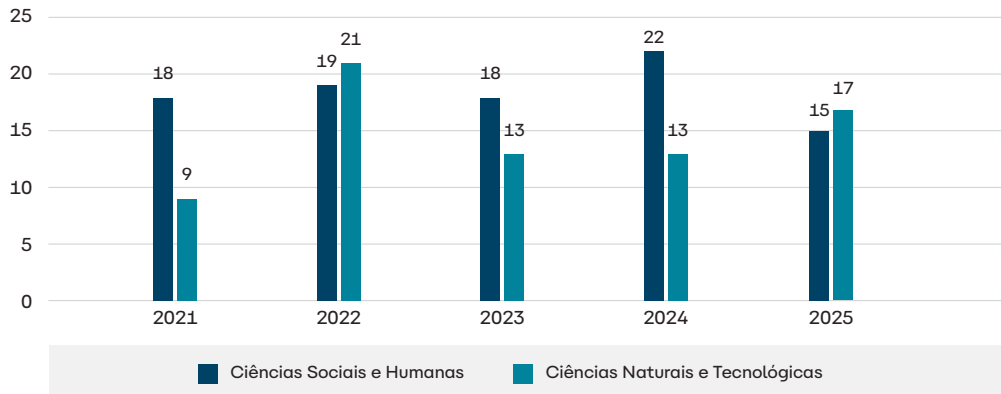


Figura 5.6 | Evolução do Total de Contratos de Outras Iniciativas de I&D por Área Científica

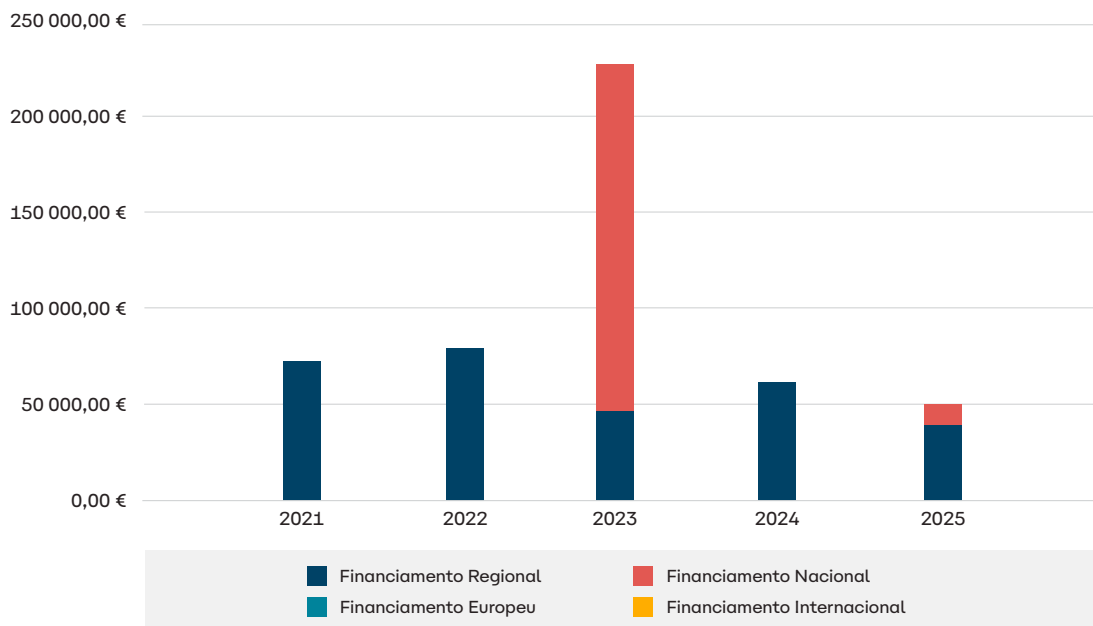


Figura 5.7 | Outras Iniciativas de I&D - Tipo de Financiamento/Ano
Área das Ciências Sociais e Humanas

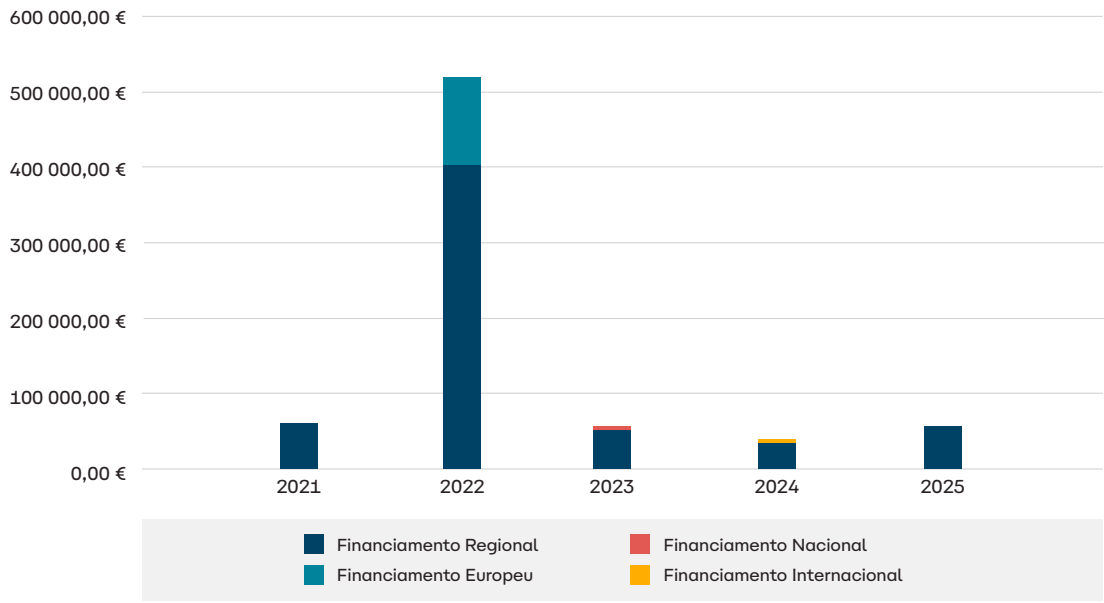


Figura 5.8 | Outras Iniciativas de I&D - Tipo de Financiamento/Ano
Área das Ciências Naturais e Tecnológicas

6. Inovação e Empreendedorismo

A InUAc—Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da Universidade dos Açores—consolidou-se como a entidade estratégica de interface entre a academia e a sociedade, desempenhando um papel central na promoção do empreendedorismo, da inovação e da transferência de conhecimento. A sua atuação é determinante para a valorização do conhecimento gerado na academia, assegurando a sua proteção e exploração, e contribuindo de forma direta para o reforço do tecido empresarial açoriano e para o desenvolvimento sustentável da Região.

Em 2025, destacou-se a atuação do Núcleo de Valorização e Transferência do Conhecimento (NVTC), apoiado pela estrutura GAPI InUAc, no reforço da proteção e valorização da propriedade intelectual, na articulação entre academia e empresas e na promoção de uma cultura de valorização do conhecimento na UAc. Na vertente do empreendedorismo, o Núcleo de Incubação (NI) deu continuidade ao Programa de Incubação, acompanhando projetos alinhados com a RIS3 Açores, através de um apoio próximo e orientado para a sua integração no ecossistema regional de inovação e para a captação de financiamento.

Com o objetivo de estruturar e dar maior visibilidade às competências científicas e tecnológicas da UAc, a InUAc desenvolveu o “Catálogo de Competências e Tecnologias da UAc”, em articulação com as Unidades de Investigação, Faculdades e equipa de comunicação, constituindo um instrumento estratégico de promoção da oferta científica e tecnológica e de estímulo à colaboração com entidades regionais, nacionais e internacionais.

A InUAc reforçou o seu posicionamento estratégico através do desenvolvimento de instrumentos estruturantes, da integração de redes e da participação em projetos nacionais e internacionais, que funcionam como âncoras para a concretização da sua missão. Em 2025, assumiu ainda um papel ativo na definição de políticas públicas de I&D, com uma candidatura aprovada para liderar um consórcio regional para a definição de Missões Regionais alinhadas com a RIS3 Açores.

O reforço da integração em redes estratégicas e o reconhecimento do seu impacto no “Estudo sobre o Impacto da UAc no Ecossistema da Região Autónoma dos Açores” confirmam a InUAc como um agente-chave na afirmação de uma universidade mais inovadora, empreendedora e comprometida com o desenvolvimento económico e social dos Açores.



Figura 6.1 | Atividades desenvolvidas pela InUAc em 2025

7. Infraestruturas, Tecnologias e Edificado

7.1 Tecnologias de Informação e Comunicação

Durante o ano de 2025, a Universidade dos Açores prosseguiu a modernização da sua infraestrutura de tecnologias de informação e comunicação, com particular incidência na consolidação da infraestrutura de virtualização, na melhoria das condições do centro de dados, no reforço da segurança informática e na atualização de plataformas de suporte à atividade académica e administrativa.

No âmbito dos centros de dados, foi realizada a transição para um novo espaço dedicado ao centro de dados institucional, proporcionando melhores condições ao nível da segurança física, capacidade elétrica, organização de bastidores e controlo térmico. Em paralelo, foi implementada uma nova infraestrutura de armazenamento no polo da Horta, destinada a suportar a virtualização e os sistemas de cópias de segurança, reforçando a redundância e a capacidade de recuperação de dados.

Ao nível dos sistemas, foi concluída a descontinuação da plataforma de virtualização baseada em *VMware*, com migração integral para a plataforma *Proxmox VE*. Esta alteração permitiu reduzir custos de licenciamento e aumentar a autonomia técnica na gestão da infraestrutura computacional.

Foram igualmente realizados trabalhos de atualização e manutenção de servidores institucionais, incluindo a atualização de sistemas operativos em plataformas críticas, designadamente serviços de autenticação, gestão de bibliotecas, monitorização de infraestrutura, gestão de ativos, suporte técnico, plataformas de ensino e redes sem fios. Estas intervenções contribuíram para reforçar a segurança, estabilidade e compatibilidade dos sistemas.

No domínio das redes, procedeu-se à instalação e configuração de novos *switches* PoE das marcas *Fortinet* e *Cisco*, melhorando a alimentação elétrica e a gestão de equipamentos, em particular pontos de acesso sem fios, permitindo gestão centralizada e maior controlo do tráfego. Adicionalmente, os equipamentos *Fortigate* dos polos de Angra do Heroísmo e da Horta foram configurados como servidores DNS locais, melhorando o desempenho e a resiliência da resolução de nomes.

Relativamente à infraestrutura de autenticação, foi efetuada a migração do serviço RADIUS para os controladores de domínio, simplificando a arquitetura e reforçando a integração com os serviços centrais. Foi igualmente criada uma autoridade certificadora interna, permitindo a gestão de certificados digitais utilizados por serviços institucionais.

No plano da gestão de identidades, foram implementadas melhorias na gestão de contas e permissões, incluindo a descontinuação de contas de serviço e a sua substituição por grupos de distribuição, promovendo maior eficiência e segurança.

No âmbito da colaboração com infraestruturas nacionais, a universidade aderiu ao serviço IOC-AS-A-SERVICE da Fundação para a Computação Científica Nacional, reforçando as capacidades de deteção de incidentes de segurança. Foi ainda configurado o acesso federado à plataforma Eunicoast, facilitando o acesso a recursos de investigação.

Por último, foram realizadas intervenções em serviços específicos, incluindo a migração da plataforma VoIP para uma arquitetura baseada em contentorização e a migração do sistema NONIO para a nuvem da *Amazon Web Services*, aumentando a disponibilidade, escalabilidade e facilidade de manutenção.

Estas intervenções refletem o esforço contínuo de modernização e racionalização da infraestrutura tecnológica, garantindo maior fiabilidade dos serviços digitais e reforçando os mecanismos de segurança e gestão.

7.2 Infraestruturas do Edificado: Investimento e Manutenção

Durante o ano de 2025, a Universidade dos Açores assegurou um conjunto alargado de intervenções nas infraestruturas físicas dos seus polos, com maior incidência no polo de Ponta Delgada, enquadradas numa lógica de investimento, requalificação e manutenção contínua. Estas intervenções foram financiadas por verbas da tripolaridade e do contrato-programa DGES, complementadas por receitas próprias, num montante global próximo dos 350 mil euros, distribuído por quatro eixos principais.

7.2.1 Reabilitação e Conservação do Edificado

As intervenções centraram-se na preservação estrutural, melhoria das condições de utilização e prolongamento do ciclo de vida das infraestruturas.

No polo de Ponta Delgada, destacam-se a reabilitação de coberturas no Complexo Científico e no edifício da Biblioteca, Arquivo e Museu, intervenções de impermeabilização no edifício junto à Escola Superior de Saúde, a recuperação da envolvente exterior do edifício anexo ao Pavilhão Desportivo e a conservação do edifício da Reitoria. Incluem-se ainda a remoção parcial da fachada de sombreamento da Biblioteca, Arquivo e Museu e reparações em arruamentos do *campus*.

No polo de Angra do Heroísmo, foram realizadas intervenções de conservação exterior, incluindo pintura e manutenção de edifícios como a Associação de Estudantes, o Multiusos e infraestruturas de apoio, bem como trabalhos de impermeabilização.

No polo da Horta, destacam-se intervenções de conservação no edifício Walter Bensaúde, incluindo reparações e pinturas interiores e substituição de elementos construtivos exteriores.

7.2.2 Qualificação e Adaptação de Espaços

As intervenções incidiram na modernização de espaços pedagógicos, laboratoriais e de apoio, com vista à melhoria das condições de ensino, investigação e acessibilidade.

No polo de Ponta Delgada, procedeu-se à criação de novos laboratórios e à remodelação de instalações existentes na Escola Superior de Saúde, bem como à requalificação de salas de aula e criação de uma sala multimédia. Foram igualmente implementadas melhorias de acessibilidade e instalados equipamentos audiovisuais e sistemas de climatização.

Nos polos de Angra do Heroísmo e da Horta, foram realizadas adaptações de espaços e infraestruturas para instalação de equipamentos pedagógicos, incluindo painéis interativos, bem como intervenções de pintura e melhoria das condições de utilização.

7.2.3 Infraestruturas Técnicas e Especializadas

As intervenções neste eixo incidiram na modernização e reforço das infraestruturas técnicas de suporte.

No polo de Ponta Delgada, destaca-se a execução das infraestruturas elétricas e de rede associadas ao novo centro de dados, incluindo instalação de fibra ótica, bem como a adaptação de redes para suporte a equipamentos pedagógicos e reforço da conectividade sem fios. Foram igualmente realizadas intervenções em infraestruturas laboratoriais.

No polo de Angra do Heroísmo, foi assegurada a manutenção da rede de gases e a adaptação de infraestruturas elétricas e de dados.

No polo da Horta, foram executadas intervenções de adaptação de infraestruturas técnicas e assegurada assistência técnica especializada.

7.2.4 Eficiência Energética, Manutenção e Operação

Este eixo integrou intervenções de manutenção preventiva e corretiva, bem como medidas de eficiência energética.

Nos três polos, procedeu-se à substituição progressiva de sistemas de iluminação por tecnologia LED e soluções mais eficientes. Foram realizadas ações de manutenção em infraestruturas e equipamentos, incluindo sistemas elétricos, canalizações, carpintarias e equipamentos eletromecânicos, nomeadamente elevadores e plataformas.

Incluem-se ainda intervenções específicas como a análise da qualidade da água, manutenção de redes técnicas, substituição de elementos construtivos e melhoria de sistemas de apoio, incluindo videovigilância e iluminação técnica.

8. Celebrações do Cinquentenário da UAc

No âmbito das comemorações do 50.º aniversário da Universidade dos Açores, iniciado em 2025 e prolongado até 2026, foi desenvolvido um programa alargado e diversificado de iniciativas académicas, científicas, culturais e institucionais, distribuídas pelos três *campi* da Universidade; Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta e envolvendo múltiplos parceiros regionais, nacionais e internacionais.

As celebrações têm como principal objectivo valorizar o papel da UAc no desenvolvimento académico, científico, cultural e social da Região Autónoma dos Açores, reforçando simultaneamente a sua ligação à comunidade insular, à diáspora açoriana e ao espaço académico internacional.

Entre as actividades de maior relevo destacam-se os eventos académicos e cerimónias oficiais, nomeadamente a Sessão Solene Comemorativa dos 50 anos, realizada a 9 de janeiro de 2026, bem como diversas iniciativas de homenagem a estudantes e membros da comunidade académica pelo seu contributo ao longo das cinco décadas de existência da Universidade.

O programa integra igualmente conferências, seminários e encontros científicos de âmbito nacional e internacional, abordando áreas como educação, cultura, património, tecnologia, ciência, cibersegurança e inteligência artificial, incluindo encontros promovidos no âmbito das Cátedras UNESCO, do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e de parcerias com entidades profissionais. Destaca-se ainda a apresentação pública do estudo sobre o impacto económico e social da Universidade dos Açores, evidenciando a sua relevância estratégica para a Região.

No domínio cultural, foram desenvolvidas exposições documentais e bibliográficas em parceria com as três Bibliotecas Públicas Regionais, tendo como objetivo a valorização da memória institucional e do percurso histórico, científico e cultural da Universidade. Estas iniciativas foram complementadas pela preparação de catálogos em formato digital e físico, bem como por diversas actividades culturais nas áreas da música, das artes plásticas e do teatro.

As celebrações incluem ainda iniciativas de ligação à diáspora açoriana, nomeadamente através da realização de cursos de Verão destinados a jovens açor-descendentes nos Estados Unidos da América, em colaboração com o Governo Regional dos Açores e a FLAD.

Por fim, o cinquentenário da UAc está a ser marcado pelo reforço de protocolos e parcerias estratégicas com entidades institucionais, culturais e científicas, incluindo a Ordem dos Engenheiros Técnicos, museus regionais e a Capital Portuguesa da Cultura – PDL26.

No seu conjunto, estas iniciativas assumiram não apenas uma dimensão comemorativa, mas também um momento de reflexão institucional e de projecção estratégica, reforçando o papel da Universidade dos Açores como motor de desenvolvimento regional, de produção e difusão do conhecimento e de afirmação no contexto nacional e internacional.

A tabela resumo apresenta as atividades realizadas no âmbito destas comemorações em 2025.

Atividade/Evento	Local	Ilha	Data	Parceiros
Cerimónias e Eventos Académicos				
XXXV Semana Académica do <i>Campus</i> de Angra do Heroísmo	Angra do Heroísmo	Terceira	30 abr.–11 mai. 2025	Associação de Estudantes do <i>Campus</i> de Angra do Heroísmo
Apresentação do Estudo de Impacto da UAc no Ecossistema da Região Autónoma dos Açores	Aula Magna	S. Miguel	20 jun. 2025	Grupo Bensaúde; E&Y Parthenon
Apresentação do Estudo de Impacto da UAc no Ecossistema da Região Autónoma dos Açores	Campus Universitário da Horta	Faial	23 set. 2025	Grupo Bensaúde; E&Y Parthenon
Ciência e Transferência de Conhecimento				
Inauguração da Rota da Água em Angra do Heroísmo – Dia Mundial da Água	Angra do Heroísmo	Terceira	22 mar. 2025	Câmara Municipal de Angra do Heroísmo
Evento sobre o papel das ilhas nos conflitos mundiais do Século XX	Atlântida Cine, Vila do Porto	Santa Maria	6 jun. 2025	Museu de Santa Maria
Inauguração da 1.ª Horta Comunitária de Angra do Heroísmo (FCAA-UAc)	Museu de Angra do Heroísmo	Terceira	20 jun. 2025	Câmara Municipal de Angra do Heroísmo
Santa Casa da Misericórdia de Velas assinala os 50 anos da UAc	Santa Casa da Misericórdia das Velas	S. Jorge	4 jul. 2025	Santa Casa da Misericórdia das Velas; CHAM Açores
Palestra sobre o povoamento de Santa Maria – Vila do Porto assinala o 50.º Aniversário da UAc	Biblioteca Municipal de Vila do Porto	Santa Maria	11 ago. 2025	Câmara Municipal de Vila do Porto; Museu de Santa Maria
1.ª Feira de Ciência e Tecnologia (FCT-UAc)	Complexo Científico da UAc	S. Miguel	15 set. 2025	
Conferência das Cátedras UNESCO em Portugal	Universidade dos Açores	S. Miguel	17 set. 2025	Comissão Nacional da UNESCO
Conferência «Ambiente e Sustentabilidade»	Museu dos Baleiros	Pico	4 out. 2025	Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET) CHAM Açores, BAM, Museu Hebraico Sahar Hassamaim, Museu Carlos Machado e Museu Militar dos Açores
VII Encontro de Boas Práticas Museológicas – «Os Museus da Macaronésia em Rede»	Aula Magna	S. Miguel	23–25 out. 2025	Conservatório Regional de Ponta Delgada; Academia Madeirense de Musicologia e Estudos Artísticos
II Jornadas de Música Histórica «Notas no Tempo»	Escola Superior de Saúde	S. Miguel	21–22 nov. 2025	Secção Regional dos Açores da OET
Conferência «Cibersegurança e Inteligência Artificial nos Açores»	Escola Superior de Saúde	S. Miguel	29 nov. 2025	
Ensino E Inovação Pedagógica				
«InovAção 5.0 – Ambientes Pedagógicos para Inovar» – Jornadas Contínuas de Inovação Pedagógica	Universidade dos Açores	S. Miguel	13–31 jan. 2025	Consórcio SAPIEN (PRR)
UAc e AGROTHER 2025 – celebração dos 50 anos durante a Feira Agrícola da Terceira	Parque Multissetorial da Ilha Terceira	Terceira	30 mai.–1 jun. 2025	Associação Agrícola da Ilha Terceira
Cultura, Memória e Património				
Exposição: “Prémio fotográfico AFAA”	Sala de Exposições da Aula Magna	S. Miguel	27 jan – 28 fev 2025	Associação de Fotógrafos Amadores dos Açores (AFAA)
Exposição «Fragil & Resiliente»	Sala de Exposições da Aula Magna	S. Miguel	24 abr.–23 mai. 2025	Academia das Artes (UAc.artes), a Universidade de Massachusetts Lowell, a organização Cultivamos Cultura e o The Kinnara Fund
XIII Festival de Tunas Mistas «Oceanus»	Angra do Heroísmo	Terceira	16–17 mai. 2025	NEPTUNA
Concurso de Fotografia «50 Anos da Universidade dos Açores»		S. Miguel	mai.–out. 2025	Associação de Fotógrafos Amadores dos Açores (AFAA)
Lançamento da edição digital comemorativa dos 50 anos da UAc	Universidade dos Açores	S. Miguel	jun.–out. 2025	Biblioteca, Arquivo e Museu da UAc
Concerto comemorativo dos 50 anos da UAc nas Sanjoaninas 2025	Angra do Heroísmo	Terceira	28 jun. 2025	Câmara Municipal de Angra do Heroísmo
Museu Francisco de Lacerda assinala os 50 anos da UAc	Museu Francisco de Lacerda	S. Jorge	5 jul. 2025	Museu Francisco de Lacerda
Instalação evocativa «Universidade dos Açores: Vivências da Academia»	Museu Carlos Machado – Núcleo de Santo André	S. Miguel	jul. 2025–jan. 2026	Museu Carlos Machado
Exposição Documental comemorativa dos 50 anos	Sala de Exposições da Aula Magna	S. Miguel	out.–nov. 2025	Biblioteca, Arquivo e Museu da UAc
«A Ilha das Flores e os 50 anos da Universidade dos Açores»	Convento de São Boaventura	Flores	2 out. 2025	Museu das Flores
VI Encontro Nacional Universidade e Cultura	Aula Magna	S. Miguel	13–14 nov. 2025	Comissão Especializada de Arte e Cultura do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas
Arraial Académico comemorativo dos 50 anos da UAc	Universidade dos Açores	S. Miguel	14–15 nov. 2025	Associação Académica da UAc
Universidade dos Açores: vivências da academia	Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada	S. Miguel	16 dez 2025	Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada
Protocolos E Parcerias Estratégicas				
Assinatura de Protocolo UAc e Ordem dos Engenheiros Técnicos	Salão Nobre do Palacete da Reitoria	S. Miguel	20 jun. 2025	Ordem dos Engenheiros Técnicos
Assinatura de protocolo para a realização de Cursos de Verão para jovens açor-descendentes residentes nos EUA	Palácio da Conceição	S. Miguel	nov. 2025	Governo Regional dos Açores · FLAD

Tabela 8.1 | Atividades realizadas no âmbito das comemorações do Cinquentenário da UAc em 2025

As celebrações de aniversário prolongar-se-ão em 2026, desde logo com cerimónias e jantares institucionais a realizar nos três polos, para participação alargada da comunidade académica, e incluirão ainda mais algumas iniciativas, que apresentamos na tabela abaixo.

Atividade/Evento	Local	Ilha	Data	Parceiros
Cerimónias e Eventos Académicos				
Sessão Solene Comemorativa dos 50 Anos da UAc	Aula Magna	S. Miguel	9 jan. 2026	
Jantar comemorativo dos 50 Anos da UAc	Restaurante da Associação Agrícola de S. Miguel	S. Miguel	10 jan. 2026	Associação Agrícola de S. Miguel
Jantar-Cerimónia Comemorativa dos 50 Anos da UAc	Sociedade Amor da Pátria	Faial	15 jan. 2026	Sociedade Amor da Pátria
Jantar comemorativo dos 50 Anos da UAc	Restaurante da Terceira Mar Hotel	Terceira	19 jan. 2026	Grupo Bensaúde
Sessão Solene Comemorativa dos 50 Anos da UAc	Auditório	Terceira	20 jan. 2026	
Cerimónia de Alunos Cinquentenários	Aula Magna	S. Miguel	30 abr. 2026	Antigos alunos
Encontro de antigos alunos RUA 2026	Campus de Ponta Delgada	S. Miguel	ago. 2026	Antigos alunos
Ensino e Inovação Pedagógica				
FLAD Summer Program – Azores	Campus de Ponta Delgada	S. Miguel	jul. 2026	Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento; Governo Regional dos Açores; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; Faculdade de Ciências e Tecnologia
FLAD Summer Program – Azores	Campus de Ponta Delgada	S. Miguel	jul. 2027	Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento; Governo Regional dos Açores; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; Faculdade de Ciências e Tecnologia
Cultura, Memória e Património				
Exposição "50 anos da Universidade dos Açores na ilha Terceira"	Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro	Terceira	9 fev. – 28 mar. 2026	Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro
Exposição "50 anos da Universidade dos Açores na ilha do Faial"	Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça	Faial	15 jan. – 30 abr. 2026	Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça
Exposição "50 Anos da Universidade dos Açores na ilha de S. Maria"	Museu de Santa Maria	Santa Maria	20 fev. – 6 mar. 2026	Museu de Santa Maria
Exposição "50 Anos da Universidade dos Açores na ilha Graciosa"	Museu da Graciosa	Graciosa	20 abr. – --de 2026	Museu da Graciosa
Exposição "50 Anos da Universidade dos Açores na ilha das Flores"	Museu das Flores	Flores	17 ago. – --de 2026	Museu das Flores
Exposição de Fotografia «50 Anos da Universidade dos Açores»	Sala de Exposições da Aula Magna	S. Miguel	9 jan. – . 2026	Associação de Fotógrafos Amadores dos Açores (AFAA)
Exposição de Fotografia «50 Anos da Universidade dos Açores»	Centro Comercial SolMar	S. Miguel	6 – 31 mar. 2026	Associação de Fotógrafos Amadores dos Açores (AFAA)

Tabela 8.2 | Atividades a realizar no âmbito das comemorações do Cinquentenário da UAc em 2026

No âmbito destas comemorações a UAc conta com a participação e colaboração de um número alargado de entidades externas e estruturas internas fundamentais para garantir a diversidade, abrangência e qualidade das atividades realizadas, às quais agradecemos penhoradamente.

Academia das Artes (UAc.artes)	Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT-UAc)
Agência de Promoção da Cultura Atlântica (APCA)	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH - UAc)
Associação Académica da Universidade dos Açores (AAUA)	Faculdade de Economia e Gestão (FEG - UAc)
Associação Agrícola da ilha de São Miguel	Filarmónica da Fanfarra Operária Gago Coutinho e
Associação Agrícola da ilha Terceira	Sacadura Cabral (Terceira)
Associação Cultivamos Cultura	Fundação Gaspar Frutuoso (FGF)
Associação de Estudantes do <i>Campus</i> de Angra do Heroísmo (AECAH)	Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD)
Associação de Estudantes do <i>Campus</i> de Angra do Heroísmo (AECAH)	Geoparque Açores
Associação de Fotógrafos Amadores dos Açores (AFAA)	Get Art - Associação Regional para a Promoção e Gestão Cultural
Associação Os Montanheiros	Grupo Bensaúde
Associação Portuguesa de Museologia (APOM)	Grupo de Fados da Estudantina da Universidade dos Açores
BAM – Biblioteca, Arquivo e Museu (UAc)	Grupo de Missão para a Inovação Pedagógica (GMIP)
Biblioteca Municipal de Vila do Porto	Grupo Português da Associação Internacional de Hidrogeologia
Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo – Luís da Silva Ribeiro (BPARLSR)	Hidrogodía 2025
Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD)	Instituto de Investigação e Tecnologias Agrárias e do Ambiente (IITAA)
Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça (BPARJJG)	Instituto do Património Cultural de Cabo Verde
Caixa de Crédito Agrícola	Instituto Histórico da Ilha Terceira
Câmara Municipal da Praia da Vitória	MUDAS - Museu de Arte Contemporânea da Madeira
Câmara Municipal da Ribeira Grande	Museu Carlos Machado
Câmara Municipal de Angra do Heroísmo	Museu da Horta
Câmara Municipal de Ponta Delgada	Museu das Flores
Câmara Municipal de Vila do Porto	Museu de Angra do Heroísmo
Centro de Estudos de Música (CESEM)	Museu de Santa Maria
CHAM – Centro de Humanidades	Museu do Pico
Comissão Especializada de Arte e Cultura do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP)	Museu Francisco de Lacerda
Comissão Nacional da UNESCO	Museu Militar dos Açores
Conservatório Regional de Ponta Delgada	NEPTUNA - Nobre Enfermagem Poderosa Tuna
Conservatório-Escola Profissional das Artes da Madeira – Eng. Luiz Peter Clode	Universitária nos Açores
Consórcio Agro@tec Verde	Núcleos de Estudantes da Universidade dos Açores
Consórcio SAPIEN	Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET)
Corredor Associação Cultural	Parque Multissetorial da Ilha Terceira
EnfªTuna – Tuna Mista da Escola Superior de Enfermagem de Ponta Delgada	Presidência do Governo Regional dos Açores
Ernest & Young (EY-Parthenon)	Red de Museo de Canarias
Escola Superior de Saúde (ESS - UAc)	Rede Portuguesa de Museus (RPM)
Escola Superior de Tecnologias e Administração (ESTA – UAc)	Santa Casa da Misericórdia de Velas, São Jorge
Espelho Voador Associação	Sociedade Amor da Pátria
Estudantina Feminina da Universidade dos Açores	TAUA - Tunas Académicas da Universidade dos Açores
Estudantina Universitária dos Açores	TASMUA - Tuna Académica Sons do Mar da Universidade dos Açores
Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente (FCAA – UAc)	The Kinnara Fund
	Tuna Com Elas
	TUSA - Tuna Universitas Scientiarum Agrariarum
	Universidade de Massachusetts Lowell

Tabela 8.3 | Parceiros nas comemorações do Cinquentenário da UAc

9. Protocolos e Acordos

Anualmente a UAc procede à assinatura de acordos de parceria com diversas entidades regionais, nacionais e internacionais com objetivos diversos no âmbito das atividades que se inscrevem na sua missão. Considerando que muitos dos protocolos assinados são plurianuais, os números denotam um abrandamento do ritmo de crescimento no número de protocolos assinados desde 2019, destacando-se, contudo, um aumento significativo das parcerias a nível nacional.

São habitualmente em maior número os protocolos assinados com entidades regionais, desvelando a proximidade e colaboração frequente entre a UAc e um número alargado e diversificado de entidades sediadas nos Açores. Continua a ser expressivo e crescente o número de protocolos assinados com escolas da Região, em particular para o apoio à formação inicial de educadores de infância e professores do 1.º ciclo do Ensino Básico, e com hospitais e centros de saúde e bem-estar, fruto das parcerias estabelecidas no âmbito da formação ministrada na área da Saúde (Tabela 9.1).

Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Associações		6	4	4	4
Câmaras	1	1	1	4	3
Casas do Povo e Centros Sociais e Paroquiais	3	8	10	6	3
Empresas	7	14	17	19	17
Escolas	16	21	32	51	39
Fundações	1	1	1	5	1
Governo	8	5	12	8	11
Hospitais e Centros de Saúde e Bem-Estar	7	7	35	12	8
Institutos	1	5	6	2	4
Outros	5	6	6	18	30
Total	49	74	124	129	120

Tabela 9.1 | Total de Protocolos Regionais Assinados

O número de protocolos assinados a nível nacional registou um aumento significativo relativamente a 2024 (Tabela 9.2). No que se refere a protocolos internacionais, verifica-se um ligeiro decréscimo, sendo a maioria com universidades (tabela 9.3).

Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Associações		2	3		1
Casas do Povo e Centros Sociais e Paroquiais					1
Empresas		5	7	2	2
Escolas			1		
Embaixadas	1	1	1		
Fundações	1	2	2	2	3
Governo				1	1
Hospitais e Centros de Saúde e Bem-Estar	3	2	2	4	3
Institutos		1	4	3	3
Universidades		6	9	4	8
Outros		6	4	5	9
Total	5	25	33	21	31

Tabela 9.2 | Total de Protocolos Nacionais Assinados

Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Associações					1
Empresas				1	
Escolas		1			1
Fundações					2
Institutos	1			1	
Universidades	15	5	17	22	8
Outros	2	1	1	1	1
Total	18	7	18	25	13

Tabela 9.3 | Total de Protocolos Internacionais Assinados

O crescente número de protocolos estabelecidos com entidades regionais, nacionais e internacionais nas mais diferentes áreas, reflete a abertura da UAc ao exterior quer ao nível do ensino, quer ao nível da investigação e transferência de conhecimento.

CAPÍTULO II

RELATO FINANCEIRO



- 1. Análise Financeira**
- 2. Análise Orçamental**
- 3. Contabilidade de Gestão**
- 4. Nota Final**
- 5. Proposta de Aprovação das Contas e da Aplicação dos Resultados**
- 6. Demonstrações Financeiras**
- 7. Demonstrações Orçamentais**

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) é um modelo de relato abrangente, que interliga três áreas fundamentais da contabilidade pública, nomeadamente, a financeira, a orçamental e a de gestão.

A contabilidade financeira regista as operações que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. É apurada numa base de acréscimo, permitindo a apresentação verdadeira e apropriada da situação financeira, das suas alterações, dos resultados e dos fluxos de caixa, bem como a obtenção de indicadores económicos e financeiros. As principais orientações para a sua elaboração encontram-se nas Normas de Contabilidade Pública (NCP) 1 a 25 do SNC-AP.

A contabilidade orçamental proporciona um registo da execução do orçamento e de eventuais alterações. Assenta na NCP 26 e nos classificadores orçamentais, permitindo o controlo dos créditos orçamentais, numa base de caixa na fase de orçamentação e de execução, e a obtenção de indicadores orçamentais.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das ações que contribuam para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos. É apurada em base de acréscimo, ou seja, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, e assenta na NCP 27, que dispõe que os documentos de prestação de contas devem divulgar informação sobre avaliação de desempenho e avaliação por programas e sobre os custos, tendo por base a informação disponibilizada pelo sistema de contabilidade de gestão.

O relato financeiro das entidades públicas é desenvolvido para responder às necessidades de informação dos utilizadores dos serviços e dos fornecedores de recursos e contribuintes, bem como de autoridades fiscalizadoras e estatísticas, analistas, consultores e outros grupos de interesse. Neste enquadramento, o relato financeiro ou relatório de gestão que se apresenta contém a análise das demonstrações financeiras e da execução orçamental da UAc no ano de 2025, preparadas em conformidade com o SNC-AP, que se encontra implementado desde o exercício de 2018, contendo também a análise referente à contabilidade de gestão, implementada desde o ano de 2023.

Na leitura do relatório e dos indicadores económicos e financeiros apresentados deve ter-se em consideração que a UAc está integrada no setor público administrativo e que, como tal, depende de financiamento do Orçamento do Estado (OE) e está subordinada aos princípios e às regras orçamentais aplicáveis ao setor das administrações públicas, sem prejuízo do regime de autonomia administrativa e financeira das instituições de ensino superior públicas.

A análise constante do presente relatório reporta ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025, sendo que todas as quantias monetárias nele constantes se encontram em euros, exceto quando expressamente indicada outra forma de apresentação.

1. Análise Financeira

A análise financeira que se segue procede à apreciação dos principais documentos de prestação de contas do ano de 2025 – o balanço e a demonstração de resultados – numa perspetiva de evolução das suas rubricas mais relevantes.

1.1 Balanço

O balanço reflete a posição patrimonial da Universidade dos Açores à data de 31 de dezembro de 2025, sendo composto pelo ativo, pelo património líquido e pelo passivo.

A estrutura do balanço da UAc em 31 de dezembro de 2025 e sua comparação com o final do ano de 2024, apresenta-se como se segue:

Milhares de Euros

	2025		2024		Δ 2025/24
	Quantia Líquida	Peso %	Quantia Líquida	Peso %	
Ativo não corrente	53 473	73,9%	45 006	74,5%	18,8%
Ativos fixos tangíveis	52 606	72,7%	44 139	73,0%	19,2%
Ativos intangíveis	3	0,0%	3	0,0%	0,0%
Participações financeiras	863	1,2%	863	1,4%	0,0%
Ativo corrente	18 896	26,1%	15 443	25,5%	22,4%
Inventários	75	0,1%	78	0,1%	-4,1%
Devedores por transferências e subsídios	60	0,1%	0	0,0%	-
Clientes, contribuintes e utentes	1 952	2,7%	2 043	3,4%	-4,5%
Estado e outros entes públicos	0	0,0%	0	0,0%	-
Outras contas a receber	526	0,7%	482	0,8%	9,1%
Diferimentos	211	0,3%	118	0,2%	78,7%
Caixa e depósitos	16 071	22,2%	12 720	21,0%	26,3%
Total do ativo	72 369	100,0%	60 449	100,0%	19,7%
Património líquido	50 484	69,8%	48 024	79,4%	5,1%
Património/Capital	6 901	9,5%	6 901	11,4%	0,0%
Resultados transitados	-1 106	-1,5%	-4 175	-6,9%	-73,5%
Outras variações no património líquido	41 799	57,8%	42 229	69,9%	-1,0%
Resultado líquido do período	2 890	4,0%	3 069	5,1%	-5,8%
Passivo não corrente	11 615	16,0%	3 976	6,6%	192,1%
Provisões	1 867	2,6%	1 765	2,9%	5,8%
Diferimentos	9 747	13,5%	2 211	3,7%	340,9%
Passivo corrente	10 270	14,2%	8 448	14,0%	21,6%
Credores por transferências e subsídios concedidos	0	0,0%	140	0,2%	-100,0%
Fornecedores	144	0,2%	112	0,2%	29,4%
Estado e outros entes públicos	316	0,4%	47	0,1%	579,7%
Financiamentos obtidos	0	0,0%	0	0,0%	-
Fornecedores de investimentos	610	0,8%	47	0,1%	1189,7%
Outras contas a pagar	4 495	6,2%	3 629	6,0%	23,9%
Diferimentos	4 704	6,5%	4 474	7,4%	5,1%
Total património líquido e passivo	72 369	100,0%	60 449	100,0%	19,7%

Tabela 1 | Estrutura do Balanço de 2025 e 2024

Em termos de composição global do balanço da Universidade, à data de 31 de dezembro de 2025, destaca-se:

- o aumento de 19,7% no total do balanço, face ao ano antecedente;
- o aumento do património líquido em 5,1%, derivado do resultado líquido do exercício do ano de 2025;
- o aumento de 6,6% (em 2024) para 16,0% (em 2025) do peso proporcional do passivo não corrente no total do balanço, face ao valor registado em diferimentos;
- um aumento de 26,3% nas disponibilidades, dado o saldo transitado para a gerência seguinte.

Na figura seguinte, apresenta-se uma análise da estrutura resumida do balanço, tomando em consideração apenas os grandes agregados.

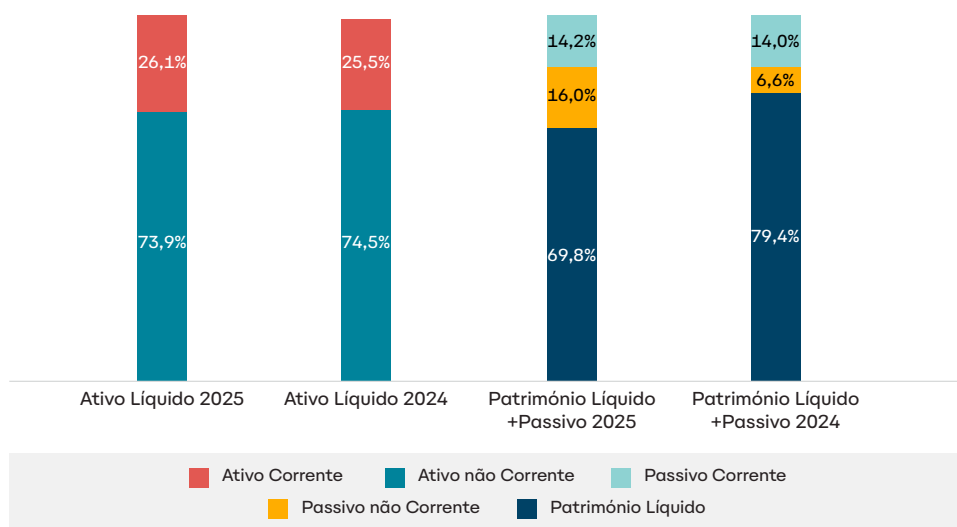


Figura 1 | Estrutura de Capitais e de Financiamento de 2025 e 2024

Esta estrutura de capitais, apesar da necessária interpretação cautelosa, tendo em consideração a natureza pública da UAc, revela uma evolução positiva, tendo em conta que, atualmente, se verifica um equilíbrio entre o património líquido e o ativo não corrente.

O rácio de autonomia financeira da UAc é de 69,8% no final do ano de 2025, sendo de 79,4%, em 2024. Apesar da autonomia financeira da UAc ter reduzido (fortemente impactada pelo diferimento do financiamento das novas residências universitárias), apresenta valores bastante confortáveis, na medida em que mais de dois terços do ativo se encontra assegurado pelo património líquido.

1.1.1 Ativo

O ativo líquido ascendia a 72.369 milhares de euros no final de 2025, registando um aumento de 19,7%, face ao ano anterior. O ativo não corrente representa 73,9% do total do ativo líquido. A principal rubrica do ativo líquido é composta pelos “Ativos fixos tangíveis”, que representam 72,7% do ativo líquido, seguida dos saldos de “Caixa e depósitos”, que representam 22,2% do ativo líquido, e pelas dívidas de “Clientes, contribuintes e utentes”, que representa 2,7% do ativo líquido.

Em 2025, o valor dos “Ativos fixos tangíveis” foi 19,2% superior ao valor de 2024, sendo explicado pelo facto de o valor do investimento realizado ter sido superior ao das depreciações e amortizações do exercício. Na rubrica de “Ativos fixos tangíveis” encontram-se os edifícios, os terrenos, o equipamento básico, administrativo, de transporte, outros ativos e ativos fixos tangíveis em curso.

Relativamente aos valores disponíveis em “Caixa e depósitos”, incluem-se as verbas aplicadas em certificados especiais de dívida de curto prazo (CEDIC), no montante de 15.715 milhares de euros, em cumprimento do artigo 96.º do Decreto-lei n.º 13-A/2025, de 10 de março. Os saldos de “Caixa e depósitos” registaram um aumento significativo face ao ano anterior, na ordem dos 26,3%, embora a maior parte destes saldos corresponda a verbas consignadas a projetos e programas financiados pela União Europeia (UE), ou outras entidades públicas e privadas, bem como verbas do PRR recebidas a título de adiantamento para a construção das Residências Universitárias e, por isso, não disponíveis para a gestão corrente da UAc.

O saldo de “Clientes, contribuintes e utentes” no final do ano de 2025, no montante de 1.952 milhares de euros, diminuiu 4,5% face ao ano de 2024 e é essencialmente composto por propinas a pagar do ano letivo em curso, de 2025/2026, no montante de 1.808 milhares de euros.

Encontram-se registados em cobrança duvidosa 618 milhares de euros, dos quais 46 milhares de euros referem-se a clientes e 572 milhares de euros dizem respeito a utentes.

Existe imparidade constituída para a totalidade dos clientes e utentes em cobrança duvidosa. No ano de 2025, existem 526 milhares de euros em “Outras contas a receber”, sendo a sua maior parte referente a valores em atraso da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), relativos aos apoios à contratação de doutorados.

A este propósito, refira-se que, à data do fecho de contas, a FCT continuava sem efetuar o pagamento devido, o que em muito penaliza a UAc, pois teve de suportar nos anos de 2021 a 2025, com receitas próprias, os custos com alguns investigadores integrados ao abrigo do PREVPAP, sem a compensação da FCT prevista contratualmente.

1.1.2 Património Líquido e Passivo

O “Património líquido”, que representa 69,8% do balanço, registou uma diminuição do seu peso relativo, bem como um aumento do valor absoluto de 2.460 milhares de euros.

A principal componente do património líquido são os subsídios ao investimento recebidos, constantes da rubrica “Outras variações no património líquido”, que, no final de 2025, ascendiam a 41.799 milhares de euros, mas cuja imputação ocorrerá em anos seguintes, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Estes subsídios ao investimento são imputados anualmente na mesma proporção da depreciação/amortização dos respetivos investimentos, compensando-se nessa proporção o efeito de ambos nos resultados do ano.

No que concerne ao passivo, as rubricas com valores mais relevantes são os “Diferimentos”, as “Outras contas a pagar” e as “Provisões”.

Os “Diferimentos” correntes e não correntes, com o valor total de 14.451 milhares de euros, representam 20,0% do passivo e do património líquido (11,1% em 2024), e correspondem a rendimentos a reconhecer em anos seguintes, relativos:

- a receitas consignadas de projetos, no montante de 2.523 milhares de euros (2.231 milhares de euros em 2024);
- aos valores recebidos em 2023, 2024 e 2025 da Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação, no montante total de 8.342 milhares de euros, relativo aos contrato-programa de financiamento no âmbito do Programa Nacional de Alojamento para o Ensino Superior (PNAES), apoiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), destinados à construção das residências universitárias de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, que apenas serão reconhecidos como rendimentos aquando da entrada em funcionamento de cada uma das residências universitárias;
- à verba recebida da Fundação Gaspar Frutuoso (FGF), no montante de 348 milhares de euros, destinada a cofinanciar a construção das residências universitárias de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta;
- aos montantes de 350, 207 e 500 milhares de euros, recebidos, respetivamente, das Câmaras Municipais da Horta, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada para cofinanciamento da construção das residências universitárias;
- à especialização das propinas, no montante de 1.746 milhares de euros (1.807 milhares de euros em 2024);
- à verba recebida da FGF em dezembro de 2019, destinada a suportar encargos com a contratação de docentes ao abrigo de concursos internacionais ainda em curso, com saldo de 140 milhares de euros em 31 de dezembro de 2025;
- à verba recebida do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), destinada a suportar encargos com a contratação de doutorados, com saldo de 295 milhares de euros em 31 de dezembro de 2025.

As “Outras contas a pagar”, que representam 5,7% do passivo e património líquido (6,0% em 2024), correspondem, na sua quase totalidade, às remunerações de férias e subsídios de férias a pagar no ano de 2026 (3.117 milhares de euros), cujo direito foi adquirido em 2025.

Quanto às “Provisões”, no montante de 1.867 milhares de euros, representam 2,6% do total do passivo e património líquido (2,9% em 2024) e dizem respeito a provisões para processos judiciais em curso, para acidentes de trabalho e doenças profissionais e outras provisões.

1.2 Demonstração de Resultados

A demonstração dos resultados por natureza reflete o desempenho económico da UAc durante o ano de 2025, detalhando a origem dos rendimentos e a natureza dos gastos no ano económico. A demonstração de resultados da UAc referente ao ano de 2025 e a respetiva comparação com o ano anterior, apresenta-se no quadro seguinte:

	<i>Milhares de Euros</i>			
	2025	2024	Δ 2025/24	
			Absoluta	%
Impostos de taxas (propinas e taxas)	3 196	2 980	216	7,2%
Vendas e Prestações de serviços	500	693	-193	-27,8%
Transferências correntes e sub. expl. obtidos	26 613	26 477	136	0,5%
Custos das merc. Vend. e matérias consumidas	-38	-40	2	-4,3%
Fornecimentos e serviços externos	-3 526	-3 666	140	-3,8%
Gastos com pessoal	-23 036	-22 760	-276	1,2%
Transferências e subsídios concedidos	-631	-502	-130	25,9%
Imparidades (perdas/reversões)	4	3	1	45,4%
Provisões (aumentos/reduções)	-150	-66	-84	125,6%
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0	0	-
Outros rendimentos e gastos	987	939	47	5,0%
Resultados antes de depreciações e gastos financeiros	3 919	4 059	-140	-3,4%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1 202	-1 101	-101	9,2%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	2 717	2 958	-241	-8,1%
Juros e rendimentos similares obtidos	173	111	62	56,2%
Juros e gastos similares suportados	0	0	0	-
Resultados antes de impostos	2 890	3 069	-178	-5,8%
Imposto sobre o rendimento	0	0	0	-
Resultados líquido do período	2 890	3 069	-178	-5,8%

Tabela 2 | Rendimentos e Gastos de 2025 e 2024

1.2.1 Rendimentos e Ganhos

Em 2025, as rubricas mais significativas, que representaram 95,2% (29.809 milhares de euros) do total de rendimentos e ganhos obtidos, foram:

- as “Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos”, no valor de 26.613 milhares de euros, que se referem, na sua maior parte, as transferências do Orçamento do Estado (OE), tendo registado um aumento de 0,5%, face ao ano de 2024;

- os “Impostos de taxas (propinas e taxas)”, no valor de 3.196 milhares de euros, referentes, na sua maior parte, à receita de propinas, que registaram um aumento de 7,2%, face ao ano anterior.

Quanto aos “Outros rendimentos e gastos”, estes apresentaram um aumento de 5,0%, face ao ano transato, assumindo o valor líquido de 987 milhares de euros, sendo apurados pela diferença entre os “Outros rendimentos” (1.238 milhares de euros) e os “Outros gastos” (251 milhares de euros). Ao nível dos “outros rendimentos”, o valor é composto, sobretudo, pelas receitas com imputação de subsídios ao investimento, no montante de 1.096 milhares de euros, em 2025.

Uma nota especial para “Juros e rendimentos similares obtidos” relativos aos juros obtidos com as aplicações de tesouraria CEDIC durante o ano de 2025.

O detalhe destas rubricas será aprofundado na análise orçamental.

1.2.2 Gastos e Perdas

Em 2025, as rubricas mais significativas, que representaram 97,0% (26.561 milhares de euros) do total dos gastos e perdas suportados, foram os gastos com o pessoal e os fornecimentos e serviços externos.

Quanto aos gastos com o pessoal, no valor de 23.036 milhares de euros, detalham-se como se segue:

	2025	2024	Δ 2025/24	
			Absoluta	%
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	530 555	498 946	31 608	6,3%
Remunerações certas e permanentes	521 438	491 686	29 752	6,1%
Abonos variáveis ou eventuais	9 116	7 260	1 856	25,6%
Remunerações certas e permanentes	17 919 515	17 695 320	224 196	1,3%
Remunerações certas e permanentes	17 684 328	17 458 560	225 769	1,3%
Abonos variáveis ou eventuais	235 187	236 760	-1 573	-0,7%
Indemnizações	172 550	238 817	-66 267	-27,7%
Encargos sobre remunerações	4 295 060	4 245 587	49 473	1,2%
Caixa Geral de Aposentações	2 908 073	3 050 955	-142 881	-4,7%
Segurança Social	1 386 987	1 194 632	192 355	16,1%
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	9 836	5 879	3 956	67,3%
Outros gastos com o pessoal	907	2 196	-1 289	-58,7%
Outros encargos sociais	107 405	72 979	34 426	47,2%
Gastos com Pessoal	23 035 828	22 759 725	276 103	1,2%

Tabela 3 | Gastos com Pessoal de 2025 e 2024

Os gastos com o pessoal registaram um aumento de 1,2%, de 2024 para 2025, representando um crescimento de 276 milhares de euros. As remunerações certas e permanentes e os encargos sobre remunerações são responsáveis pela quase totalidade deste aumento.

O detalhe do aumento nos gastos com o pessoal em 2025 será apresentado na análise orçamental.

Segue-se quadro com alguns indicadores relativos aos recursos humanos:

Indicadores Económicos	Milhares de Euros			
	2025	2024	Δ 2025/24	
			Absoluta	%
Gastos com pessoal/(Propinas + Vendas + Transf. correntes)	76,0%	75,5%		
Gasto médio por empregado (em milhares de euros)	44 816,8	45 794,2	-977,4	-2,1%
Número de empregados no final do ano (em ETI)	514	497		

Tabela 4 | Indicadores de Recursos Humanos de 2025 e 2024

O peso dos gastos com o pessoal, apurado tendo por base o ETI (equivalente a tempo integral), no ano de 2025, representou 76,0% das receitas da UAc, sendo ligeiramente superior ao de 2024. O gasto médio por colaborador diminuiu 2,1%, face ao ano anterior.

Durante o ano de 2025 registaram-se os seguintes movimentos de pessoal com vínculo permanente à instituição:

- Saídas de pessoal permanente da UAc:
 - o 24 aposentações, sendo 3 professores auxiliares, 4 professores adjuntos, 3 professores associados, 2 professores coordenadores, 1 professor catedrático, 2 técnicos superiores, 6 assistentes técnicos, 3 assistentes operacionais.
 - o Licença sem remuneração de 1 assistente técnico;
 - o Constituição de mobilidade de 1 técnico superior.
- Entradas de pessoal permanente da UAc:
 - o 31 contratos a título permanente, dos quais 9 contratos como professor auxiliar, 1 investigador principal, 5 investigadores auxiliares, 4 professores adjuntos, 7 técnicos superiores, 4 assistentes técnicos e 1 assistente operacional.

Como é possível verificar, em 2025, o número de novos contratos permanentes na UAc foi superior ao de saídas de pessoal permanente nesse ano. No entanto, estas entradas resultam também de procedimentos contratuais em curso para substituições de saídas em anos anteriores, em especial do ano de 2024, em que o número de saídas foi muito superior ao número de entradas.

Relativamente a pessoal contratado a termo certo e a tempo integral, durante o ano de 2025 celebraram-se 27 contratos, dos quais: 1 investigador júnior, 1 investigador auxiliar convidado, 1 professor adjunto convidado, 1 leitor e 23 técnicos superiores.

No ano de 2025 registou-se também uma entrada por constituição de uma nova mobilidade de assistente técnico e manteve-se uma mobilidade previamente constituída de técnico superior.

Relativamente aos fornecimentos e serviços externos, representaram, em 2025, o montante de 3.526 milhares de euros e foram relativos às seguintes rubricas:

	Euros			
	2025	2024	Δ 2025/24	
			Absoluta	%
Subcontratos e parcerias	492	775	-283	-36,5%
Serviços de alojamento e de restauração	492	775	-283	-36,5%
Serviços especializados	1 378 977	1 635 042	-256 065	-15,7%
Trabalhos especializados	226 600	488 008	-261 408	-53,6%
Publicidade, comunicação e imagem	15 107	13 800	1 307	9,5%
Vigilância e segurança	180 019	196 384	-16 365	-8,3%
Honorários	536 432	341 421	195 011	57,1%
Conservação e reparação	420 818	594 840	-174 021	-29,3%
Outros serviços especializados	0	589	-589	-100,0%
Materiais de consumo	346 044	351 272	-5 227	-1,5%
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 281	2 831	-1 550	-54,7%
Livros e documentação técnica	1 320	2 362	-1 042	-44,1%
Material de escritório	29 081	28 171	910	3,2%
Artigos para oferta e de publicidade de propaganda	39 935	35 948	3 987	11,1%
Material de educação, cultura e recreio	4 263	12 122	-7 859	-64,8%
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	4 089	3 363	726	21,6%
Produtos químicos e de laboratórios	65 961	79 789	-13 828	-17,3%
Outros materiais	200 113	186 685	13 428	7,2%
Energia e fluídos	351 899	358 489	-6 590	-1,8%
Eletricidade	286 092	292 918	-6 827	-2,3%
Combustíveis e lubrificantes	7 124	8 320	-1 196	-14,4%
Água	58 072	56 427	1 645	2,9%
Outros	611	824	-213	-25,8%
Deslocações, estadas e transportes	468 516	430 812	37 704	8,8%
Deslocações e estadas	468 494	428 222	40 272	9,4%
Transportes de pessoal	0	0	0	-
Transporte de mercadorias e outros bens	23	2 591	-2 568	-99,1%
Serviços diversos	979 697	889 451	90 245	10,1%
Rendas e alugueres	9 689	9 364	325	3,5%
Comunicação	19 203	18 487	716	3,9%
Seguros	19 924	16 099	3 825	23,8%
Contencioso e notariado	0	0	0	-
Limpeza, higiene e conforto	11	9	2	29,3%
Outros serviços	930 871	845 494	85 378	10,1%
Fornecimentos e serviços externos	3 525 626	3 665 841	-140 216	-3,8%

Tabela 5 | Fornecimentos e Serviços Externos de 2025 e 2024

Face ao ano de 2024, os fornecimentos e serviços externos diminuíram 140 milhares de euros, revelando uma variação de - 3,8%.

A análise detalhada dos gastos nas rubricas de fornecimentos e serviços externos será efetuada no capítulo dedicado à área orçamental.

1.2.3 Resultados

No ano de 2025, os resultados da UAc foram sobretudo influenciados:

- Positivamente, em especial pelo aumento das receitas com “Impostos de taxas” e com “Transferências correntes e subsídios exploração obtidos”, que cresceram, respetivamente, 216 e 136 milhares de euros, e pela diminuição dos “Fornecimentos e serviços externos”, que decresceram 140 milhares de euros, cujo maior detalhe se apresenta na análise orçamental;
- Negativamente, em especial pelo aumento dos “Gastos com o pessoal” em 276 milhares de euros, cujo maior detalhe se apresenta, igualmente, na análise orçamental.

Em função dos rendimentos e ganhos obtidos e dos gastos e perdas suportados, os resultados do período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025 são os que se apresentam no quadro seguinte:

	2025	2024	Euros	
			Δ 2025/24	
			Absoluta	%
EBITDA ⁽¹⁾ ou Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações	4 073 397	4 128 220	-54 822	-1,3%
Resultados antes de depreciações e gastos financeiros	3 918 893	4 058 653	-139 761	-3,4%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	2 717 077	2 957 767	-240 690	-8,1%
Resultados antes de impostos	2 890 048	3 068 501	-178 453	-5,8%
Resultado líquido do período	2 890 048	3 068 501	-178 453	-5,8%

Tabela 6 | Resultados de 2025 e 2024

No ano de 2025, registou-se uma diminuição dos resultados obtidos, tendo o Resultado líquido do exercício, em base SNC-AP, sido de 2.890 milhares de euros, revelando um decréscimo de 178 milhares de euros face ao ano de 2024 (menos 5,8%).

2. Análise Orçamental

A análise do desempenho orçamental, no âmbito do SNC-AP, foca-se na avaliação da execução do orçamento da UAc, comparando o que foi orçamentado com o que foi efetivamente realizado, no ano de 2025, na ótica de fluxos de recebimentos e pagamentos (receita cobrada e despesa paga).

As demonstrações orçamentais que se apresentam e que seguidamente se analisam, evidenciam, com detalhe, a previsão e execução, durante o ano de 2025, das diversas rubricas do orçamento da UAc.

2.1 Desempenho Orçamental

A conta de gerência relativa a 31 de dezembro de 2025 apresentou o valor global de 53.056 milhares de euros, conforme o seguinte mapa de fluxos:

Fluxos de Recebimentos		Fluxos de Pagamentos	
1. Saldo da gerência anterior		3. Pagamentos na gerência	
De dotações orçamentais (OE)	5 680 587,28	De dotações orçamentais (OE)	29 777 226,36
Da União Europeia (UE)	2 790 594,23	Da União Europeia (UE)	1 035 824,60
De receitas próprias	3 614 425,42	De receitas próprias	5 387 825,10
De Investimentos do plano	0,00	De Investimentos do plano	0,00
Fundos alheios (operações tesouraria)	634 704,37	Fundos alheios (operações tesouraria)	783 447,50
	12 720 311,30		36 984 323,56
2. Recebimentos na gerência		4. Saldo para a gerência seguinte (1+2-3)	
De dotações orçamentais (OE)	30 407 861,12	De dotações orçamentais (OE)	6 311 222,04
Da União Europeia (UE)	2 064 941,86	Da União Europeia (UE)	3 819 711,49
De receitas próprias	6 489 101,83	De receitas próprias	4 715 702,15
De Investimentos do plano	0,00	De Investimentos do plano	0,00
Fundos alheios (operações tesouraria)	1 373 554,49	Fundos alheios (operações tesouraria)	1 224 811,36
	40 335 459,30		16 071 447,04
Total	53 055 770,60	Total	53 055 770,60

Tabela 7 | Recebimentos e Pagamentos e Saldos de Gerência de 2025

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo resultante da execução orçamental foi de 16.071 milhares de euros (12.720 milhares de euros, no final do ano económico de 2024), destacando-se:

- o montante de 6.311 milhares de euros de dotações orçamentais com origem no OE, derivadas de verbas consignadas a projetos de investigação, à construção das residências universitárias e ao contrato-programa celebrado entre a UAc, a Direção-Geral do Ensino Superior (DGES), o *Air Center*, a *Portugal Space*, a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, a Fundação para a Ciência e Tecnologia e o Governo Regional dos Açores, também designado de contrato-programa DGES no presente relatório;

- o montante de 4.716 milhares de euros referentes a receitas próprias consignadas a projetos, bem como a verbas do Governo Regional dos Açores para desenvolvimento de projetos e outras receitas próprias da UAc;
- o montante de 3.820 milhares de euros de receitas da União Europeia, consignadas a projetos de investigação e programas de mobilidade; e
- o montante de 1.225 milhares de euros de operações de tesouraria, referentes a projetos PRR, cuja classificação nesta rubrica é determinada pela DGO (Direção-Geral do Orçamento), e por cauções pagas ao Governo Regional dos Açores, no âmbito de contratos de prestações de serviços a realizar pela UAc.

Se forem expurgadas as receitas que não fazem parte da dotação orçamental base da UAc e que influenciam os seus diversos indicadores orçamentais, verifica-se que a atividade da instituição continua a ser fortemente condicionada pela insuficiência das dotações atribuídas pelo OE, que são estruturalmente insuficientes para pagamento da totalidade das despesas com o pessoal (cobertura na ordem dos 86,5%).

O atraso recorrente no cumprimento das obrigações da FCT, como os compromissos ao abrigo do contrato-programa do PREVPAP, para além do atraso no pagamento de propinas de doutoramento e de reembolsos de pedidos de pagamento, são fatores que condicionam a gestão financeira da UAc e obrigam a dispor de recursos próprios para suportar despesas durante longos períodos.

O quadro seguinte sintetiza os indicadores gerais do desempenho orçamental do ano findo em 31 de dezembro de 2025.

	<i>Euros</i>			
	2025	2024	Δ 2025/24	
			Absoluta	Relativa
Orçamento Inicial	41 582 127	26 827 921	14 754 206	55,0%
Orçamento Corrigido	56 198 838	40 487 820	15 711 018	38,8%
Δ Orç. Corrigido/Inicial	35,2%	50,9%		
Receita Cobrada	51 047 512	40 010 180	11 037 332	27,6%
Despesa Paga	36 200 876	27 924 573	8 276 303	29,6%
Saldo de Gerência	14 846 636	12 085 607	2 761 029	22,8%
Grau Execução Receita	90,8%	98,8%		-8,1%
Grau Execução Despesa	64,4%	69,0%		-6,6%
Orçamento do Estado (OE) (corrigido)	21 703 135	20 319 184	1 383 951	6,8%
Peso Financiamento do Estado	38,6%	50,2%		-23,0%

Tabela 8 | Principais Indicadores Orçamentais

2.2 Alterações Orçamentais

As alterações ao orçamento inicialmente aprovado para o ano de 2025 resultaram de:

- integração do saldo de gerência do ano anterior, no montante total de 12.085.611 euros (a diferença para o saldo efetivo da gerência anterior deve-se a arredondamentos nas diversas parcelas das alterações orçamentais);
- receitas provenientes da Administração Central, no valor de 1.705.324 euros, sendo 1.500.000 euros referentes ao contrato-programa DGES, celebrado em 2023, previstos inicialmente como outras receitas correntes, e 205.324 euros relativos ao financiamento dos CTeSP, não previsto no orçamento;
- receitas não previstas em orçamento, no valor de:
 - 374.302 euros para projetos e bolsas de mobilidade;
 - 289.756 euros relativos a receitas destinadas a projetos PRR;
 - 226.928 euros de receitas provenientes de entidades pertencentes à Administração Regional;
 - 124.936 euros de receitas provenientes da FCT.
- reembolso do IVA suportado na construção das novas residências universitárias, não previsto em orçamento, no montante de 161.718 euros.

O quadro seguinte apresenta o resumo das alterações orçamentais ocorridas em 2025.

	FF 311	FF 313	FF 316	FF 319	FF 369	FF 31B	FF 31H	FF 422	FF 452	FF 482	FF 483	FF 488	FF 513	FF 522	FF 541	Total Geral
	OE	Saldo Gerência	Saldo Gerência	SFA	Tranf. RP Projetos	OE Residências	IVA PRR	EU Projetos	EU Feder	EU Erasmus	PRR	Saldo Gerência	Receitas Próprias	Saldo Gerência	Tranf. RP Projetos	
Orçamento inicial	19 997 811,00 €	- €	- €	1 852 472,00 €	- €	8 306 088,00 €	- €	439 600,00 €	- €	1 690 290,00 €	896 759,00 €	- €	5 660 109,00 €	- €	2 738 998,00 €	41 582 127,00 €
Contrato-programa DGES 1.500.000€	1 500 000,00 €															1 500 000,00 €
Despesas com Pessoal	661 000,00 €															661 000,00 €
Despesas de capital	750 000,00 €															750 000,00 €
Outras despesas correntes	89 000,00 €															89 000,00 €
Integração do saldo de gerência		3 055 925,00 €	861 294,00 €			1 763 370,00 €						2 790 595,00 €		3 614 427,00 €		12 085 611,00 €
Aquisição de bens e serviços		18 515,00 €	244 275,00 €			603 294,00 €						1 374 304,00 €		1 353 817,00 €		3 594 205,00 €
Despesas com Pessoal		992 480,00 €	599 706,00 €									776 308,00 €		773 053,00 €		3 141 547,00 €
Despesas de capital		108 890,00 €	13 025,00 €			1 160 076,00 €						24 106,00 €		1 244 580,00 €		2 550 677,00 €
Outras despesas correntes		1 936 040,00 €	3 206,00 €									2 659,00 €		103 637,00 €		2 045 542,00 €
Transferências correntes			1 082,00 €									613 218,00 €		139 340,00 €		753 640,00 €
Projetos não previstos em orçamento				124 936,00 €	420,00 €				2 380,00 €	19 638,00 €					226 928,00 €	374 302,00 €
Aquisição de bens e serviços				7 156,00 €	420,00 €				2 380,00 €	19 638,00 €					226 928,00 €	256 522,00 €
Despesas com Pessoal				96 870,00 €												96 870,00 €
Outras despesas correntes				11 152,00 €												11 152,00 €
Transferências correntes				9 758,00 €												9 758,00 €
Reembolso IVA Residências							161 718,00 €									161 718,00 €
Despesas de capital							161 718,00 €									161 718,00 €
Projetos PRR						97 218,00 €	4 170,00 €				188 368,00 €					289 756,00 €
Aquisição de bens e serviços						97 218,00 €	4 170,00 €				33 404,00 €					134 792,00 €
Despesas com Pessoal											113 819,00 €					113 819,00 €
Despesas de capital											41 145,00 €					41 145,00 €
Financiamento CTeSP	205 324,00 €															205 324,00 €
Despesas com Pessoal	205 324,00 €															205 324,00 €
Total das Alterações	1 705 324,00 €	3 055 925,00 €	861 294,00 €	124 936,00 €	420,00 €	1 860 588,00 €	165 888,00 €	- €	2 380,00 €	19 638,00 €	188 368,00 €	2 790 595,00 €	- €	3 614 427,00 €	226 928,00 €	14 616 711,00 €
Orçamento Corrigido	21 703 135,00 €	3 055 925,00 €	861 294,00 €	1 977 408,00 €	420,00 €	10 166 676,00 €	165 888,00 €	439 600,00 €	2 380,00 €	1 709 928,00 €	1 085 127,00 €	2 790 595,00 €	5 660 109,00 €	3 614 427,00 €	2 965 926,00 €	56 198 838,00 €

⁽¹⁾ As diferenças para os saldos indicados no Quadro B devem-se a arredondamentos nas diversas parcelas das alterações orçamentais.

Tabela 9 | Alterações Orçamentais em 2025

Em consequência das alterações orçamentais referidas, o orçamento corrigido da receita ascendeu a 56.199 milhares de euros, mais 35,2% do que o orçamento inicial aprovado, conforme se discrimina na tabela seguinte.

Classificação Económica	2025		Euros	
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Δ Orç. Corrigido/Inicial	
			Absoluta	Relativa
4 Taxas, multas e outras penalidades	3 157 300	3 255 478	98 178	3,1%
5 Rendimentos de propriedades	0	172 971	172 971	-
6 Transferências correntes	25 976 258	28 360 903	2 384 645	9,2%
7 Vendas de bens e serviços correntes	492 809	580 085	87 276	17,7%
8 Outras receitas correntes	2 023 600	1 561 210	-462 390	-22,8%
Total das receitas correntes	31 649 967	33 930 647	2 280 680	7,2%
9 Venda de bens de investimento	0	0	0	-
10 Transferências de capital	9 926 960	10 137 997	211 037	2,1%
15 Reposições não abatidas	5 200	44 583	39 383	757,4%
16 Saldo da gerência anterior	0	12 085 611	12 085 611	-
Total das receitas de capital	9 932 160	22 268 191	12 336 031	124,2%
Total	41 582 127	56 198 838	14 616 711	35,2%

Tabela 10 | Orçamento da Receita: Inicial vs. Corrigido

Face ao ano anterior, o orçamento corrigido da receita de 2025 teve um aumento de 38,8%, conforme decomposição que se apresenta no quadro seguinte.

Classificação Económica	2025		2024		Euros	
	Orçamento Corrigido	Orçamento Corrigido	Δ Orç. Corrigido			
			Absoluta	Relativa		
4 Taxas, multas e outras penalidades	3 255 478	3 270 710	-15 232	-0,5%		
5 Rendimentos de propriedades	172 971	110 734	62 237	56,2%		
6 Transferências correntes	28 360 903	24 841 460	3 519 443	14,2%		
7 Vendas de bens e serviços correntes	580 085	733 978	-153 893	-21,0%		
8 Outras receitas correntes	1 561 210	49 032	1 512 178	3084,1%		
Total das receitas correntes	33 930 647	29 005 914	4 924 733	17,0%		
9 Venda de bens de investimento	0	847	-847	-		
10 Transferências de capital	10 137 997	1 746 337	8 391 660	480,5%		
15 Reposições não abatidas	44 583	9 314	35 269	378,7%		
16 Saldo da gerência anterior	12 085 611	9 725 408	2 360 203	24,3%		
Total das receitas de capital	22 268 191	11 481 906	10 786 285	93,9%		
Total	56 198 838	40 487 820	15 711 018	38,8%		

Tabela 11 | Orçamento da Receita:
Comparação do Orçamento Corrigido com Ano Anterior

A variação mais expressiva, em termos absolutos, foi registada nas transferências de capital, com mais 8.392 milhares de euros, decorrente, sobretudo, de verbas destinadas à construção das novas residências universitárias.

Por sua vez, a variação positiva de 35,2% do orçamento corrigido da despesa global, face ao orçamento inicial aprovado, ocorreu, em termos absolutos, essencialmente nas despesas com a aquisição de bens e serviços, com mais 2.930 milhares de euros, motivada, na sua maior parte, pela integração de saldos de gerência de 2024 de projetos de investigação em curso na UAc.

Classificação Económica	2025		Euros	
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Δ Orç. Corrigido / Inicial	
			Absoluta	Relativa
1 Despesas com o pessoal	24 727 826	26 709 051	1 981 225	8,0%
2 Aquisição de bens e serviços	4 668 423	9 627 102	4 958 679	106,2%
3 Juros e outros encargos	0	0	0	-
4 Transferências correntes	594 520	1 458 574	864 054	145,3%
6 Outras despesas correntes	113 900	3 044 331	2 930 431	2572,8%
Total das despesas correntes	30 104 669	40 839 058	10 734 389	35,7%
7 Aquisição de bens de capital	11 477 458	15 359 780	3 882 322	33,8%
9 Ativos Financeiros	0	0	0	-
10 Passivos financeiros	0	0	0	-
Total das despesas de capital	11 477 458	15 359 780	3 882 322	33,8%
Total	41 582 127	56 198 838	14 616 711	35,2%

Tabela 12 | Orçamento da Despesa: Inicial vs. Corrigido

Também ao nível da variação no orçamento corrigido da despesa global, face ao orçamento inicial aprovado, destaca-se o valor das despesas com o pessoal, com mais 1.981 euros milhares de euros, decorrentes, sobretudo, de valorizações remuneratórias, conforme legislação aplicável descrita no ponto dedicado aos gastos com o pessoal.

Ao nível da variação da despesa com aquisição de bens de capital, que regista um aumento face ao orçamento de 12.097 milhares de euros, este deriva, essencialmente, da construção das novas residências universitárias.

Classificação Económica	2025		2024		Euros	
	Orçamento Corrigido	Orçamento Corrigido	Δ Orç. Corrigido 2025/24			
			Absoluta	Relativa		
1 Despesas com o pessoal	26 709 051	25 809 227	899 824	3,5%		
2 Aquisição de bens e serviços	9 627 102	7 795 818	1 831 284	23,5%		
3 Juros e outros encargos	0	0	0	-		
4 Transferências correntes	1 458 574	1 326 282	132 292	10,0%		
6 Outras despesas correntes	3 044 331	2 293 678	750 653	32,7%		
Total das despesas correntes	40 839 058	37 225 005	3 614 053	9,7%		
7 Aquisição de bens de capital	15 359 780	3 262 815	12 096 965	370,8%		
9 Ativos Financeiros	0	0	0	-		
10 Passivos financeiros	0	0	0	-		
Total das despesas de capital	15 359 780	3 262 815	12 096 965	370,8%		
Total	56 198 838	40 487 820	15 711 018	38,8%		

Tabela 13 | Orçamento da Despesa:
Comparação do Orçamento Corrigido com Ano Anterior

2.3 Execução Orçamental da Receita

2.3.1 Grau de Execução da Receita

A tabela seguinte apresenta a informação relativa à execução orçamental da receita, discriminada por grandes rubricas de classificação económica, procurando-se, desta forma, avaliar o seu grau de execução, tendo por base o valor global considerado em orçamento corrigido.

Euros

Classificação Económica	2025			2024			Δ Rec. Cobrada 2025/24	
	Orçamento Corrigido	Receita Cobrada	Grau de Execução	Orçamento Corrigido	Receita Cobrada	Grau de Execução	Absoluta	Relativa
4 Taxas, multas e outras penalidades	3 255 478	2 976 630	91,4%	3 270 710	3 176 328	97,1%	-199 698	-6,3%
5 Rendimentos de propriedades	172 971	172 970	100,0%	110 734	110 733	100,0%	62 237	56,2%
6 Transferências correntes	28 360 903	26 733 422	94,3%	24 841 460	24 460 562	98,5%	2 272 860	9,3%
MECI	21 703 135	21 703 135	100,0%	20 319 184	20 319 184	100,0%	1 383 951	6,8%
Serviços e Fundos Autónomos	258 656	251 889	97,4%	36 618	36 618	100,0%	215 271	-
Administração Regional	1 609 852	1 609 852	100,0%	1 600 051	1 265 696	79,1%	344 156	27,2%
Administração Local	1 356 074	964 952	71,2%	106 554	105 754	99,2%	859 199	812,5%
EU/Instituições	2 151 808	1 831 650	85,1%	2 227 010	2 227 008	100,0%	-395 359	-17,8%
PRR	971 308	119 376	12,3%	62 500	16 810	26,9%	102 566	
Outros	310 070	252 569	81,5%	489 543	489 493	100,0%	-236 924	-48,4%
7 Vendas de bens e serviços correntes	580 085	511 227	88,1%	733 978	732 538	99,8%	-221 311	-30,2%
8 Outras receitas correntes	1 561 210	122 306	7,8%	49 032	48 611	99,1%	73 696	151,6%
Total das receitas correntes	33 930 647	30 516 556	89,9%	29 005 914	28 528 772	98,4%	1 987 784	7,0%
9 Venda de bens de investimento	0	0	-	847	435	51,4%	-435	-
10 Transferências de capital	10 137 997	8 400 767	82,9%	1 746 337	1 746 255	100,0%	6 654 511	381,1%
15 Reposições não abatidas	44 583	44 582	100,0%	9 314	9 312	100,0%	35 270	378,8%
16 Saldo da gerência anterior	12 085 611	12 085 607	100,0%	9 725 408	9 725 405	100,0%	2 360 202	24,3%
Total das receitas de capital	22 268 191	20 530 955	92,2%	11 481 906	11 481 408	100,0%	9 049 983	78,8%
Total	56 198 838	51 047 512	90,8%	40 487 820	40 010 180	98,8%	11 037 767	27,6%

Tabela 14 | Grau de Execução Orçamental da Receita

2025

Em 31 de dezembro de 2025, a receita cobrada do orçamento da UAc totalizou 51.048 milhares de euros, constituindo um aumento de 11.038 milhares de euros, relativamente ao ano de 2024, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 90,8% (98,8%, em 2024).

O aumento no valor absoluto da receita cobrada em 2025 é justificado pelo aumento do valor integrado do saldo de gerência, das transferências de capital e das transferências correntes do Orçamento do Estado.

A execução das receitas correntes e de capital, e respetivo peso no orçamento corrigido, apresenta-se na figura seguinte:

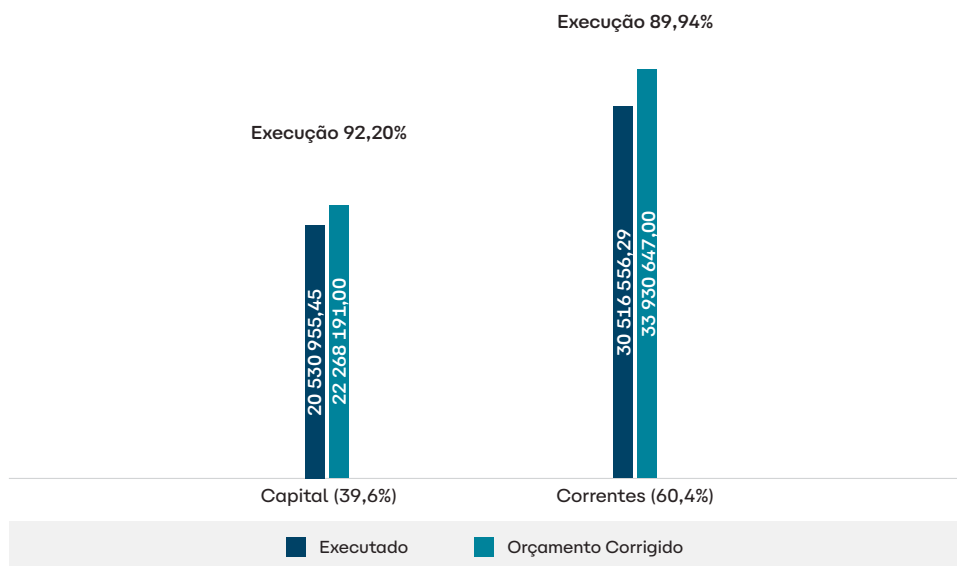


Figura 2 | Receita Executada vs Receita Orçamentada Corrigida (em euros)

Receitas Correntes:

Do total das receitas cobradas em 2025, 59,8% são correntes, pelo que importa discriminar por grandes rubricas, conforme se apresenta na figura seguinte:

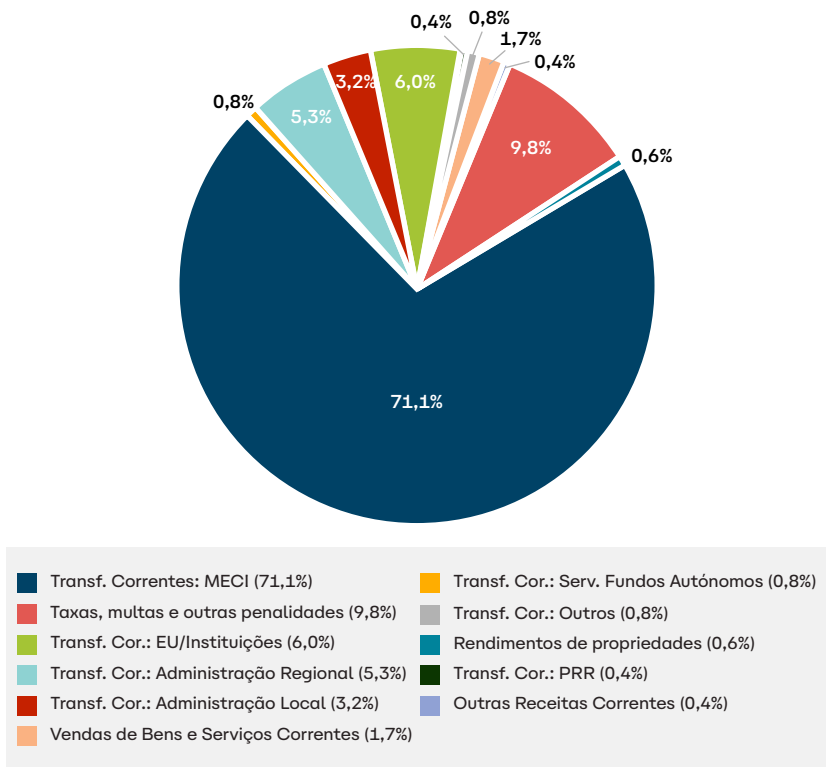


Figura 3 | Estrutura das Receitas Correntes Cobradas

A principal fonte de financiamento da UAc é o OE, que, em 2025, representou 71,1% das receitas correntes (sensivelmente o mesmo peso que em 2024, com 71,2%) e 42,5% (50,8% em 2024) do total da receita cobrada pela UAc. Face ao ano anterior, as transferências do OE aumentaram 6,8%, no montante de 1.384 milhares de euros.

O valor recebido do OE em 2025, no montante de 21.703 milhares euros, teve a seguinte repartição:

- 19.998 milhares de euros de dotação inicial em 2025 (já deduzida do valor que o MECI transfere diretamente para os SASE), composta por um aumento de 2,1% face à dotação inicial de 2024, que comporta as verbas relativas ao Contrato de Estabilidade e à compensação no âmbito do PREVPAP prevista contratualmente;
- 1.500 milhares de euros referentes ao contrato-programa DGES celebrado em 2023. Salienta-se, neste âmbito, que a transferência do ano de 2024 foi antecipada e recebida pela UAc no final do ano de 2023, mas a verba referente a 2025 foi efetivamente recebida no ano a que respeita. Esta situação inflacionou a taxa de crescimento das transferências do OE de 2024 para 2025;

- 205 milhares de euros relativos ao financiamento dos CTeSP.

A segunda fonte de financiamento corrente da UAc refere-se à receita cobrada de propinas, registada em “Taxas, multas e outras penalidades”, que representa 9,8% da receita corrente, tendo reduzido o seu peso percentual relativamente a 2024 (11,1%). No ponto 2.3.2 apresenta-se uma análise mais detalhada da estrutura e evolução recente desta rubrica.

A receita proveniente da UE/Instituições representou 6,0% das receitas correntes e 3,6% (5,6% em 2024) da receita total cobrada em 2025.

As verbas atribuídas pela RAA representaram 5,3% das receitas correntes de 2025 (4,4% em 2024). Nesta matéria, apesar do peso percentual e do valor das receitas recebidas do Governo Regional ter aumentado, refira-se que contrato-programa de apoio à tripolaridade manteve-se nos 950 milhares de euros.

O contrato-programa para comparticipação nas despesas da UAc resultantes da sua tripolaridade foi celebrado com a RAA em agosto de 2025 e foi executado na íntegra pela UAc, em respeito pelas regras de elegibilidade das despesas previstas no contrato, conforme repartição que se apresenta na figura seguinte.

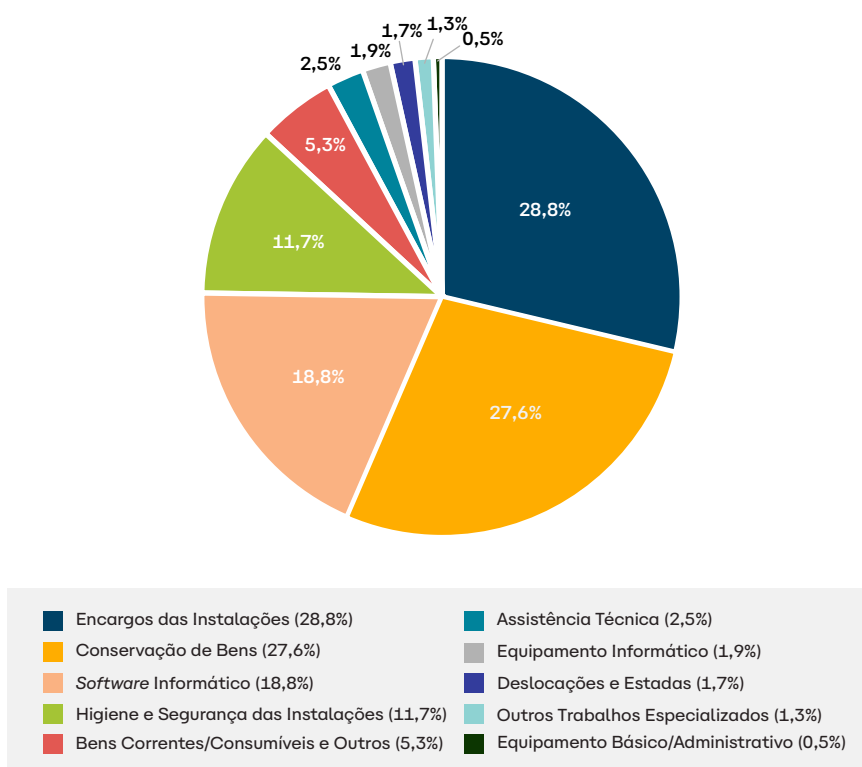


Figura 4 | Execução do Contrato de Tripolaridade, por tipo de Despesas

As quatro principais rubricas de despesa realizada com verbas da tripolaridade de 2025, que totalizam mais de 85% do valor do contrato-programa, foram os encargos com as instalações dos 3 *campi*, conservação de bens, *software* informático e higiene e segurança das instalações.

A figura seguinte representa a repartição das despesas por *campus*.

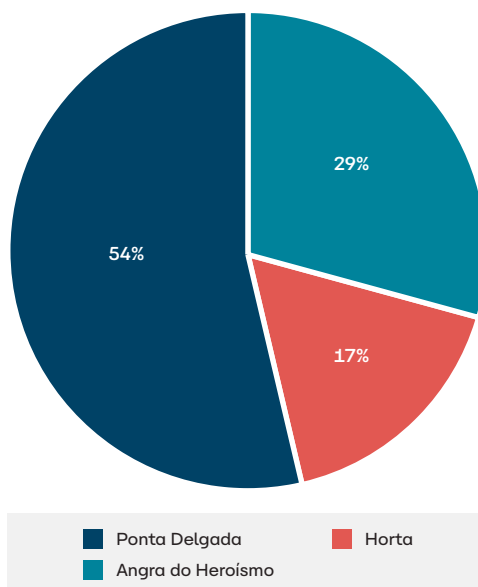


Figura 5 | Repartição das Despesas de Tripolaridade por *Campus*

A receita proveniente das vendas de bens e serviços correntes, em 2025, representou 1,7% (2,6% em 2024) da receita corrente cobrada, tendo atingido o montante de 511 milhares euros, traduzindo um decréscimo de 30,2% face ao ano precedente. Inclui-se nesta rubrica as diversas prestações de serviços realizadas, bem como a cobrança da afetação dos recursos humanos da UAc com funções na FGF, no Instituto do Mar (IMAR) e no Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores (CIVISA).

As outras receitas correntes, em 2025, representaram 0,4% da receita corrente cobrada (0,2% em 2024), tendo atingido o montante de 122 milhares de euros, mais 151,6% face ao ano de 2024, no qual assume relevância os reembolsos de IVA e o subsídio social de mobilidade.

Receitas de Capital:

Em 2025, as receitas de capital atingiram 40,2% (28,7% em 2024) do total da receita cobrada pela UAc, com uma variação absoluta de 9.050 milhares de euros relativamente ao ano precedente, a que corresponde um aumento de 78,8%, justificado, sobretudo pelo aumento das transferências de capital em 6.655 milhares de euros e do saldo da gerência do ano anterior em 2.360 milhares de euros correspondente, na sua quase totalidade, a verbas consignadas, conforme já detalhado.

2.3.2 Propinas

A principal rubrica do agrupamento de “Taxas, multas e outras penalidades” é a receita de propinas. A receita cobrada de propinas e outras taxas é a principal fonte de receitas próprias da UAc.

Em 2025, a evolução desta receita foi negativa em 6,3% face ao ano anterior, conforme detalhe que se apresenta no quadro seguinte:

	<i>Euros</i>			
	2025	2024	Δ 2025/24	
			Absoluta	Relativa
Taxas	2 964 048	3 163 288	-199 241	-6,3%
Propinas	2 653 795	2 913 220	-259 425	-8,9%
1º Ciclo	1 290 286	1 336 188	-45 903	-3,4%
2º Ciclo	714 430	689 088	25 342	3,7%
3º Ciclo	249 808	471 899	-222 092	-47,1%
Mestrado integrado	157 497	158 993	-1 496	-0,9%
Pós Graduações	159 360	200 493	-41 133	-20,5%
Propinas - Outras	82 415	56 559	25 856	45,7%
Taxas diversas	310 252	250 068	60 184	24,1%
Multas e outras penalidades	12 582	13 039	-457	-3,5%
Juros de mora	12 582	13 039	-457	-3,5%
Total	2 976 630	3 176 328	-199 698	-6,3%

Tabela 15 | Comparativo de taxas, multas e outras penalidades 2025-2024

A redução de 200 milhares de euros no valor total cobrado de propinas, de 2024 para 2025, é explicada, sobretudo, pela redução das propinas cobradas nos 1.º e 3.º ciclos e nas pós-graduações, mitigada pelo aumento das taxas diversas cobradas e das propinas cobradas no 2.º ciclo e nas outras propinas cobradas. Salienta-se que a redução verificada de 222 mil euros nas propinas do 3.º ciclo, foi fortemente condicionada por uma alteração de classificação imposta pela DGO, uma vez que, anteriormente, o financiamento recebido para este efeito, por parte da FCT, era classificado como propinas e, em 2025, passou a ser classificado como transferências correntes desta entidade.

No quadro seguinte, apresenta-se a estrutura detalhada das propinas, com repartição por unidades orgânicas, ciclo de estudos e anos letivos de 2025-2026 e 2024-2025.

U.O./Ano Letivo											Euros	
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Mestrado Integrado	Pós Graduação	CET	CTeSP	Outros	Total	% Total	2025	2024
ESS	250 842	94 475			31 406			694	377 417	14,2%	336 508	11,8%
Anteriores	2 205								2 205		226 212	
2024-25	168 186	82 526			14 362				265 074		110 296	
2025-26	80 451	11 949			17 043			694	110 137			
ESTA					27 681		26 095	12 533	66 310	2,5%	72 174	2,5%
Anteriores							-442		-442		64 815	
2024-25					25 421		14 290	7 804	47 515		7 359	
2025-26					2 260		12 248	4 730	19 237			
FCAA	88 045	83 495	47 829		1 915			2 504	223 788	8,4%	246 873	8,7%
Anteriores	2 101	997	5 617		1 915				10 630		166 935	
2024-25	60 387	52 335	23 559					938	137 220		79 938	
2025-26	25 557	30 163	18 653					1 565	75 938			
FCSH	530 978	160 138	59 189					8 075	758 380	28,6%	847 187	29,8%
Anteriores	9 715	7 783	3 710					2 888	24 096		603 660	
2024-25	362 896	99 448	38 480					1 913	502 738		243 527	
2025-26	158 367	52 906	16 999					3 275	231 547			
FCT	283 960	108 341	178 426		37 007			12 864	620 598	23,4%	673 485	23,7%
Anteriores	5 300	1 356	17 235		2 011			3 830	29 731		459 748	
2024-25	189 095	75 095	127 410		20 586			4 424	416 609		213 737	
2025-26	89 565	31 890	33 782		14 410			4 610	174 257			
FEG	232 759	236 478	74 865		54 577			8 194	606 873	22,9%	669 497	23,5%
Anteriores	5 838	11 420						0	17 258		403 376	
2024-25	157 912	153 567	42 863		9 575			2 104	366 020		266 121	
2025-26	69 009	71 492	32 003		45 002			6 090	223 595			
IVAR								431	431	0,0%	800	0,0%
Anteriores									0		600	
2024-25								191	191		200	
2025-26								239	239			
TOTAL ⁽¹⁾	1 386 583	682 927	360 309	0	152 585	0	26 095	45 295	2 653 795	100,0%	2 846 524	100,0%
% Total	52,2%	25,7%	13,6%	0,0%	5,7%	0,0%	1,0%	1,7%	100,0%			

⁽¹⁾ A diferença destes totais com a rubrica de propinas do quadro anterior deve-se a diferenças de classificação, que não são relevantes para a análise.

Tabela 16 | Total de Propinas Cobradas no ano de 2025 por Unidade Orgânica

Em termos de peso relativo por unidade orgânica (UO), verificam-se alterações pouco significativas face ao ano anterior, podendo, no entanto, ser destacado pela positiva o aumento do peso relativo da ESS.

Relativamente a propinas de anos letivos anteriores em dívida, apresenta-se na tabela seguinte a situação agregada dessas dívidas e os montantes recuperados através da Autoridade Tributária (AT), por via de processos de execução fiscal, desde o ano de 2015. Como se pode verificar, este procedimento tem produzido resultados muito satisfatórios, com uma taxa média de recuperação que atinge 85,0% até ao ano letivo de 2023/2024.

Ano Letivo	Dívida Inicial	Recebido desde 2015	Dívida 31/12/2025	% recuperação acumulada 31/12/2025	% recuperação acumulada 31/12/2024
2006/2007	37 404,00	33 324,00	4 080,00	89,1%	89,1%
2007/2008	50 234,83	48 027,86	2 206,97	95,6%	95,5%
2008/2009	73 007,00	62 274,46	10 732,54	85,3%	85,3%
2009/2010	79 336,62	73 562,51	5 774,11	92,7%	91,2%
2010/2011	108 734,20	93 953,46	14 780,74	86,4%	86,1%
2011/2012	98 861,42	76 628,35	22 233,07	77,5%	76,6%
2012/2013	88 519,17	76 699,38	11 819,79	86,6%	85,7%
2013/2014	59 992,50	54 616,51	5 375,99	91,0%	90,3%
2014/2015	45 914,46	35 649,89	10 264,57	77,6%	76,6%
2015/2016	42 897,81	41 194,81	1 703,00	96,0%	96,0%
2016/2017	30 226,83	27 387,91	2 838,92	90,6%	87,5%
2017/2018	60 096,04	53 300,86	6 795,18	88,7%	85,4%
2018/2019	45 433,29	37 696,03	7 737,26	83,0%	77,9%
2019/2020	24 263,83	19 707,27	4 556,56	81,2%	77,8%
2020/2021	22 945,58	18 079,78	4 865,80	78,8%	65,7%
2021/2022	37 546,52	29 132,39	8 414,13	77,6%	57,9%
2022/2023	15 462,73	5 598,30	9 864,43	36,2%	84,0%
2023/2024	23 930,96	0,00	23 930,96	0,0%	0,0%
Total AT	944 808	802 693	142 115	85,0%	85,4%

Tabela 17 | Dívidas de propinas em Cobrança na Autoridade Tributária (AT)

Os processos de execução fiscal de propinas relativos ao ano letivo de 2024/2025 encontram-se em preparação para envio à AT, motivo pelo qual não existem ainda valores recebidos por essa via referentes a esse ano letivo.

A este propósito, é de referir a auditoria do Tribunal de Contas (TdC) ao financiamento da Universidade dos Açores, realizada em 2023, com o objetivo de caracterizar o financiamento da Universidade e avaliar os mecanismos instituídos para cobrança de propinas. As conclusões do TdC, constantes do Relatório n.º 17/2023 – FS/ SRATC, são de que a “(...) metodologia adotada pela Universidade dos Açores, no sentido de recuperação de dívidas de propinas em atraso, revela-se adequada, permitindo conhecer em qualquer altura e com rigor, a receita gerada pelas propinas, o devedor, a natureza da dívida e a respetiva antiguidade”.

2.4 Execução Orçamental da Despesa

2.4.1 Grau de Execução da Despesa

No quadro seguinte apresenta-se a informação relativa à execução orçamental da despesa, discriminada por grandes rubricas de classificação económica, procurando-se, desta forma, avaliar o seu grau de execução, tendo por base o valor global considerado em orçamento corrigido.

Classificação Económica	2025			2024			Euros	
	Orçamento Corrigido	Despesa Paga	Grau de Execução	Orçamento Corrigido	Despesa Paga	Grau de Execução	Δ Desp. Paga 2025/24	
							Absoluta	Relativa
1 Despesas com o pessoal	26 709 051	23 344 518	87,4%	25 809 227	23 186 650	89,8%	157 868	0,7%
Remunerações certas e permanentes	20 444 580	18 565 598	90,8%	19 814 645	18 384 789	92,8%	180 809	1,0%
Abonos variáveis	422 475	416 854	98,7%	486 014	482 837	99,3%	-65 984	-13,7%
Encargos sobre remunerações	5 841 996	4 362 066	74,7%	5 508 568	4 319 024	78,4%	43 043	1,0%
2 Aquisição de bens e serviços	9 627 102	3 557 502	37,0%	7 795 818	3 291 889	42,2%	265 613	8,1%
Aquisição de bens	975 609	385 669	39,5%	849 654	387 211	45,6%	-1 542	-0,4%
Aquisição de serviços	8 651 493	3 171 833	36,7%	6 946 164	2 904 678	41,8%	267 154	9,2%
3 Juros e outros encargos	0	0	-	0	0	-	-	-
4 Transferências correntes	1 458 574	622 236	42,7%	1 326 282	501 536	37,8%	120 700	24,1%
6 Outras despesas correntes	3 044 331	794 115	26,1%	2 293 678	292 154	12,7%	501 962	171,8%
Total das despesas correntes	40 839 058	28 318 372	69,3%	37 225 005	27 272 229	73,3%	1 046 143	3,8%
7 Aquisição de bens de capital	15 359 780	7 882 504	51,3%	3 262 815	652 344	20,0%	7 230 160	1 108,3%
9 Ativos Financeiros			-	0	0	-	0	-
10 Passivos financeiros			-	0	0	-	0	-
Total das despesas de capital	15 359 780	7 882 504	51,3%	3 262 815	652 344	20,0%	7 230 160	1 108,3%
Total	56 198 838	36 200 876	64,4%	40 487 820	27 924 573	69,0%	8 276 303	29,6%

Tabela 18 | Grau de Execução Orçamental da Despesa

Em 2025, a despesa total executada, no orçamento da UAc, foi de 36.200 milhares de euros, 29,6% superior à despesa total executada no ano anterior, principalmente justificado pelo aumento das “Aquisições de bens de capital” e das “Transferências correntes”.

Face à despesa orçamentada corrigida, que totalizava 56.199 milhares de euros, o grau de execução foi de 64,4% (69,0%, em 2024), que se revela inferior, em termos relativos, mas muito superior, em termos absolutos, face ao ano anterior. Este grau de execução da despesa deve-se, sobretudo, à natureza plurianual de realização dos contratos celebrados.

A execução das despesas correntes e de capital e o respetivo peso no orçamento corrigido apresentam-se na figura seguinte:

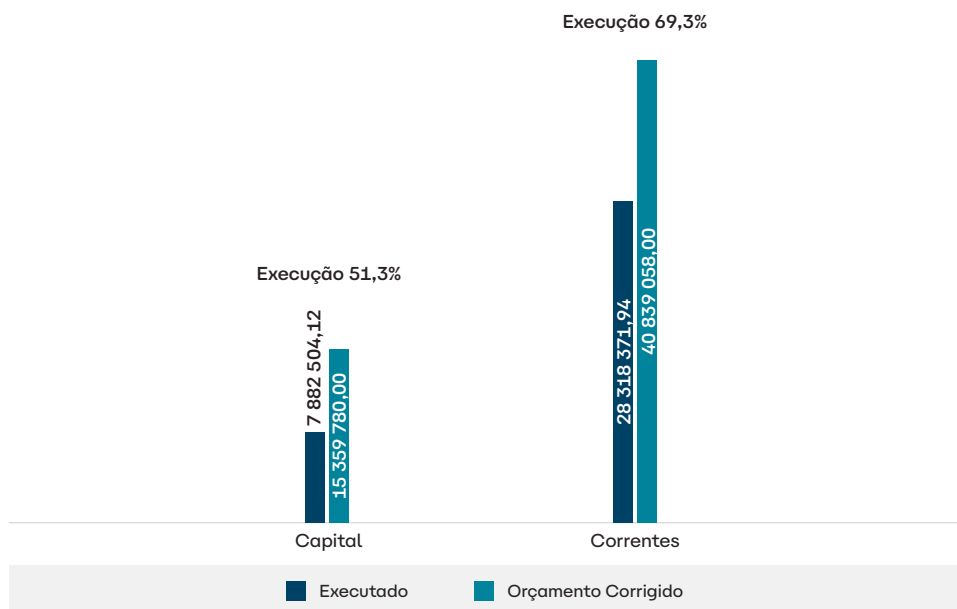


Figura 6 | Despesa Executada vs Despesa Orçamentada Corrigida (em euros)

Despesas Correntes:

Cerca de 78,2% da despesa executada em 2025 corresponde a despesas correntes, pelo que importa discriminar, na figura seguinte, a sua composição e evolução por grandes rubricas:

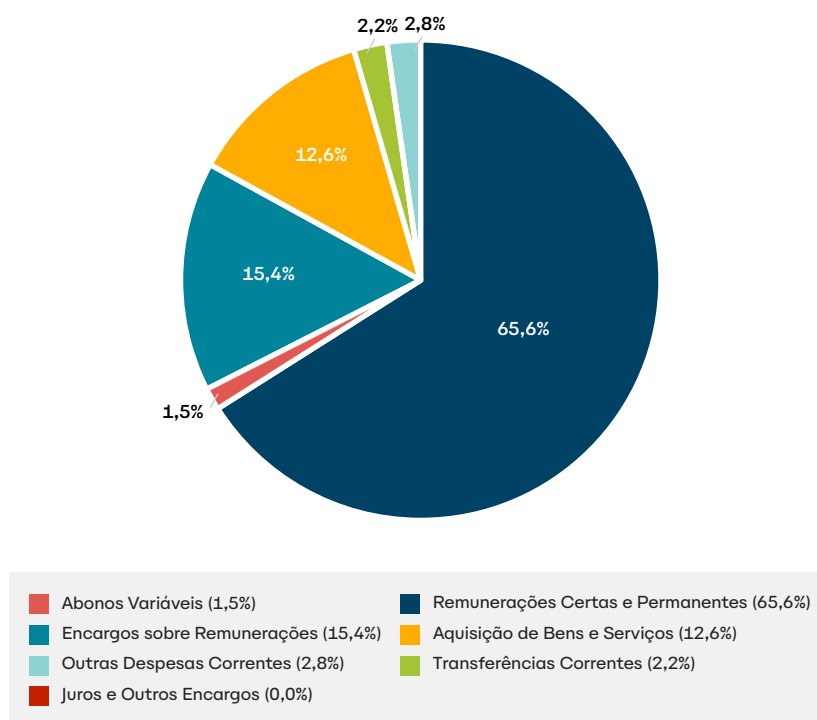


Figura 7 | Estrutura da Despesa Corrente Executada

As “Despesas com pessoal”, em 2025, ascenderam a 23.345 milhares de euros, 82,4% (85,0% em 2024) da despesa corrente paga. Face ao ano de 2024, registou-se um acréscimo de 158 milhares de euros (mais 0,7%), cuja causa será detalhada no ponto 2.4.2.

As “Remunerações certas e permanentes”, em 2025, representaram 65,6% (67,4% em 2024) da despesa corrente paga, tendo atingido o montante de 18.566 milhares de euros, indicando um aumento de 1,0% face ao ano anterior.

Os “Abonos variáveis” representaram, em 2025, um peso relativo de 1,5% no total da despesa corrente paga (1,8% em 2024), perfazendo o montante global de 417 milhares de euros, com uma diminuição na ordem dos 66 milhares euros face ao ano anterior.

Os “Encargos sobre remunerações”, em 2025, representaram 15,4% (15,8% em 2024) da despesa corrente paga, no montante global de 4.362 milhares de euros, traduzindo um aumento de 1,0% face ao ano precedente.

A “Aquisição de bens e serviços”, em 2025, ascendeu a 3.558 milhares de euros e representou 12,6% (12,1% em 2024) da despesa corrente paga. Face ao ano de 2024, verificou-se um aumento de 266 milhares de euros (mais 8,1%), que se detalha no ponto específico desta rubrica.

As “Transferências correntes”, em 2025, aumentaram o peso relativo para 2,2% (1,8% em 2024) da despesa corrente paga, tendo registado uma variação no montante global de 121 milhares de euros, isto é, mais 24,1% face ao ano precedente. Esta rubrica inclui principalmente o pagamento de bolsas de mobilidade e o valor transferido anualmente para os SASE.

As “Outras despesas correntes”, em 2025, ascenderam a 794 milhares de euros, representando 2,8% (1,1% em 2024) da despesa corrente paga. Face ao ano de 2024, regista-se um aumento na ordem de 171,8%, correspondente a cerca de mais 502 milhares de euros face ao ano anterior, devido ao aumento no valor do IVA suportado com a construção das novas residências universitárias, bem como restituições de verbas não executadas de projetos que terminaram.

Despesas de Capital:

As despesas de capital, em 2025, representavam cerca de 21,8% (2,3% em 2024) das despesas totais.

A “aquisição de bens de capital” aumentou 7.231 milhares de euros face ao ano anterior, revelando um crescimento de 1.108,3%, tendo atingido o montante de 7.883 milhares de euros. Tal ocorre, principalmente, por ter sido um ano em que a UAc iniciou a construção das novas residências universitárias, conforme anteriormente referido no presente relatório.

2.4.2 Despesas com Pessoal

A rubrica das “Despesas com pessoal”, dado o seu peso de 82,4% na estrutura das despesas correntes da UAc, é considerada a mais crítica para a execução orçamental.

O quadro e figura seguintes apresentam em detalhe a composição das despesas com pessoal em 2025 e a sua comparação com o ano precedente.

Euros

Classificação Económica	2025				2024		Δ Desp. Paga 2025/24	
	Orçamento Corrigido	Despesa Paga	Grau de Execução	% Total	Despesa Paga	% Total	Absoluta	Relativa
Remunerações certas e permanentes	20 444 580	18 565 598	90,8%	80,1%	18 384 789	79,3%	180 809	1,0%
Órgãos sociais	450 142	450 141	100,0%		422 258		27 883	6,6%
Pessoal dos quadros - Regime de função pública	13 578 500	12 507 856	92,1%		12 379 209		128 647	1,0%
Pessoal contratado a termo	2 201 740	1 741 501	79,1%		1 755 986		-14 485	-0,8%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	528 528	332 351	62,9%		346 692		-14 342	-4,1%
Pessoal aguardando aposentação	83 770	83 770	100,0%		55 483		28 286	51,0%
Pessoal em qualquer outra situação	134 281	132 890	99,0%		114 621		18 269	15,9%
Gratificações	1 400	1 400	100,0%		1 385		15	1,1%
Representação	40 458	40 458	100,0%		39 606		852	2,2%
Suplementos e prémios	116 884	114 992	98,4%		130 385		-15 392	-11,8%
Subsídio de refeição	592 843	553 644	93,4%		568 866		-15 222	-2,7%
Subsídio de férias	1 377 188	1 339 562	97,3%		1 312 418		27 144	2,1%
Subsídio de Natal	1 338 846	1 267 034	94,6%		1 257 880		9 154	0,7%
Remuneração por doença e maternidade/paternidade	0	0	-		0		0	-
Abonos variáveis ou eventuais	422 475	416 854	98,7%	1,8%	482 837	2,1%	-65 984	-13,7%
Ajudas de custo	77 561	77 560	100,0%		83 759		-6 198	-7,4%
Abono para falhas	2 784	2 783	100,0%		2 786		-3	-0,1%
Indemnizações por cessação de funções	172 551	172 550	100,0%		238 817		-66 267	-27,7%
Remuneração Complementar	154 205	148 587	96,4%		144 358		4 229	2,9%
Outros abonos em numerário ou espécie	15 374	15 373	100,0%		13 118		2 255	17,2%
Segurança social	5 841 996	4 362 066	74,7%	18,8%	4 319 024	18,6%	43 043	1,0%
Subsídio familiar a crianças e jovens	11 354	11 354	100,0%		10 138		1 215	12,0%
Outras prestações familiares	0	0	-		3 056		-3 056	-
Contribuições para a segurança social	5 765 042	4 285 196	74,3%		4 248 233		36 963	0,9%
Caixa Geral de Aposentações	4 217 960	2 921 234	69,3%		3 063 371		-142 137	-4,6%
Segurança Social	1 547 082	1 363 962	88,2%		1 184 862		179 100	15,1%
Acidentes em serviço e doenças profis.	37 217	37 135	99,8%		34 515		2 620	7,6%
Outras Pensões	17 786	17 786	100,0%		17 253		533	3,1%
Outras despesas de segurança social	10 597	10 596	100,0%		5 829		4 767	81,8%
Totais	26 709 051	23 344 518	87,4%	100,7%	23 186 650	100,0%	157 868	0,7%

Tabela 19 | Desagregação das Despesas com Pessoal

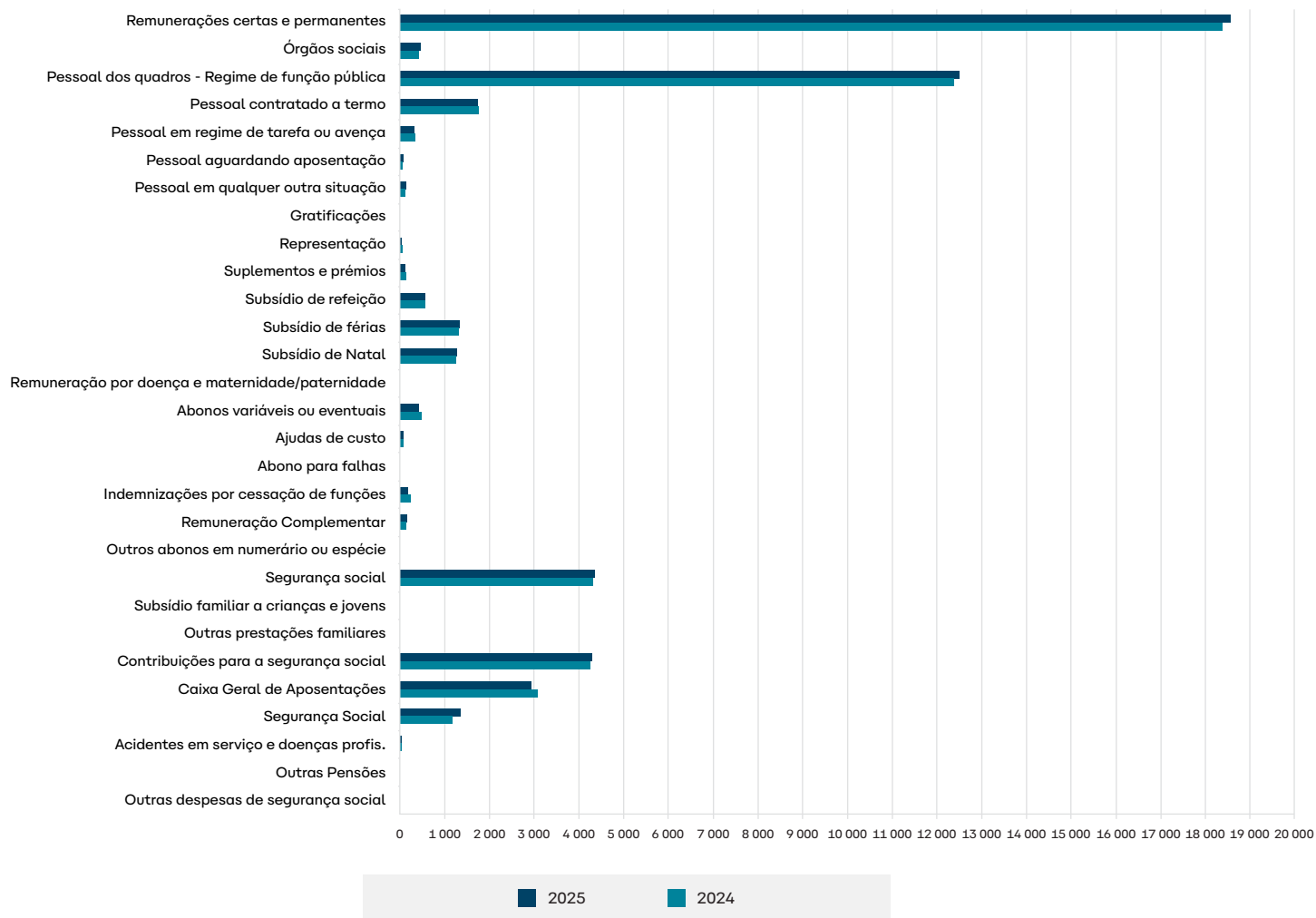


Figura 8 | Despesas com Pessoal

O aumento verificado nas despesas com o pessoal no ano de 2025 é resultante:

- do Decreto-Lei n.º 1/2025, de 16 de janeiro, que altera a base remuneratória e atualiza os valores das remunerações e ajudas de custo da Administração Pública, com efeitos a 1 de janeiro de 2025;
- do Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro, relativamente às alterações do posicionamento remuneratório, em função da antiguidade detida, na categoria de assistente operacional, da carreira geral de assistente operacional, no ano de 2025;
- do Decreto-Lei n.º 88/2023, de 10 de outubro, que estabelece o regime das carreiras especiais de especialista de sistemas e tecnologias de informação e de técnico de sistemas e tecnologias de informação, e o cargo de consultor de sistemas e tecnologias de informação, e que extingue as carreiras de especialista de informática e de técnico de informática, criadas pelo Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março;
- do Decreto-Lei n.º 75/2023, de 29 de agosto, que define uma medida especial de aceleração do desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores com vínculo de emprego público;
- do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2024/A, de 30 de dezembro, que procedeu à atualização da remuneração complementar regional em 3%, com efeitos a 1 de janeiro de 2025;
- das alterações de posicionamento remuneratório decorrentes da aplicação do Sistema de Avaliação de Desempenho de Trabalhadores em Funções Públicas – SIADAP 3;
- de contratações a termo em diversas categorias, da contratação de investigadores convidados e dos contratos de tarefa e avença, ao abrigo de projetos.

O impacto das alterações legislativas nas despesas com o pessoal, nos anos de 2025 e 2024, não foi tão expressivo como previsto, face ao hiato de tempo decorrido entre saídas por aposentações e novas contratações, período durante o qual há uma redução de encargos associada. No entanto, com a conclusão dos procedimentos de contratação em curso, é previsível um crescimento dos encargos com o pessoal.

2.4.3 Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

A rubrica de “Aquisição de bens e serviços”, que representa 12,6% das despesas correntes da UAc (12,1% em 2024), corresponde ao segundo maior grupo de despesa corrente, e engloba toda a tipologia de despesa afeta ao funcionamento da instituição.

O quadro seguinte apresenta em detalhe a composição das despesas desta rubrica em 2025 e a comparação com o ano precedente.

Classificação Económica	2025				2024		Δ Desp. Paga 2024/23	
	Orçamento Corrigido	Despesa Paga	Grau Exec. Orç.	% Total	Despesa Paga	% Total	Absoluta	Relativa
Aquisição de bens	975 609	385 669	39,5%	11,7%	387 211	11,8%	-1 542	-0,4%
Matérias-primas e subsidiárias	228 294	61 208	26,8%	1,9%	77 204	2,3%	-15 996	-20,7%
Combustíveis e lubrificantes	14 851	7 750	52,2%	0,2%	9 222	0,3%	-1 472	-16,0%
Limpeza e higiene	24 894	23 848	95,8%	0,7%	31 507	1,0%	-7 659	-24,3%
Alimentação - Refeições confeccionadas	3 871	492	12,7%	0,0%	775	0,0%	-283	-
Vestuário e artigos pessoais	2 359	749	31,8%	0,0%	669	0,0%	80	12,0%
Material de escritório	67 442	36 758	54,5%	1,1%	38 682	1,2%	-1 924	-5,0%
Prémios, condecorações e ofertas	61 555	35 543	57,7%	1,1%	34 281	1,0%	1 263	3,7%
Ferramentas e utensílios	3 237	1 540	47,6%	0,0%	2 973	0,1%	-1 434	-48,2%
Livros e documentação técnica	2 906	1 320	45,4%	0,0%	5 059	0,2%	-3 739	-73,9%
Artigos honoríficos e de decoração	1 000	0	0,0%	0,0%	525	0,0%	-525	-
Material de educação, cultura e recreio	14 740	11 087	75,2%	0,3%	5 374	0,2%	5 713	106,3%
Outros bens	550 460	205 373	37,3%	6,2%	180 940	5,5%	24 433	13,5%
Aquisição de serviços	8 651 493	3 171 833	36,7%	96,4%	2 904 678	88,2%	267 154	9,2%
Encargos das instalações	513 045	344 718	67,2%	10,5%	354 166	10,8%	-9 448	-2,7%
Limpeza e higiene	0	0	-	0,0%	0	0,0%	0	-
Conservação de bens	595 488	354 884	59,6%	10,8%	441 518	13,4%	-86 634	-19,6%
Comunicações	26 532	21 054	79,4%	0,6%	15 488	0,5%	5 566	35,9%
Transportes	10 076	9 711	96,4%	0,3%	11 657	0,4%	-1 946	-16,7%
Seguros	27 745	26 407	95,2%	0,8%	19 801	0,6%	6 607	33,4%
Deslocações e estadas	1 330 448	464 205	34,9%	14,1%	433 271	13,2%	30 934	7,1%
Estudos, pareceres, projetos e consult.	564 453	243 084	43,1%	7,4%	0	0,0%	243 084	-
Formação	43 902	33 669	76,7%	1,0%	39 567	1,2%	-5 898	-14,9%
Seminários, exposições e similares	1 000	0	0,0%	0,0%	438	0,0%	-438	-
Publicidade	22 891	12 673	55,4%	0,4%	14 409	0,4%	-1 736	-12,0%
Vigilância e segurança	196 400	180 019	91,7%	5,5%	196 384	6,0%	-16 365	-8,3%
Assistência técnica	59 409	44 840	75,5%	1,4%	84 913	2,6%	-40 074	-47,2%
Outros trabalhos especializados	2 252 982	472 654	21,0%	14,4%	393 016	11,9%	79 638	20,3%
Outros serviços de saúde	2 790	1 333	47,8%	0,0%	2 790	0,1%	-1 457	-
Outros serviços	3 004 332	962 582	32,0%	29,2%	897 261	27,3%	65 321	7,3%
Totais	9 627 102	3 557 502	37,0%	108,1%	3 291 889	100,0%	265 613	8,1%

Tabela 20 | Desagregação das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

A “Aquisição de bens” registou, em 2025, sensivelmente o mesmo valor do que em 2024, na ordem dos 386 milhares de euros, ilustrando-se, na figura seguinte, a sua estrutura e a comparação com o ano precedente.

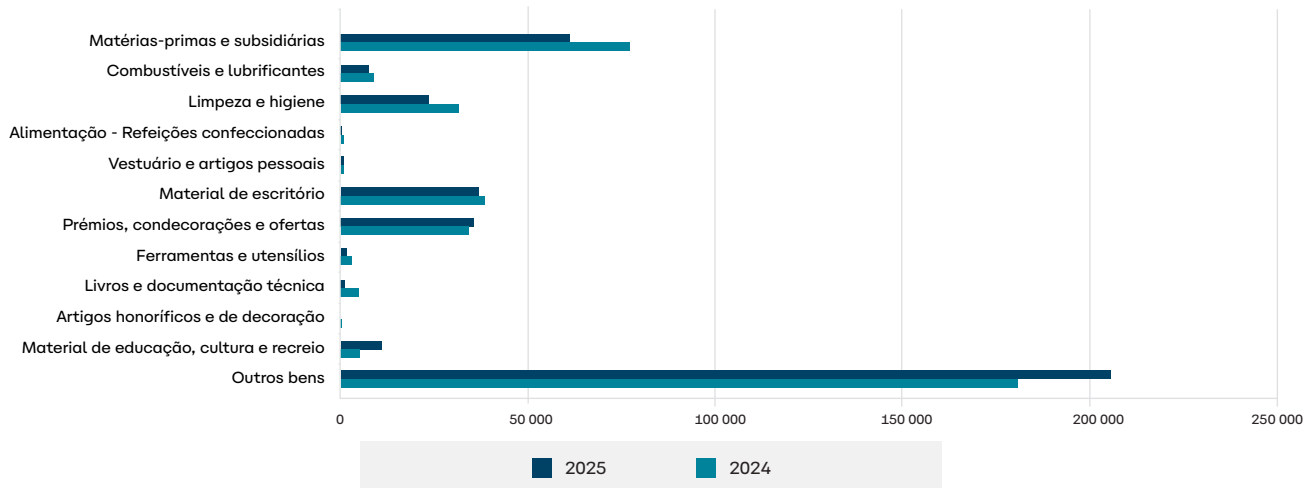


Figura 9 | Aquisição de Bens (em euros)

A figura seguinte ilustra a estrutura das despesas com “Aquisições de serviços”, em 2025, e a sua comparação com o ano precedente.

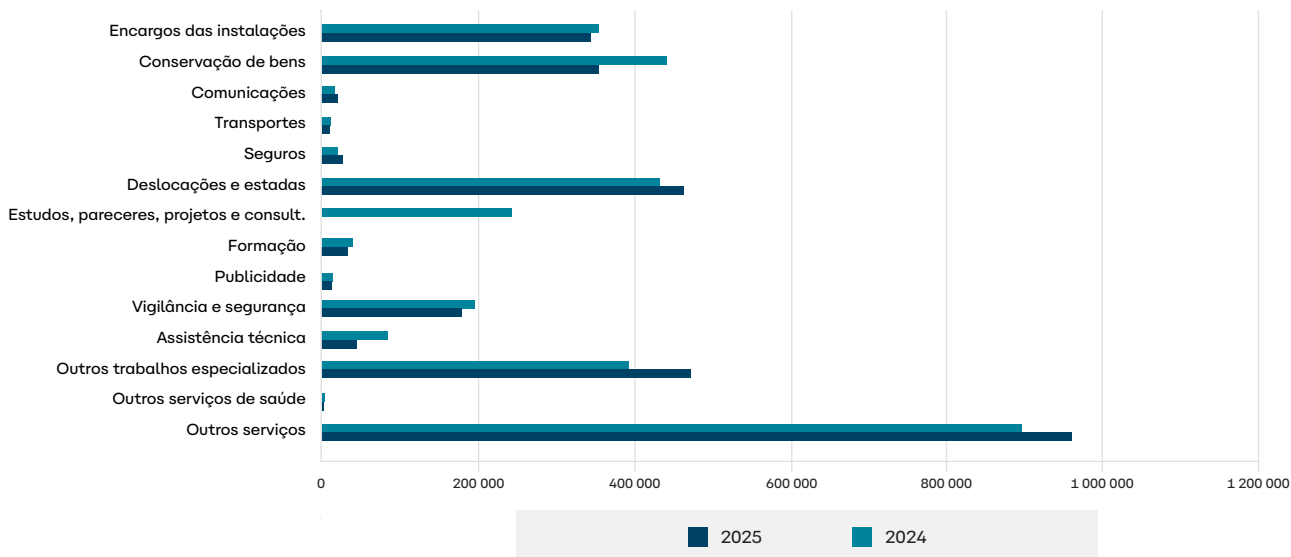


Figura 10 | Aquisição de Serviços (em euros)

No ano de 2025 registou-se um aumento de 267 milhares de euros, mais 9,2% face ao ano precedente, justificado principalmente ao nível:

- dos estudos, pareceres, projetos e consultoria, com um aumento de 243 milhares de euros, no âmbito da construção das novas residências universitárias;
- dos outros trabalhos especializados, na ordem dos 80 milhares de euros, sobretudo, no que concerne à fiscalização da construção das novas residências universitárias;
- dos outros serviços, com um aumento de 65 milhares de euros. Esta rubrica contém um conjunto de despesas diversas, onde se destacam as relacionadas com licenciamento de software (Microsoft, SPSS, NONIO, deteção de plágio) e a acreditação de cursos junto da A3ES. Cerca de 50% das despesas com outros serviços foi financiada por projetos;
- das deslocações e estadas, com mais 31 milhares de euros, referentes em especial a viagens ao abrigo de projetos de I&D.

3. Contabilidade de Gestão

3.1 Estrutura Organizacional

Para uma melhor compreensão do exercício efetuado na área da contabilidade de gestão, importa lembrar que a UAc é composta por diferentes tipos de Unidades Orgânicas (UO), que se distinguem pelos seus objetivos, estrutura, natureza e grau de autonomia, tal como se identifica em seguida:

- Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação (UOEI):
 - Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente - FCAA
 - Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT
 - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – FCSH
 - Faculdade de Economia e Gestão – FEG
 - Escola Superior de Saúde – ESS
 - Escola Superior de Tecnologias e Administração - ESTA
- Unidades Orgânicas de Investigação (UOI):
 - Instituto de Investigação e Tecnologias Agrárias e do Ambiente - IITAA
 - Instituto de Investigação em Vulcanologia e Avaliação de Riscos - IVAR
 - Instituto de Investigação em Ciências do Mar - OKEANOS
- Unidades de Investigação e Desenvolvimento (UI&D):
 - Centro de Biotecnologia dos Açores (CBA)
 - Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico (CEEApLA)
 - Centro de História d’ Aquém e d’ Além Mar (CHAM)
 - Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO)
 - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.A)
 - Grupo de Biodiversidade dos Açores (GBA)
- Núcleos de investigação e desenvolvimento (NI&D):
 - Núcleo Interdisciplinar da Criança e do Adolescente (NICA)
 - Centro de Estudos Humanísticos (CEHu)
 - Núcleo do Centro Universitário de Investigação em Psicologia da Universidade dos Açores (CUIP)
 - Núcleo de Investigação e Desenvolvimento em e-Saúde (NIDeS, extinto no final de 2025)
- Unidades de Extensão Cultural:
 - Biblioteca, Arquivo e Museu (BAM)
 - Academia Sénior
 - Academia Júnior
 - Academia das Artes
 - Centro de Formação Complementar

- Serviços de Gestão:
 - Serviço de Apoio à Reitoria (SVAR)
 - Serviço de Aquisições e Património (SVAP)
 - Serviço de Ciência e Tecnologia (SVCT)
 - Serviço de Gestão Académica (SVGA)
 - Serviço de Infraestruturas, Segurança e Ambiente (SVISA)
 - Serviço de Recursos Financeiros (SVRF)
 - Serviço de Recursos Humanos (SVRH)
 - Serviço de Tecnologia, Informática e Telecomunicações (SVTIC)

O Governo da Universidade é exercido pelos seguintes órgãos:

- Conselho Geral;
- Reitor; e
- Conselho de Gestão.

A estes órgãos compete dirigir a Universidade na sua atividade científica, pedagógica, cultural e de interação com a sociedade, bem como assegurar o planeamento e a gestão administrativa e financeira da Instituição.

A UAc tem ainda um Administrador, ao qual compete, genericamente, a gestão corrente da instituição, orientando e coordenando as atividades e as unidades de serviço da Universidade, no âmbito administrativo, patrimonial e financeiro, sob a direção do Reitor.

A UAc tem como órgãos de consulta o Senado, o Conselho das Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação e o Conselho das Unidades de Investigação. Compete a estes órgãos, genericamente, aconselhar o Reitor no desempenho das suas funções e emitir pareceres nos termos do estabelecido, respetivamente, nos artigos 88.º, 90.º e 92.º dos Estatutos da UAc.

Neste exercício os resultados serão apresentados pelas UOEI e pela UGA, unidade na qual ficaram reconhecidos os rendimentos e gastos que não façam parte das UOEI.

3.2 Considerações Prévias

A contabilidade de gestão, para além de assumir um papel cada vez mais relevante na gestão das instituições públicas, em face do contexto económico em que vivemos e da constante preocupação com a aplicação eficiente e transparente de dinheiros públicos, passou a ser de implementação obrigatória para as administrações públicas, onde se inclui a UAc.

Com efeito, tal como já referido, a contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das ações que contribuam para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos. É apurada em base de acréscimo, ou seja, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, e assenta na NCP 27, que dispõe que os documentos de prestação de contas devem divulgar informação sobre avaliação de desempenho e avaliação

por programas e sobre os custos, tendo por base a informação disponibilizada pelo sistema de contabilidade de gestão.

Neste sentido, em 2022, a UAc deu início ao processo de implementação do sistema de contabilidade de gestão, com a definição de uma estrutura de centros de custos assente nas atividades de investigação e ensino, embora apenas com produção de informação acerca da repartição do gasto mais representativo – as despesas com o pessoal.

Em 2023, a UAc consolidou o processo de implementação do sistema de contabilidade analítica em consonância com os requisitos exigidos pela NCP 27, e com as necessidades de reporte interno face à conjuntura atual da UAc, tendo como objetivos a análise e divulgação dos gastos e rendimentos, imputados às unidades e às atividades de ensino, investigação e interação com a sociedade.

A contabilidade assenta em três óticas distintas, mas interrelacionadas, nomeadamente:

- A ótica de tesouraria, que compreende os influxos (recebimentos) e efluxos (pagamentos) monetários (dinheiro ou equivalentes);
- A ótica financeira, que está relacionada com aquisição de bens e serviços (despesa) e venda de bens ou prestação de serviços (receita); e
- A ótica económica, que está associada à transformação e incorporação dos diversos materiais no processo de produção até se atingir um bem ou serviço, necessário para satisfazer as necessidades dos clientes e utentes.

Assim, considerando que a contabilidade de gestão assenta no desempenho (gastos e rendimentos) de uma entidade num período económico, indicam-se, de seguida, algumas considerações a ter em conta devido às especificidades existentes na UAc:

- Inclui todas as faturas recebidas pela UAc, independentemente de ter ocorrido o seu pagamento, as quais são consideradas como gastos do período;
- Inclui todas as faturas emitidas pela UAc, independentemente de ter ocorrido o seu recebimento, as quais são consideradas como rendimentos do período, com exceção daquelas cuja emissão tenha ocorrido em período diferente do respetivo fornecimento do bem ou da prestação do serviço;
- Inclui as despesas de capital, mas apenas no que concerne à depreciação do período, as quais são reconhecidas como gastos do período;
- Inclui a especialização dos projetos de I&D, pelo que é considerado o momento em que se cumprem as condições para reconhecer o rendimento, isto é, à medida que as faturas reúnem todas as condições para serem submetidas a pedido de pagamento à entidade financiadora do respetivo projeto;

- Inclui, igualmente, a especialização de outras transferências, uma vez que apenas são reconhecidas na medida que os respetivos gastos ocorrem;
- Inclui os acréscimos de gastos com férias e subsídio de férias, os quais são reconhecidos independentemente do ano em que são pagos;
- Inclui as perdas/reversões de imparidade de dívidas a receber;
- Inclui o aumento/redução das provisões referente a processos judiciais e acidentes de trabalho;
- Inclui a especialização dos subsídios ao investimento, relativa aos ativos fixos tangíveis que obtiveram financiamento, de acordo com a vida útil subjacente aos mesmos; e
- As verbas recebidas no âmbito do PRR, com exceção das relacionadas com as residências universitárias, são reconhecidas em rendimento em função do valor da despesa executada, pelo que os montantes recebidos, que ainda não se traduziram em despesa executada (paga), consubstanciam saldos de gerência de operações de tesouraria.

3.3 Sistema de Informação

O sistema de informação da UAc que suporta a contabilidade de gestão é o ERP-Primavera Public Sector. A UAc está assente numa estrutura de centros de custos, consoante as atividades principais e auxiliares. Neste sentido, todos os rendimentos e gastos estão associados a centros de custo, os quais suportam a contabilidade de gestão.

3.4 Sistema de Custeio

O método *Activity-Based Costing* (ABC) assenta no pressuposto que os recursos são consumidos na preparação das atividades levadas a cabo pela instituição, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e utentes. Assim, constituindo um sistema de custeio total, este método caracteriza-se pela imputação, para além dos gastos diretos, dos gastos indiretos às atividades, conforme mencionado no S19 da NCP 27.

A norma acima referida identifica o método ABC como sendo o mais adequado para as instituições públicas, cujos serviços estão focados nos clientes e utentes e nas suas necessidades, pelo que o sistema de contabilidade de gestão da UAc assenta neste sistema de custeio.

Para uma imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras e tendo em consideração os Estatutos da UAc, em 2025 foram apurados os resultados pelas atividades de ensino, investigação e interação com a sociedade.

3.5 Metodologia de Implementação

Para o ano de 2025, a UAc apurou os resultados pelas diversas Unidades, tendo ainda, para auxiliar a análise de gestão, sido apurados rendimentos e gastos pelas seguintes atividades principais:

- Atividade de ensino;
- Atividade de investigação;
- Atividade de prestações de serviços à comunidade; e
- Aluno.

Para uma melhor compreensão do apuramento dos resultados pela contabilidade de gestão, apresentam-se de seguida os pressupostos de elaboração da mesma:

- Inicialmente, foram apurados os rendimentos e gastos diretos gerados pelos centros de custos das diferentes unidades (Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação, Unidades Orgânicas de investigação e Unidades de investigação e desenvolvimento);
- Posteriormente, foram apurados os rendimentos e gastos diretos gerados pelas atividades auxiliares (Órgãos de Governo, Órgãos de Coordenação e Consulta, Gabinete da Reitoria, Gabinete do Administrador, Serviços de Gestão e Unidade de Extensão Cultural);
- Em seguida, foram apurados os rendimentos e gastos indiretos, os quais, conjuntamente com os rendimentos e gastos das atividades auxiliares, foram imputados às atividades principais consoante os critérios de imputação enumerados no ponto abaixo; e
- Por fim, consideraram-se, como não incorporados, os rendimentos destinados à construção das novas residências universitárias (dado que constituirão atividade dos SASE e não da UAc) e os rendimentos destinados ao processo formativo, provenientes do contrato-programa DGES, cuja despesa ainda não foi realizada.

3.6 Critérios de imputação

Relativamente aos rendimentos, torna-se necessário clarificar como se apuraram os valores das respetivas rubricas:

- O rendimento de propinas agrega todos os movimentos de propinas, bem como os respetivos movimentos de especialização de exercício. A imputação às unidades de ensino e investigação foi efetuada de forma direta consoante os respetivos cursos;
- O OE foi imputado indiretamente às Unidades Orgânicas através do peso relativo dos alunos ponderados efetivos, no que concerne às unidades de ensino, e através do peso dos gastos com o pessoal, no que concerne às unidades de investigação;

- O rendimento de subsídios ao investimento (edifícios) é mensurado consoante a vida útil dos ativos fixos tangíveis que lhes estão subjacentes e imputado às Unidades de acordo com o peso relativo dos respetivos gastos; e
- Os outros rendimentos, com exceção dos rendimentos provenientes dos alunos, que não propinas, que foram imputados às unidades orgânicas de ensino e Investigação de forma indireta, com base no peso relativo do número de alunos, foram imputados às diversas Unidades de acordo com o peso relativo dos respetivos gastos diretos.

No que diz respeito aos gastos, importa referir o seguinte:

- Os gastos com pessoal, com exceção de 1/3 dos relativos a pessoal docente com exclusividade, que são imputados, de forma indireta, à respetiva Unidade de Investigação e Desenvolvimento, são suportados pela respetiva Unidade, através de imputação direta da informação proveniente do processamento mensal de vencimentos, que contém a distribuição dos trabalhadores por Unidades. Posteriormente, foi deduzida a parte do vencimento correspondente às horas de lecionação prestadas a diferentes unidades orgânicas de ensino, sendo o respetivo montante imputado a estas últimas, o que representa um afinamento do critério de imputação face ao exercício de 2024;
- Os gastos dos edifícios afetos às unidades orgânicas de ensino e investigação (UOEI) foram imputados às respetivas Unidades, de acordo com a área utilizada pelas mesmas;
- As depreciações/amortizações foram imputadas às unidades tendo por base o peso relativo dos respetivos gastos diretos; e
- Os outros gastos, com exceção dos constantes do quadro abaixo, foram imputadas às unidades tendo por base o peso relativo dos respetivos gastos diretos:

Gastos Diretos	Critérios de imputação
Água	N.º utilizadores (funcionários e alunos, conforme aplicável)
Comunicação	N.º utilizadores (funcionários e alunos, conforme aplicável)
Licenciamento temporário <i>software</i>	N.º utilizadores (funcionários e alunos, conforme aplicável)
Constituição imparidade de taxas e outros emolumentos	N.º alunos
Subsídios correntes concedidos AAUA	N.º alunos

Tabela 21 | Critérios de Imputação dos Gastos Indiretos

Atendendo ao exposto na NCP 27, no caso do subsetor da educação, devem ser elaborados e divulgados mapas de gastos por curso, fazendo menção ao custo por estudante, receitas imputadas e resultados económicos. Todavia, tendo em consideração a especificidade da UAc e a sua estrutura matricial, é divulgada informação ao nível da Unidade e da atividade.

3.7 Reporte da Contabilidade de Gestão

A UAc, através da aplicação da norma NCP 27 "Contabilidade de Gestão" do SNC-AP, preparou informação analítica sobre gastos, rendimentos e resultados, direcionada para os dirigentes, com o objetivo de apoiar na tomada de decisão.

Em seguida apresenta-se os resultados por funções, resultados de ensino, investigação e interação com a sociedade, e ainda, os rendimentos e gastos não incorporados.

3.7.1 Resultados por Funções

De acordo com a NCP 27, o objetivo de se apresentarem resultados por funções é prestar a informação, aos diversos utilizadores das demonstrações financeiras, do resultado líquido do período pelas diversas funções de uma entidade, assim como, quais os rendimentos gerais e gastos não imputados às respetivas funções.

Atividade	Euros		
	Diretos	Indiretos	Total
Ensino	3 363 229,09	17 712 632,91	21 075 862,00
Investigação	4 392 103,18	4 644 102,48	9 036 205,66
Prestação de serviços à comunidade	499 805,84	217 862,03	717 667,87
Rendimentos incorporados	8 255 138,11	22 574 597,42	30 829 735,53
Rendimentos gerais não incorporados		1 350 075,26	1 350 075,26
Total de rendimentos	8 255 138,11	23 924 672,68	32 179 810,79

Tabela 22 | Rendimentos

A UAc obteve, em 2025, um montante total de rendimentos de 32,2 M€, os quais se desdobram em:

- A dotação do OE de 20,2 milhões de euros;
- Os rendimentos com propinas, taxas e outros rendimentos da área da educação, de 3,4 milhões de euros;
- Os rendimentos relativos a projetos de I&D, na ordem dos 3,7 milhões de euros;
- Os rendimentos do PRR, de 657,5 milhares de euros;
- Os rendimentos relativos às atividades de interação com a sociedade, de 499,8 milhares de euros;
- Outros rendimentos, no montante de 2,4 milhões de euros, de entre os quais se destacam os subsídios ao investimento.

Atividade	Euros		
	Diretos	Indiretos	Total
Ensino	12 750 677,33	6 527 711,69	19 278 389,02
Investigação	7 194 309,65	2 251 583,03	9 445 892,68
Prestação de serviços à comunidade	482 493,23	45 381,72	527 874,95
Gastos incorporados	20 427 480,21	8 824 676,44	29 252 156,65
Gastos gerais não incorporados	0,00	18 803,24	18 803,24
Total de gastos	20 427 480,21	8 843 479,68	29 270 959,89

Tabela 23 | Gastos

Em 2025, os gastos totais foram no montante de 29,3 milhões de euros, os quais se subdividem em:

- Vencimentos e bolsas, na ordem dos 17,5 milhões de euros;
- Gastos de funcionamento da atividade de ensino, de 690,9 milhares de euros;
- Gastos inerentes à atividade de I&D, de 1,5 milhões de euros;
- Os gastos do PRR, na ordem dos 261,4 milhares de euros;
- Os gastos relativos às atividades de interação com a sociedade, de 482,5 milhares de euros;
- Outros gastos, no montante de 8,8 milhões de euros, com destaque para as depreciações e amortizações.

A UAc obteve, em 2025, um resultado líquido do período positivo de cerca de 2,9 milhões de euros (3,1 milhões de euros, em 2024), conforme é possível verificar no quadro seguinte.

Atividade	Euros	
	31-12-2025	31-12-2024
Ensino	1 797 472,99	3 087 216,93
Investigação	-409 687,02	-1 727 507,52
Prestação de serviços à comunidade	189 792,92	645 244,29
Resultados das atividades	1 577 578,88	2 004 953,70
Rendimentos gerais não incorporados	1 331 272,02	1 063 546,99
Gastos gerais não incorporados	18 803,24	0,00
Total	2 890 047,66	3 068 500,69

Tabela 24 | Resultados

Verifica-se que as atividades de ensino e prestação de serviços à comunidade, apresentaram, em 2025, resultados inferiores aos de 2024. Quanto à atividade de investigação, apesar de ainda apresentar um resultado negativo, revela uma melhoria na ordem dos 1,3 milhões de euros.

3.7.2 Resultado da Atividade de Ensino

Na atividade de ensino são considerados os rendimentos constantes do quadro seguinte:

Unidades	Euros				
	Rendimentos				
	Rendimentos diretos ao Ensino	OE	Subsídios ao investimento	Outros rendimentos	Total
ESS	474 631,30	3 146 646,59	65 754,59	96 121,56	3 783 154,03
ESTA	94 726,94	171 154,15	13 123,30	16 550,33	295 554,73
FCAA	271 911,03	1 982 347,94	37 670,08	54 512,17	2 346 441,22
FCSH	870 747,63	4 396 634,92	120 631,84	156 006,81	5 544 021,20
FCT	933 077,21	4 560 132,18	129 266,87	218 673,51	5 841 149,77
FEG	718 134,98	2 301 572,96	99 489,16	146 343,96	3 265 541,05
Total de rendimentos	3 363 229,09	16 558 488,74	465 935,84	688 208,33	21 075 862,00

Tabela 25 | Rendimentos das Atividades de Ensino

Pela análise do quadro anterior, verifica-se que os rendimentos de ensino atingiram 21,1 milhões de euros, provenientes, sobretudo, do OE, com cerca de 16,6 milhões de euros (78,6%).

Quanto aos gastos desta mesma atividade, apresentam-se no seguinte.

Unidades	Euros				
	Gastos				
	Gastos diretos ao Ensino	Vencimentos e bolsas	Depreciações e amort. indiretas	Outros gastos	Total
ESS	100 825,26	1 689 119,17	90 703,75	607 094,34	2 487 742,52
ESTA	41 418,74	120 375,99	7 437,34	53 169,75	222 401,82
FCAA	75 489,86	2 180 196,89	170 032,89	1 033 704,87	3 459 424,51
FCSH	103 201,33	3 510 690,39	248 106,87	1 539 543,02	5 401 541,61
FCT	272 381,79	3 329 775,63	269 131,28	1 781 134,73	5 652 423,43
FEG	97 556,51	1 229 645,77	93 494,29	634 158,56	2 054 855,13
Total de gastos	690 873,49	12 059 803,84	878 906,42	5 648 805,27	19 278 389,02

Tabela 26 | Gastos das Atividades de Ensino

Verifica-se que os gastos mais relevantes são com vencimentos e bolsas, de 12,1 milhões de euros (62,6%).

Após a análise aos rendimentos e gastos imputados à atividade de ensino, demonstra-se no quadro seguinte os resultados desta atividade por unidade orgânica.

Unidades	Euros		
	Rendimentos	Gastos	Resultado
ESS	3 783 154,03	2 487 742,52	1 295 411,51
ESTA	295 554,73	222 401,82	73 152,91
FCAA	2 346 441,22	3 459 424,51	-1 112 983,30
FCSH	5 544 021,20	5 401 541,61	142 479,60
FCT	5 841 149,77	5 652 423,43	188 726,34
FEG	3 265 541,05	2 054 855,13	1 210 685,92
Total	21 075 862,00	19 278 389,02	1 797 472,99

Tabela 27 | Resultado das Atividades de Ensino

Tal como se pode constatar pelo quadro anterior, a atividade de ensino evidencia um resultado positivo de 1,8 milhões de euros no ano de 2025.

O quadro seguinte apresenta o número de alunos equivalentes por unidade orgânica, sendo que, no ano de 2025 foram apurados 7.352,70 alunos ponderados.

Unidade Orgânica	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	CTeSP	Total de Alunos	Total de Alunos Ponderados
ESS	386	19			405	1 397,25
ESTA				57	57	76,00
FCAA	124	90	13		227	880,25
FCSH	812	212	41		1 065	1 952,30
FCT	410	97	35		542	2 024,90
FEG	346	205	33		584	1 022,00
Total	2 078	623	122	57	2 880	7 352,70

Tabela 28 | Número de Alunos por Unidade Orgânica

Tendo como base o número total de alunos apurado, bem como todos os rendimentos e gastos diretos e indiretos de cada unidade orgânica, a UAc apurou o rendimento/gasto médio por aluno exposto no quadro seguinte.

Unidades	Euros					
	Rendimentos	Gastos	N.º de alunos	Rend. médio por aluno	Gasto médio por aluno	Resultado por aluno
ESS	3 783 154,03	2 487 742,52	405	9 341,12	6 142,57	3 198,55
ESTA	295 554,73	222 401,82	57	5 185,17	3 901,79	1 283,38
FCAA	2 346 441,22	3 459 424,51	227	10 336,75	15 239,76	-4 903,01
FCSH	5 544 021,20	5 401 541,61	1 065	5 205,65	5 071,87	133,78
FCT	5 841 149,77	5 652 423,43	542	10 777,03	10 428,83	348,20
FEG	3 265 541,05	2 054 855,13	584	5 591,68	3 518,59	2 073,09
Total	21 075 862,00	19 278 389,02	2 880	7 318,01	6 693,89	624,12

Tabela 29 | Resultado por Aluno

3.7.3 Resultado da Atividade de Investigação

No resultado da atividade de investigação foram considerados todos os rendimentos e gastos de projetos imputados às unidades orgânicas.

Unidades	Euros					
	Rendimentos					
	Rend. diretos à Investig.	OE	PRR	Outros rendimentos	Reconhecimento de subs. ao investimento	Total
CBA	142 855,50	255 985,29	115 233,67	29 129,95	37 292,65	580 497,07
CEEApIA	27 038,22	233 234,64		2 925,93	3 745,83	266 944,62
CHAM	66 395,70	110 573,18		7 184,99	9 198,34	193 352,21
CIBIO-A	196 693,07	325 608,73		34 955,97	44 751,21	602 008,98
CICS	102 737,52	207 819,28		11 117,70	14 233,08	335 907,58
FCAA	4 272,00	96,97	142 828,80	462,30	591,84	148 251,91
FCT	169 578,12	17 543,34	193 175,68	18 350,84	23 493,05	422 141,03
FEG	26 693,55	0,00		2 888,64	3 698,08	33 280,27
GBA	270 665,01	178 256,06		29 289,93	37 497,45	515 708,45
IITAA	180 874,71	397 551,05	23 895,15	26 408,75	33 808,92	662 538,58
IVAR	297 965,40	441 654,47		32 244,23	41 279,60	813 143,71
OKEANOS	1 462 573,19	954 987,61		158 271,90	202 622,32	2 778 455,01
NICA		122 969,58		0,00	0,00	122 969,58
NIDeS		72 384,60		0,00	0,00	72 384,60
CEHu		178 934,58		0,00	0,00	178 934,58
Outros		125 979,01		0,00	0,00	125 979,01
Projetos reitoria	786 263,06	21 067,87	182 364,83	85 085,21	108 927,50	1 183 708,47
Total de rendimentos	3 734 605,05	3 644 646,27	657 498,13	438 316,34	561 139,87	9 036 205,66

Tabela 30 | Rendimentos das Atividades de Investigação

Da informação resumida no quadro anterior, observa-se a maior relevância dos rendimentos diretos, na ordem dos 3,7 milhões de euros (41,3%), e das receitas provenientes do OE, com 3,6 milhões de euros (40,3%).

Os gastos da mesma atividade constam do quadro seguinte:

Unidades	Euros					
	Gastos					
	Gastos diretos à Investigação	Vencimentos e Bolsas	PRR	Depreciações e amort. indiretas	Outros Gastos	Total
CBA	35 665,32	211 289,61	83 414,98	11 351,96	67 074,17	408 796,04
CEEApIA	37 378,45	380 088,70		19 190,02	112 761,81	549 418,98
CHAM	55 614,80	180 194,57		10 839,63	63 660,85	310 309,85
CIBIO-A	26 334,22	324 750,80		16 138,59	94 861,06	462 084,67
CICS	80 425,68	338 670,80		19 264,92	113 142,38	551 503,78
ESTA	66 761,59			685,41	4 025,38	71 472,38
FCAA		158,03	38 044,22	7,26	42,67	38 252,18
FCT	50 756,03	28 589,34	98 869,31	3 647,33	21 420,66	203 282,67
FEG	46 425,79	290 493,36		15 487,41	91 360,93	443 767,49
GBA	54 723,50	544 928,20	1 745,90	27 564,64	163 278,98	792 241,22
IITAA	31 592,47	719 738,18		34 536,98	253 149,65	1 039 017,28
IVAR	455 983,67	1 556 286,82		92 499,54	568 213,21	2 672 983,24
OKEANOS		200 396,26		9 211,76	54 100,46	263 708,48
NICA		117 960,91		5 422,40	31 845,60	155 228,91
NIDeS		291 599,10		13 404,15	78 722,25	383 725,50
CEHu	100,71			4,63	27,19	132,53
Outros		205 300,55		9 437,20	55 424,45	270 162,20
Projetos reitoria	566 351,87	34 333,06	39 342,85	27 612,13	162 165,36	829 805,27
Total de gastos	1 508 114,10	5 424 778,29	261 417,26	316 305,96	1 935 277,07	9 445 892,68

Tabela 31 | Gastos das Atividades de Investigação

Pela análise do quadro anterior, constata-se que os gastos da atividade de investigação, em 2025, atingiram aproximadamente 9,4 milhões de euros, influenciados, sobretudo, pelos gastos com pessoal, 5,4 milhões de euros (57,4%).

O quadro seguinte traduz o resultado da atividade de investigação no ano de 2025, que se cifrou em -409,7 milhares de euros.

Unidades	Euros		
	Rendimentos	Gastos	Resultado
CBA	580 497,07	408 796,04	171 701,02
CEEApIA	266 944,62	549 418,98	-282 474,37
CHAM	193 352,21	310 309,85	-116 957,64
CIBIO-A	602 008,98	462 084,67	139 924,30
CICS	335 907,58	551 503,78	-215 596,20
ESTA	0,00	71 472,38	-71 472,38
FCAA	148 251,91	38 252,18	109 999,73
FCSH	422 141,03	203 282,67	218 858,36
FCT	33 280,27	0,00	33 280,27
FEG	515 708,45	443 767,49	71 940,97
GBA	662 538,58	792 241,22	-129 702,64
IITAA	813 143,71	1 039 017,28	-225 873,58
IVAR	2 778 455,01	2 672 983,24	105 471,77
OKEANOS	122 969,58	263 708,48	-140 738,90
NICA	72 384,60	155 228,91	-82 844,31
NIDeS	178 934,58	383 725,50	-204 790,92
CEHu	0,00	132,53	-132,53
Outros	125 979,01	270 162,20	-144 183,19
Projetos reitoria	1 183 708,47	829 805,27	353 903,20
Total	9 036 205,66	9 445 892,68	-409 687,02

Tabela 32 | Resultado das Atividades de Investigação

3.7.4 Resultado da Atividade de Prestação de Serviços à Comunidade

O resultado apresentado neste ponto tem em consideração as vendas e prestações de serviços prestadas à comunidade, tais como estudos, pareceres, consultoria, parque de estacionamento e outros rendimentos, como, por exemplo, o aluguer de espaços e equipamentos.

Unidades	Euros			
	Rendimentos			
	Rend. diretos à Prestação de Serviços à Comunidade	Reconhecimento de subsídios ao investimento	Outros rendimentos	Total
CBA	6 741,01	5 590,76	729,48	13 061,25
CEEAPLA	18 003,87	2 494,22	1 948,28	22 446,37
CHAM	4 310,82	597,21	466,49	5 374,52
CIBIO-A	3 958,45	548,40	428,36	4 935,21
CICS	1 870,56	259,14	202,42	2 332,12
ESTA	68 291,62	9 461,00	7 390,16	85 142,78
FCT	97,45	13,50	10,55	121,50
FEG	14 430,14	1 999,13	1 561,55	17 990,82
GBA	16 347,30	2 264,73	1 769,02	20 381,05
IITAA	1 114,59	45 689,49	120,62	46 924,70
IVAR	68 869,35	49 990,27	7 452,68	126 312,30
OKEANOS	102 406,47	14 187,21	11 081,88	127 675,56
Geral/Reitoria	193 364,21	30 680,64	20 924,84	244 969,69
Total de rendimentos	499 805,84	163 775,70	54 086,33	717 667,87

Tabela 33 | Rendimentos da Atividade de Interação com a sociedade

Em 2025, os rendimentos da atividade de interação com a sociedade atingiram 717,7 milhares de euros, com destaque para os rendimentos diretos, na ordem dos 499,8 milhares de euros (69,6%), conforme apresentado no quadro anterior.

Unidades	Euros			
	Gastos			
	Gastos. diretos das Prestações de Serviços à Comunidade	Depreciações e amortizações indiretas	Outros gastos	Total
CBA	5 770,28	265,25	1 557,79	7 593,32
CEEAPLA	10 199,69	53,18	312,34	10 565,21
CIBIO-A	9 329,41	70,30	412,89	9 812,60
GBA	46 720,02	853,34	5 011,63	52 584,99
IITAA	60 884,05	2 798,70	16 436,71	80 119,46
IVAR	10 105,44	464,52	2 728,14	13 298,10
OKEANOS	229 068,99	1 991,32	11 695,00	242 755,31
Reitoria/Gestão	110 415,35	106,30	624,31	111 145,96
Total de gastos	482 493,23	6 602,91	38 778,81	527 874,95

Tabela 34 | Gastos da Atividade de Interação com a Sociedade

Tal como se pode constatar pelo quadro relativo a gastos com a atividade de interação com a sociedade, em 2025, estes ascenderam a 527,9 milhares de euros, assumindo maior relevância os gastos diretos, com 482,5 milhares de euros (91,4%).

Unidades	Euros		
	Rendimentos	Gastos	Resultado
CBA	13 061,25	7 593,32	5 467,93
CEEAPLA	22 446,37	10 565,21	11 881,16
CHAM	5 374,52	0,00	5 374,52
CIBIO-A	4 935,21	9 812,60	-4 877,39
CICS	2 332,12	0,00	2 332,12
ESTA	85 142,78	0,00	85 142,78
FCT	121,50	0,00	121,50
FEG	17 990,82	0,00	17 990,82
GBA	20 381,05	52 584,99	-32 203,94
IITAA	46 924,70	80 119,46	-33 194,76
IVAR	126 312,30	13 298,10	113 014,20
OKEANOS	127 675,56	242 755,31	-115 079,75
Geral	244 969,69	111 145,96	133 823,73
Total	717 667,87	527 874,95	189 792,92

Tabela 35 | Resultado da Atividade de Interação com a Sociedade

Relativamente ao resultado da atividade de interação com a sociedade, este cifrou-se em 189,8 milhares de euros.

3.7.5. Rendimentos e Gastos não Incorporados

No período de 2025, a UAc auferiu os seguintes rendimentos que não foram incorporados na contabilidade de gestão:

- Os rendimentos afetos à construção das novas residências universitárias, atendendo à sua natureza e ao facto de virem a constituir atividade dos SASE e não da UAc, no montante de 750,0 milhares de euros;
- Os rendimentos destinados à execução do contrato-programa DGES, na parte do rendimento cuja despesa ainda não foi realizada (cerca de 581,3 milhares de euros);
- Os gastos afetos à construção das novas residências universitárias, atendendo à sua natureza e ao facto de virem a constituir atividade dos SASE e não da UAc, no montante de 18,8 milhares de euros.

Unidades	Euros
	Montante
Rendimentos gerais	1 331 272,02
Gastos não incorporados	18 803,24
Resultado	1 350 075,26

Tabela 36 | Rendimentos e Gastos não Incorporados

A informação produzida pela contabilidade de gestão da UAc continua o seu processo de aperfeiçoamento, por forma a que possa aumentar a quantidade de indicadores produzidos, em especial para fins de gestão da instituição.

4. Nota Final

Conforme decorre da análise apresentada no presente relatório, em 2025 a Universidade dos Açores manteve as suas contas equilibradas. Registou-se um aumento das receitas cobradas, fundamentalmente pelas transferências de capital para realização de investimentos no âmbito do PRR/PNAES e pela integração do saldo de gerência de 2024; assim como um aumento da despesa executada, por via maioritariamente da aquisição de bens de capital, assumindo especial destaque os investimentos na construção das novas residências universitárias nas cidades de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta. Paralelamente, também foi registado um aumento da receita corrente cobrada e da despesa corrente executada, especialmente ao nível de projetos financiados com fundos europeus e nacionais.

Os grandes projetos que estavam em curso no ano de 2025, e que terão continuidade e conclusão no ano de 2026, incrementaram o orçamento da instituição para valores não habituais. No entanto, o financiamento estrutural continua a pautar-se pela insuficiência das dotações atribuídas pelo OE, face à totalidade dos encargos com o pessoal, indispensável ao funcionamento corrente da instituição.

O Conselho de Gestão reitera a necessidade de o financiamento do ensino superior considerar as especificidades das Universidades dos Açores e da Madeira, assumindo uma majoração do financiamento provindo do OE para fazer face aos efetivos e penalizadores sobrecustos que advêm da circunstância insular e ultraperiférica das mesmas, a que, no caso da UAc, acresce a sua natureza tripolar, circunstâncias que impactam negativamente na capacidade de desenvolvimento daquelas instituições face às suas congéneres nacionais, contrariam os objetivos e preocupações de coesão territorial subjacentes ao próprio programa do Governo nacional e à Lei de Finanças das Regiões Autónomas, e limitam o seu efetivo contributo para o desenvolvimento daquelas regiões.

Uma palavra final de reconhecimento à comunidade académica, aos órgãos, serviços e estruturas de governo, ao Fiscal Único e a todas as entidades públicas e privadas que colaboram com a Universidade dos Açores, pelo apoio e empenho demonstrados ao longo de mais um ano de vida da nossa Instituição, sem os quais a existência da UAc ficaria esvaziada de sentido e o exercício da sua missão empobrecido.

5. Proposta de Aprovação das Contas e da Aplicação dos Resultados

É convicção do Conselho de Gestão que o Relatório de Gestão, e demais documentos de prestação de contas individuais da Universidade dos Açores, elaborados de acordo com o SNC-AP, com as instruções do Tribunal de Contas e com as normas e princípios contabilísticos geralmente aceites, retratam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da UAc, no período de 2025.

Face ao exposto, tendo em conta que, no período findo em 31 de dezembro de 2025, foi apurado um Resultado Líquido do Período no montante de 2.890.047,66 euros, o Conselho de Gestão propõe que a totalidade deste resultado seja aplicado e mantido na rubrica de Resultados Transitados.

Março de 2026

O Conselho de Gestão

6. Demonstrações Financeiras

6.1 Balanço

Rubricas	Notas	Euros	
		2025	2024
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	52 606 128,93	44 139 463,18
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	3	3 250,75	3 250,75
Participações financeiras	18	863 351,15	863 351,15
Outros ativos financeiros			
		53 472 730,83	45 006 065,08
Ativo corrente			
Inventários	10	75 250,78	78 449,80
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios	18	60 000,00	
Devedores por empréstimos bonificados			
Clientes, contribuintes e utentes	18	1 951 689,20	2 043 441,69
Estado e outros entes públicos			
Outras contas a receber	18,23	526 234,84	482 270,52
Diferimentos	23	211 284,55	118 266,61
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos	1,18	16 071 447,04	12 720 311,30
		18 895 906,41	15 442 739,92
Total do ativo		72 368 637,24	60 448 805,00
Património Líquido			
Património/Capital		6 901 376,80	6 901 376,80
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados		-1 106 188,33	-4 174 689,02
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido		41 799 114,92	42 229 310,28
Resultado líquido do período		2 890 047,66	3 068 500,69
Interesses que não controlam			
Total do Património Líquido		50 484 351,05	48 024 498,75
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	1 867 160,42	1 765 358,37
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos	23	9 747 436,38	2 210 908,00
Outras contas a pagar			
		11 614 596,80	3 976 266,37
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios concedidos	18		140 044,34
Fornecedores	18	144 285,02	111 542,40
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	18	316 465,16	46 559,86
Financiamentos obtidos	18		
Fornecedores de investimentos	18	610 445,67	47 331,27
Outras contas a pagar	18,23	4 494 628,56	3 629 022,29
Diferimentos	23	4 703 864,98	4 473 539,72
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		10 269 689,39	8 448 039,88
Total do Passivo		21 884 286,19	12 424 306,25
Total do Património Líquido e Passivo		72 368 637,24	60 448 805,00

Em Ponta Delgada

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão

A Responsável pela elaboração: A Administradora

Em 17 março de 2026

Em 17 março de 2026

6.2 Demonstração de Resultados por Natureza

Rendimentos e Gastos	Notas	Euros	
		2025	2024
Impostos de taxas	14	3 196 279,94	2 980 343,07
Vendas	13	27 074,66	25 187,68
Prestações de serviços	13	472 731,18	667 375,31
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	26 612 595,83	26 476 784,89
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-38 253,05	-39 956,13
Fornecimentos e serviços externos	23	-3 525 625,73	-3 665 841,30
Gastos com pessoal	23	-23 035 828,10	-22 759 724,75
Transferências e subsídios concedidos	23	-631 236,33	-501 535,87
Prestações sociais			
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	4 465,66	3 071,55
Provisões (aumentos/reduções)	15	-150 039,05	-66 495,03
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	18		
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	13	1 238 382,58	1 118 251,99
Outros gastos e perdas	23	-251 654,83	-178 808,10
Resultados antes de depreciações e gastos financeiros		3 918 892,76	4 058 653,31
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3,5	-1 201 815,32	-1 100 885,92
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		2 717 077,44	2 957 767,39
Juros e rendimentos similares obtidos	18	172 970,22	110 733,30
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		2 890 047,66	3 068 500,69
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		2 890 047,66	3 068 500,69

Em Ponta Delgada

A Responsável pela elaboração: A Administradora

Em 17 março de 2026

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão

Em 17 março de 2026

6.3 Demonstrações de Alterações ao Património Líquido

Descrição	Notas	Capital/ Património realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Reservas decorrentes da Transf. de ativos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajust. em ativos financeiros	Excedentes em Revalorização	Outras Variações no Património Líquido	Resultado Líquido no Período	Euros		
												Total	Interesses que não Controlam	Total do Património Líquido
Posição no Início do Período	(1)	6 901 376,80					-4 174 689,02			42 229 310,28	3 068 500,69	48 024 498,75		48 024 498,75
Alterações no Período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
Outras alterações reconhecidas no património líquido							3 068 500,69			-430 195,36	-3 068 500,69	-430 195,36		-430 195,36
	(2)						3 068 500,69			-430 195,36	-3 068 500,69	-430 195,36		-430 195,36
Resultado Líquido do Período	(3)										2 890 047,66	2 890 047,66		2 890 047,66
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)										-178 453,03	2 459 852,30		2 459 852,30
Operações com Detentores de Capital no Período														
Realizações de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações	(5)													
Posição no Fim do Período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	6 901 376,80					-1 106 188,33			41 799 114,92	2 890 047,66	50 484 351,05		50 484 351,05

Em Ponta Delgada

A Responsável pela elaboração: A Administradora

Em 17 março de 2026

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão

Em 17 março de 2026

6.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Rubricas	Euros	
	Notas	Períodos 2025 2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes		365 824,02 631 923,68
Recebimentos de contribuintes		
Recebimentos de utentes	3 090 541,17	3 162 358,88
Pagamentos a fornecedores	-3 349 023,84	-3 327 298,75
Pagamentos ao pessoal	-23 393 841,18	-23 203 495,50
Caixa gerada pelas operações	-23 286 499,83	-22 736 511,69
Outros recebimentos/pagamentos	26 362 931,65	26 052 601,76
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	3 076 431,82	3 316 090,07
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-8 126 062,85	-655 337,64
Ativos intangíveis		
Propriedades de Investimento		
Investimentos financeiros		
Outros ativos		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos intangíveis		
Propriedades de Investimento		
Investimentos financeiros		
Outros ativos		
Subsídios ao investimento		
Transferências de capital	8 400 766,77	
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	274 703,92	-655 337,64
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	3 351 135,74	2 660 752,43
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	12 720 311,30	10 059 558,87
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16 071 447,04	12 720 311,30
Caixa e seus equivalentes no início do período	12 720 311,30	10 059 558,87
- Equivalentes a caixa no início do período	12 720 311,30	10 059 558,87
- Variações cambiais de caixa no início do período		
= Saldo da gerência anterior	12 720 311,30	10 059 558,87
De execução orçamental	12 085 606,93	9 725 404,72
De operações de tesouraria	634 704,37	334 154,15
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16 071 447,04	12 720 311,30
- Equivalentes a caixa no fim do período	16 071 447,04	12 720 311,30
- Variações cambiais de caixa no fim do período		
= Saldo para a gerência seguinte	16 071 447,04	12 720 311,30
De execução orçamental	14 846 635,68	12 085 606,93
De operações de tesouraria	1 224 811,36	634 704,37

Em Ponta Delgada

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão

A Responsável pela elaboração: A Administradora

Em 17 março de 2026

Em 17 março de 2026

6.5 Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

1 . Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. Identificação da entidade

- a) Designação da entidade: UAc - Universidade dos Açores;
Contribuinte: 512017050;
- b) Endereço: Rua da Mãe de Deus, 9501-321 Ponta Delgada;
- c) Classificação orgânica: 111050200 – Funcionamento;
118050200 – Plano;
- d) Tutela: Ministério da Educação, Ciência e Inovação;
- e) Constituição, principal legislação aplicável e organização:

A Universidade dos Açores (Entidade) foi fundada em 09 de janeiro de 1976 e é uma pessoa coletiva de direito público, com autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira e disciplinar, dedicada à produção e à transmissão de conhecimento, através do ensino, da investigação, da difusão cultural, da prestação de serviços, nas áreas das humanidades, das artes, das ciências e das tecnologias, nas vertentes universitária e politécnica.

A Entidade rege-se pelo disposto nos Estatutos da Universidade dos Açores, homologados pelo Despacho Normativo n.º 8/2016, de 29 de julho, publicado no Diário da República 2.ª série, n.º 154, de 11 de agosto, alterados pelo Despacho Normativo n.º 11/2017, de 3 de agosto, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 163, de 24 de agosto e pelo Despacho Normativo n.º 8/2022, de 22 de abril, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 106 de 1 de junho de 2022, e pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES).

São órgãos de governo da Entidade:

- O Conselho Geral;
- O Reitor;
- O Conselho de Gestão.

São órgãos de consulta da Entidade:

- O Senado;
- O Conselho das Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação;
- O Conselho das Unidades de Investigação.

Em 31 de Dezembro de 2025, o Conselho de Gestão era constituído por:

- Reitora (Presidente): Susana da Conceição Miranda Silva Mira Leal;
- Vice-Reitor (Vogal): Francisco Cipriano da Cunha Martins;
- Administradora (Vogal): Cíntia Ricardo Reis Machado;
- Vice-Reitora (Vogal): Suzana Nunes Caldeira;
- Vice-Reitor (Vogal): Artur José Freire Gil.

A Entidade é empresa-mãe controladora final, pelo que as presentes demonstrações financeiras não são consolidadas em outra entidade.

1.2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e de acordo com a estrutura concetual e as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Sempre que não seja considerado um referencial de apresentação apropriado e sejam necessárias divulgações adicionais e não responda a aspetos particulares de transações ou situações que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á, supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade pública que estiverem em vigor, ao Sistema de Normalização Contabilística e, depois, às normas internacionais de contabilidade adotadas na União Europeia, e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

De referir que as notas indicadas neste Anexo seguem a sequência numérica do modelo de notas explicativas às demonstrações financeiras incluído na NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras. As notas para as quais se considera não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, mantendo-se, contudo, o número de ordem das que forem utilizadas.

Apresentação apropriada das demonstrações financeiras e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade e representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com o SNC-AP, requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Gestão e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Gestão, em 17 de março de 2026, e serão submetidas à aprovação pelo Conselho Geral.

Derrogação das disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais, que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP, que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

Consistência de apresentação

As presentes demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem.

Compensação de saldos e transações

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não são compensados, exceto se for exigido ou permitido por uma NCP.

Valores de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a composição de caixa e seus equivalentes era a seguinte:

Conta	Euros	
	2025	2024
Caixa	0,00	0,00
Depósitos à ordem	356 447,04	210 311,30
Depósitos à ordem no Tesouro	218 820,73	129 208,98
Depósitos bancários à ordem	137 626,31	81 102,32
Depósitos a prazo	15 715 000,00	12 510 000,00
Total de caixa e depósitos	16 071 447,04	12 720 311,30

Nos termos do n.º 5 do Artigo 115.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (RJIES), as aplicações financeiras da Entidade devem ser realizadas no Tesouro, salvo para um valor que não exceda 25% do seu montante total, limite cumprido ao longo dos exercícios de 2025 e 2024.

Em cumprimento com o Despacho n.º 8, do artigo 96.º, do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, a UAC subscreveu, o montante de 15.715.000,00 euros de Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC) nos dias 30 e 31 de dezembro de 2025. Os CEDIC constituídos foram resgatados a 6 e 7 de janeiro de 2026. Os CEDIC são aplicações financeiras de muito curto prazo, passíveis de mobilização quase imediata. A UAc entende que estes instrumentos integram o conceito de equivalente de caixa, pelo que registou na rubrica de depósitos a prazo, fazendo parte integrante do saldo de gerência.

NOTA 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das presentes demonstrações financeiras são descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado.

2.1 Bases de mensuração e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do regime do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidas de acordo com o SNC-AP em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O euro é a moeda funcional e de apresentação e as demonstrações financeiras são apresentadas em euros.

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e os resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de gastos e rendimentos operacionais, exceto se não estiverem relacionados com operações de financiamento.

A Entidade classifica os ativos e os passivos em correntes quando se espera que sejam (i) realizados ou liquidados, ou que estejam detidos para venda ou consumo, no decurso do seu ciclo operacional; (ii) detidos principalmente com a finalidade de ser negociados; (iii) realizados ou liquidados dentro de doze meses após a data de relato; ou (iv) caixa ou um equivalente a caixa, a menos que seja limitada a sua troca ou uso para regularizar um passivo durante pelo menos doze meses após a data de relato ou não tenha um direito incondicional de diferir a sua liquidação durante esse período. Todos os outros ativos e passivos devem ser classificados como não correntes.

2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

As políticas contabilísticas mais relevantes são abaixo indicadas.

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis para uso ou prestarem um serviço encontram-se mensurados ao custo, deduzidas das depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para o SNC-AP e o custo de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo, enquanto as despesas com reparações e manutenção que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis correspondem às vidas úteis estimadas (anos), utilizando-se na sua determinação o método das quotas constantes por duodécimos.

As vidas úteis e o método de depreciação dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistos. O efeito de alguma alteração a essas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente nas demonstrações financeiras.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

Conforme política contabilística adotada pela Entidade a partir de 1 de janeiro de 2018, e tendo em consideração a necessidade de aplicar procedimentos mais eficientes de contabilização e registo de bens móveis adquiridos, bem como do princípio da materialidade previsto no parágrafo 7.1 da Estrutura Conceptual do SNC-AP e dos critérios previstos na Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho, para a conta "437 Outros ativos fixos tangíveis" e "62 Fornecimentos e serviços externos":

- os bens móveis de vida útil inferior a um ano ou, mesmo que superior, que tenham um valor individual inferior a 100,00 euros, exceto nos casos em que tais elementos façam parte integrante de um conjunto que deva ser considerado como um todo, são reconhecidos em gastos do exercício;
- os bens móveis de vida útil igual ou superior a um ano, que tenham um valor individual inferior a 1.000,00 euros e sem taxa definida no "Classificador Complementar 2", podem ser depreciados integralmente no próprio exercício, mediante análise casuística e autorização do órgão de gestão.

b) Imparidades de ativos

A Entidade avalia os seus ativos para efeitos de imparidade consoante a sua natureza, tendo em conta que são detidos para gerar um retorno económico (ativos geradores de caixa) ou para prestarem um serviço (ativos não geradores de caixa) resultante do seu uso ou venda.

As quantias escrituradas desses ativos são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável do ativo ou conjunto de ativos.

A quantia recuperável do ativo ou de serviço é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. O valor de uso de um ativo (i) gerador de caixa é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter do uso continuado e da sua alienação no final da sua vida útil e (ii) não gerador de caixa é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo. Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

c) Locações

A Entidade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato.

Uma locação é classificada como locação financeira se transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade ou como locação operacional se não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Os pagamentos de locação segundo uma locação operacional (excluindo custos de serviços, tais como seguro e manutenção), na ótica do locatário, são reconhecidos como um gasto numa base linear.

Na ótica do locatário, os contratos de locação financeira são reconhecidos como ativos e as respetivas obrigações de locação como passivos. Os ativos e os passivos devem ser reconhecidos no início da locação e mensurados por quantias iguais ao justo valor da propriedade locada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação.

Uma locação financeira dá origem a um gasto de depreciação relativo a ativos depreciáveis e a um gasto financeiro relativo a cada período contabilístico.

d) Participações financeiras

As participações financeiras em entidades subsidiárias, em que a Entidade exerce o controlo, e em associadas, em que a Entidade tem influência significativa, são mensuradas pelo método do custo, uma vez que a Entidade apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

As restantes participações financeiras são também mensuradas pelo custo, dado tratar-se de instrumentos de capital não cotados.

e) Inventários

Os inventários estão mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

f) Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros e os instrumentos de próprio são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais e estão mensurados ao custo amortizado, quando aplicável, ou ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado quando (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida em termos de prazo; (ii) o seu retorno ou remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a receber ou pagar.

Para os ativos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos ou a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos e os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os principais ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são: (i) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos; (ii) Clientes, contribuintes e utentes; (iii) Fornecedores; e (iv) Financiamentos obtidos.

Os ativos e passivos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado e integram instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação, são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

(i) Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor.

(iii) Património realizado

O património social inicial da Entidade corresponde ao património líquido apurado no balanço inicial quando se adotou, pela primeira vez, a elaboração e apresentação de demonstrações financeiras de acordo com o normativo POC-Educação.

(iv) Fornecedores e Outras contas a pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

(v) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença reconhecida em relação ao valor nominal reconhecida na demonstração de resultados, ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

g) Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

h) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Entidade desreconhece os ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo que alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A Entidade desreconhece passivos financeiros quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

i) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados em nota deste Anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

k) Rendimentos de transações

Os rendimentos obtidos são classificados de provenientes de transações, com ou sem contraprestação, dependentemente de ter havido, ou não, uma retribuição próxima do justo valor dos recursos recebidos.

O rendimento de transações com contraprestação é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda ou a prestação de serviços.

Os rendimentos provenientes da venda de bens é reconhecido quando a Entidade (i) tiver transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens; (ii) não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos; (iii) possa fiavelmente mensurar a quantia do rendimento; (iv) tiver garantido que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados com a transação possam fluir; e (v) possa fiavelmente mensurar os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação.

Os rendimentos associados à prestação de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado, que pressupõe que (i) a quantia do rendimento possa ser fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação possam fluir; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rendimento de juros, que é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a Entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O influxo dos recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. A Entidade mensura o ativo de uma transação sem contraprestação como rendimento ao justo valor à data de aquisição e o correspondente rendimento pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela mesma.

A Entidade, quando satisfaz uma obrigação presente, reconhecida como um passivo, com respeito a um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, reduz a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhece uma quantia de rendimento igual a essa redução.

As participações financeiras do Governo Regional e de terceiros, atribuídas a fundo perdido, são reconhecidas pelo seu justo valor quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados inicialmente em património líquido e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à atividade não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

l) Benefícios dos empregados

A Entidade reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

Na base da legislação em vigor, a Entidade tem a responsabilidade de pagar os complementos de reforma a determinados trabalhadores oriundos de serviço extintos, correspondente ao tempo de serviço prestado, e as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Está constituída uma provisão para esse efeito, que é calculada com base nos encargos anualmente liquidados e na esperança média de vida estimada para os atuais pensionistas, de acordo com as tabelas publicadas pelo INE.

m) Especialização de gastos e rendimentos

A Entidade regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

O rendimento de propinas é reconhecido na proporção dos serviços prestados ao longo do correspondente período letivo. A entidade reconhece o direito a receber de propinas no momento da inscrição dos alunos e periodiza o rendimento mensalmente numa base proporcional à duração do ano letivo, sendo 4/12 (setembro a dezembro) reconhecido como rendimento do período (ano da inscrição no ano letivo) e, os restantes 8/12, são diferidos (rendimento diferido) e reconhecidos como rendimento no ano seguinte, em consonância com o regime de acréscimo.

n) Imposto sobre o rendimento

A Entidade está isenta de liquidação de imposto sobre o rendimento.

o) Acontecimentos após a data de relato

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

2.3 Julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas. Em 2025, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas do período anterior.

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações, tendo o Conselho de Gestão procedido à avaliação da capacidade de a Entidade operar em continuidade e concluiu que dispõe de recursos apropriados para manter as atividades, não havendo a intenção de as cessar a curto prazo, pelo que considerou como apropriado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras. Como já mencionado, os fatores relacionados com o desempenho futuro estão associados aos níveis de financiamento que sejam garantidos a nível do Orçamento do Estado, tendo em conta os atuais constrangimentos existentes.

2.5 Divulgações sobre alterações de políticas contabilísticas com efeitos no período corrente e/ou períodos futuros

Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Entidade no presente período ou períodos subsequentes.

Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela Entidade, para os períodos apresentados, nem serão realizadas quaisquer alterações futuras com base na informação disponível.

2.6 Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de emissão das demonstrações financeiras e tendo em consideração que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

Os julgamentos que, no futuro, poderão sofrer alterações com impacto material nos ativos e passivos e nos rendimentos e gastos estão relacionados com (i) a capacidade de obtenção de recursos financeiros para fazer face às necessidades da atividade desenvolvida e os níveis de

exigência que estão associados e regulamentados; (ii) os riscos existentes na recuperação de determinadas dívidas a receber, maioritariamente relacionadas com propinas; (iii) as contingências por processos judiciais, cujo desfecho pode ser diferente das expectativas e posições defendidas pela Entidade; e com (iv) as responsabilidades com o reembolso à CGA do pagamento de duas pensões de acidentes em serviço e de uma pensão de doença profissional, nos termos do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, bem como de quatro pensões complementares de reforma, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 141/79, de 22 de maio, cujo montante estimado depende da esperança de vida dos beneficiários das mesmas e da taxa de juro de desconto utilizada para determinar o valor atual dessas responsabilidades.

2.7 Alterações nas estimativas contabilísticas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Entidade não procedeu a alterações de procedimentos ou metodologias de determinação de estimativas contabilísticas.

2.8 Erros materiais de períodos anteriores

Não foi identificado em 2025 qualquer erro relativo a períodos anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Políticas Contabilísticas e Erros.

NOTA 3 - Ativos intangíveis

a) Vidas úteis ou taxas de amortização usadas

As fichas de cadastro dos demais ativos encontram-se atualizadas à data de relato, com informações sobre a vida útil dos bens e respetivas taxas de amortização. Para os ativos intangíveis obtidos antes da transição para o SNC-AP, as taxas de amortização utilizadas são as definidas pelo Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE). Para os bens adquiridos posteriormente à data de transição para o SNC-AP, as taxas utilizadas são as que se encontram previstas no Classificador Complementar 2.

b) Método de amortização usado

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, atendendo ao período de vida útil estimado. Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo, enquanto as despesas com reparações e manutenção que não são suscetíveis de gerar aumento na vida útil dos ativos são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

A quantia bruta escriturada e de amortização e a imparidade acumulada em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era assim resumida:

Ativos Intangíveis	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
Programas de computador e sistemas de informação	1 573 059,26	1 569 808,51		3 250,75	1 573 059,26	1 569 808,51		3 250,75
Total	1 573 059,26	1 569 808,51	0,00	3 250,75	1 573 059,26	1 569 808,51	0,00	3 250,75

Tabela 3.1 | Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram variações.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Entidade não tinha ativos intangíveis de titularidade restringida ou dados como garantia de passivos e também não existiam quaisquer ativos intangíveis gerados internamente.

NOTA 5 - Ativos fixos tangíveis

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo, deduzidos das depreciações e de perdas de imparidade, quando aplicável. O custo inclui o custo considerado à data de transição para o SNC-AP e o custo de aquisição, no caso dos ativos que foram adquiridos após esta mesma data.

b) Método de depreciação usado

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, atendendo ao período de vida útil estimado.

Os dispêndios subseqüentes incorridos com renovações e reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo, enquanto as despesas com reparações e manutenção que não são suscetíveis de gerar aumento na vida útil dos ativos são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas

As fichas de cadastro dos demais ativos encontram-se atualizadas à data de relato, com informações sobre a vida útil dos bens e respetivas taxas de depreciação. Para os bens adquiridos antes da transição para o SNC-AP, as taxas de depreciação utilizadas são as definidas pelo Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE). Para os bens adquiridos posteriormente à data de transição para o SNC-AP, as taxas de depreciação utilizadas são as que se encontram previstas no Classificador Complementar 2.

A quantia bruta escriturada e de depreciações e imparidades acumuladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 resume-se como segue:

Ativos Tangíveis	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	8 650 983,55			8 650 983,55	8 651 113,20			8 651 113,20
Edifícios e outras construções	36 277 172,67	4 274 325,37		32 002 847,30	36 277 172,67	4 809 181,47		31 467 991,20
Equipamento básico	19 155 476,28	16 343 667,17		2 811 809,11	19 344 639,23	16 405 532,26		2 939 106,97
Equipamento de transporte	599 140,70	555 203,02		43 937,68	596 840,26	554 376,12		42 464,14
Equipamento administrativo	9 443 830,14	9 166 166,94		277 663,20	9 436 889,62	9 116 692,93		320 196,69
Outros	2 517 436,43	2 293 287,71		224 148,72	2 541 832,22	2 318 633,73		223 198,49
Ativos fixos tangíveis em curso	128 073,62			128 073,62	8 962 058,24			8 962 058,24
	76 772 113,39	32 632 650,21	0,00	44 139 463,18	85 810 545,44	33 204 416,51	0,00	52 606 128,93
Total	76 772 113,39	32 632 650,21	0,00	44 139 463,18	85 810 545,44	33 204 416,51	0,00	52 606 128,93

Tabela 5.1 | Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 ocorreram as seguintes variações:

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final	
		Adições	Transf. Internas à Entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Depreciações do Período	Diferenças Cambiais		Diminuições
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)-(10)
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	8 650 983,55	129,65								8 651 113,20
Edifícios e outras construções	32 002 847,30						-534 856,10			31 467 991,20
Equipamento básico	2 811 809,11	668 766,52					-535 335,05	-6 133,61		2 939 106,97
Equipamento de transporte	43 937,68	13 611,21					-15 084,75			42 464,14
Equipamento administrativo	277 663,20	124 722,78					-81 994,05	-195,24		320 196,69
Outros	224 148,72	33 708,01					-34 545,37	-112,87		223 198,49
Ativos fixos tangíveis em curso	128 073,62	8 862 476,54							-28 491,92	8 962 058,24
	44 139 463,18	9 703 414,71	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 201 815,32	0,00	-34 933,64	52 606 128,93
	44 139 463,18	9 703 414,71	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 201 815,32	0,00	-34 933,64	52 606 128,93

Tabela 5.2 | Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										Total
	Internas	Aquisições	Cessões	Transf. ou Troca	Expropriação	Doação, Herança, Legado ou	Doação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão	Outras	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais						129,65					129,65
Edifícios e outras construções											0,00
Equipamento básico		668 766,52									668 766,52
Equipamento de transporte	13 611,21										13 611,21
Equipamento administrativo		124 722,78									124 722,78
Outros	14 880,71	18 827,30									33 708,01
Ativos fixos tangíveis em curso		8 862 476,54									8 862 476,54
	28 491,92	9 674 793,14	0,00	0,00	0,00	129,65	0,00				9 703 414,71
	28 491,92	9 674 793,14	0,00	0,00	0,00	129,65	0,00				9 703 414,71

Tabela 5.2 A | Ativos fixos tangíveis - Desagregação das Adições

O montante reconhecido como adições refere-se maioritariamente à aquisição de ativos fixos tangíveis, sendo que estes estão registados pelo preço de fatura. Registou-se, ainda, no decorrer do exercício de 2025, a doação de um terreno por parte do Governo Regional dos Açores para a construção da residência universitária da Horta, bem como, a passagem de ativos fixos tangíveis em curso para equipamento de transporte e outros ativos.

O montante reconhecido como aquisições na rubrica dos ativos fixos tangíveis em curso diz maioritariamente respeito à construção das três novas residências universitárias (Residência Universitária de Ponta Delgada – 3.458.485,90€, Residência Universitária de Angra do Heroísmo – 2.904.606,82€, e Residência Universitária da Horta – 2.485.723,72€).

Ativos Fixos Tangíveis	Adições						Total (7)=(2)+(3)+(4)+ (5)+(6)
	Alienação a Título Oneroso (2)	Transferência ou Troca (3)	Devolução ou Reversão (4)	Fusão, Cisão ou Reestruturação (5)	Outras (6)		
Outros ativos fixos tangíveis							
Terrenos e recursos naturais							0,00
Edifícios e outras construções							0,00
Equipamento básico					6 133,61		6 133,61
Equipamento de transporte							0,00
Equipamento administrativo					195,24		195,24
Outros			112,87				112,87
Ativos fixos tangíveis em curso					28 491,92		28 491,92
Total	0,00	0,00	112,87	0,00	34 820,77		34 933,64

Tabela 5.2 B | Ativos fixos tangíveis - Desagregação das Diminuições

O montante reconhecido como diminuições refere-se maioritariamente ao abate de ativos fixos tangíveis. Foi, ainda, registada, em 2025, a passagem de ativos fixos tangíveis em curso para equipamento de transporte e outros ativos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram revalorizações de ativos tangíveis.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Entidade não tinha ativos fixos tangíveis de titularidade restringida ou dados como garantia de passivos.

Em 31 de dezembro de 2025 a UAc é legalmente proprietária de alguns edifícios cedidos aos SASE. Como esses imóveis são utilizados pelos SASE na sua atividade operacional, proporcionando benefícios económicos e estando sob o seu controlo e administração, são reconhecidos nas suas demonstrações financeiras como ativos fixos tangíveis. Os bens cedidos aos SASE são os seguintes:

Bens cedidos aos SASE

Terrenos e recursos naturais
Terreno do edifício da Residência das Laranjeiras em Ponta Delgada
Terreno do edifício dos SASE, cantina, bar e <i>snack-bar</i> do <i>campus</i> de Ponta Delgada
Terreno do edifício da Residência do Morrão em Angra do Heroísmo
Terreno do edifício dos SASE, cantina, bar e <i>snack-bar</i> do <i>campus</i> de Angra do Heroísmo
Edifícios e outras construções
Edifício da Residência das Laranjeiras em Ponta Delgada
Edifício dos SASE, cantina, bar e <i>snack-bar</i> do <i>campus</i> de Ponta Delgada
Edifício da Residência do Morrão em Angra do Heroísmo
Edifício dos SASE, cantina, bar e <i>snack-bar</i> do <i>campus</i> de Angra do Heroísmo

NOTA 10 - Inventários

No período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a quantia escriturada dos inventários e o movimento ocorrido no período foram os seguintes:

Rubrica	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia recuperável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	75 250,78		75 250,78
Total	75 250,78	0,00	75 250,78

Tabela 10.1 | Inventários

Rubrica	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Compras Líquidas	Consumos/Gastos	Variações nos Inventários da Produção	Perdas por Imparidade	Reversões de Perdas por Imparidade	Outras Reduções Inventários	Outros Aumentos Inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(8)	(9)	(9)=(1)+(2)-(3)+(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	78 449,80	35 230,59	38 253,05				176,56		75 250,78
Total	78 449,80	35 230,59	38 253,05	0,00	0,00	0,00	176,56	0,00	75 250,78

Tabela 10.2 | Inventários: movimentos do período

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido nos resultados de 2025, foi de 38.253,05 euros (39.956,13, em 2024).

NOTA 13 - Rendimento de transações com contraprestação

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 têm a seguinte decomposição:

Tipo de Rendimento	2025		2024	
Venda de bens	27 074,66	27 074,66	25 187,68	25 187,68
Prestações de Serviços				
Serviços laboratoriais	4 951,00		4 132,93	
Aluguer de equipamentos	8 793,24		5 555,71	
Arrendamento	-		-	
Ações de formação	101 934,49		51 089,54	
Parque de estacionamento	46 129,53		45 186,73	
Protocolos e acordos	96 012,74		96 463,73	
Outros serviços	214 910,18	472 731,18	464 946,67	667 375,31
Outros rendimentos e ganhos				
Alienações	129,00		435,42	
Reposições não abatidas aos pagamentos	44 581,75		9 312,09	
Outras correções relativas a períodos anteriores	52 539,89		70 792,87	
Imputação de subsídios e transferências	1 096 317,93		1 004 511,34	
Restituição de impostos	18 356,10		8 030,37	
Juros de mora obtidos	12 582,17		12 595,18	
Outros	13 875,74	1 238 382,58	12 574,72	1 118 251,99
Total rendimentos de transações c/ contraprestação		1 738 188,42		1 810 814,98

NOTA 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação, recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados e no balanço:

Unidades	Rendimento do Período		Quantias por Receber		Adiantamentos Recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
Taxas	3 179 261,19		1 872 072,97	1 808 425,47	
Multas e outra penalidades	17 018,75				
Transferências sem condição	24 975 794,62				
Transferências com condição	1 636 801,21				
Total	29 808 875,77	0,00	1 872 072,97	1 808 425,47	0,00

NOTA 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as quantias reconhecidas em provisões e os movimentos ocorridos no período foram:

Rubrica	Quantia Escriturada Início 2025	Aumentos				Utilizações				Quantia Escriturada Final 2025
		Reforços	Aumentos da Quantia Descontada	Outros Aumentos	Total Aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)+(8)+(9)	(11)=(2)+(6)-(10)
Processos judiciais em curso	264 112,82	87 359,68			87 359,68				0,00	351 472,50
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	718 354,55	62 679,37			62 679,37	48 237,00			48 237,00	732 796,92
Outras provisões	782 891,00				0,00				0,00	782 891,00
Total	1 765 358,37	150 039,05	0,00	0,00	150 039,05	48 237,00	0,00	0,00	48 237,00	1 867 160,42

Rubrica	Quantia Escriturada Início 2024	Aumentos				Utilizações				Quantia Escriturada Final 2024
		Reforços	Aumentos da Quantia Descontada	Outros Aumentos	Total Aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)+(8)+(9)	(11)=(2)+(6)-(10)
Processos judiciais em curso	166 145,13	97 967,69			97 967,69				0,00	264 112,82
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	800 838,87				0,00	51 011,66	31 472,66		82 484,32	718 354,55
Outras provisões	782 891,00				0,00				0,00	782 891,00
Total	1 749 875,00	97 967,69	0,00	0,00	97 967,69	51 011,66	31 472,66	0,00	82 484,32	1 765 358,37

A natureza das obrigações para as quais foram reconhecidas provisões e o momento em que possa ocorrer o exfluxo de benefícios económicos são:

- Processos judiciais em curso: relativos a situações de diferendo com trabalhadores ou terceiros, para os quais se estima que possa ser mais provável, do que não, um desfecho desfavorável face às expectativas e posições defendidas pela Entidade, estando o prazo de eventuais exfluxos dependente da tramitação judicial dos referidos processos;
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais: responsabilidades com o reembolso à CGA do pagamento de duas pensões de acidentes em serviço e de uma pensão de doença profissional, nos termos do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, bem como de quatro pensões complementares de reforma, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 141/79, de 22 de maio, cujo montante estimado depende da esperança de vida dos beneficiários das mesmas e da taxa de juro de desconto utilizada para determinar o valor atual dessas responsabilidades. Na estimativa da provisão para este efeito foi utilizada a mais recente tabela de esperança média de vida divulgada pelo INE, a taxa de atualização de pensões de 1,0% e a taxa de juro de 1,85%, para determinação do valor atual das responsabilidades;

- Outras provisões: responsabilidades pelo pagamento de valorizações remuneratórias de docentes resultantes do ciclo de avaliação concluído em 2010 e não pagas até 01/01/2015, estando o seu pagamento dependente de dotação financeira do Orçamento de Estado para este efeito.

O efeito nos resultados das provisões de processos judiciais em curso foi de um gasto de 87.359,68 euros. Relativamente às provisões para acidentes de trabalho e doenças profissionais, houve, em 2025, um reforço no montante de 62.679,37 euros. No período anterior havia sido registada uma reversão de 31.472,66 euros.

Os passivos contingentes em 31 de dezembro de 2025 são relativos a:

- Processos judiciais em curso para os quais não foram reconhecidas provisões, porque se considera pouco provável a ocorrência de exfluxos financeiros, tendo em consideração a natureza da matéria litigiosa e o desfecho judicial de outros processos semelhantes. O montante estimado destes processos em 31 de dezembro de 2025 é de 331.230,11 euros (362.712,45 euros, em 31 de dezembro de 2024).

Os ativos contingentes em 31 de dezembro de 2025 são relativos a:

- Recuperação de IVA autoliquidado e pago incorretamente nos anos de 2011 e 2012, que se encontra pendente da validação das declarações de substituição entregues na Autoridade Tributária em 2015 e 2016, dentro dos prazos legais. Em março de 2022, foi interposta ação administrativa contra a decisão final de arquivamento do procedimento de revisão oficiosa relativo às referidas declarações. Atendendo à incerteza quanto ao desfecho deste processo, a quantia em causa não foi reconhecida como ativo. O montante estimado relativo a este processo é de 313.840,69 euros.

NOTA 17 - Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 17 de março de 2026 pelo Conselho de Gestão.

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2025.

NOTA 18 - Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as categorias de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado estão detalhadas da seguinte forma:

Instrumentos Financeiros	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Líquida	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia Líquida
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa						
Depósitos bancários	16 071 447,04		16 071 447,04	12 720 311,30		12 720 311,30
Subtotal	16 071 447,04		16 071 447,04	12 720 311,30		12 720 311,30
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado						
Participações financeiras - Custo						
Investimentos em entidades controladas	748 696,85		748 696,85	748 696,85		748 696,85
Investimentos noutras entidades	114 654,30		114 654,30	114 654,30		114 654,30
Devedores por transferências e subsídios	60 000,00		60 000,00			
Clientes, contribuintes e utentes	1 951 689,20		1 951 689,20	2 666 012,20	622 570,51	2 043 441,69
Estado e outros entes públicos						
Outras contas a receber	551 234,84	25 000,00	526 234,84	507 270,52	25 000,00	482 270,52
Subtotal	3 426 275,19	25 000,00	3 401 275,19	4 036 633,87	647 570,51	3 389 063,36
Total Ativos Financeiros	19 497 722,23	25 000,00	19 472 722,23	16 756 945,17	647 570,51	16 109 374,66
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Passivo corrente						
Credores por transferências e subsídios concedidos						
Fornecedores	144 285,02		144 285,02	111 542,40		111 542,40
Estado e outros entes públicos	316 465,16		316 465,16	46 559,86		46 559,86
Fornecedores de investimentos	610 445,67		610 445,67	47 331,27		47 331,27
Outras contas a pagar	4 494 628,56		4 494 628,56	3 629 022,29		3 629 022,29
Subtotal	5 565 824,41		5 565 824,41	3 974 500,16		3 974 500,16
Total Passivos Financeiros	5 565 824,41		5 565 824,41	3 974 500,16		3 974 500,16

O saldo da rubrica de Clientes, contribuintes e utentes é essencialmente constituído pelas propinas a pagar do ano letivo em curso, de 2025/2026, no montante de 1.808.425,47 euros (1.872.072,97 euros, em 2024). Os proveitos de propinas diferidos para o período subsequente, no montante de 1.746.039,25 euros em 31 de dezembro de 2024 (1.807.338,46 euros, em 2024), são reconhecidos em Diferimentos.

O saldo da rubrica de Clientes, contribuintes e utentes inclui os seguintes montantes de crédito em cobrança duvidosa, cujo movimento no período foi:

Clientes cobrança duvidosa	31/12/2024	Aumento	Redução	31/12/2025
Clientes	46 074,32	-	12,00	46 062,32
Utentes	576 496,19	154 658,64	159 112,30	572 042,53
Total	622 570,51	154 658,64	159 124,30	618 104,85

No ponto “2.3.2 – Propinas”, do Relatório e Contas, é apresentada uma análise detalhada sobre a evolução das propinas em dívida de anos letivos anteriores.

As perdas por imparidade para clientes foram determinadas por análise individual, tendo em consideração as expectativas de recebimentos futuros e a situação económica e financeira conhecida do cliente, sendo que houve uma redução de apenas doze euros.

As perdas por imparidade para utentes foram determinadas, por prudência, em montante igual ao dos utentes com cobrança duvidosa.

O movimento ocorrido na rubrica de perdas por imparidade acumuladas foi o seguinte nos períodos apresentados:

Instrumentos Financeiros	Imparidade Acumulada Início 2025	Movimentos do Período		Imparidade Acumulada Final 2025
		Reforços	Reversões	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)-(4)
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado				
Participações financeiras - Custo				
Investimentos noutras entidades				
Cientes, contribuintes e utentes				
Cientes	46 074,32		12,00	46 062,32
Utentes	576 496,19	154 658,64	159 112,30	572 042,53
Outras contas a receber	25 000,00			25 000,00
Total Ativos Financeiros	647 570,51	154 658,64	159 124,30	643 104,85

Instrumentos Financeiros	Imparidade Acumulada Início 2024	Movimentos do Período		Imparidade Acumulada Final 2024
		Reforços	Reversões	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)-(4)
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado				
Participações financeiras - Custo				
Investimentos noutras entidades				
Cientes, contribuintes e utentes				
Cientes	46 074,32			46 074,32
Utentes	579 567,74	174 716,51	177 788,06	576 496,19
Outras contas a receber	25 000,00			25 000,00
Total Ativos Financeiros	650 642,06	174 716,51	177 788,06	647 570,51

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existiam ativos financeiros dados em garantia, como colateral de passivos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica de Outras contas a pagar contempla, essencialmente, a previsão para férias e subsídios de férias no montante de 3.117.309,52 euros (3.035.197,77 euros, em 2024), conforme detalhe apresentado em Outras Divulgações, no final do presente Anexo.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existiam juros e gastos similares de ativos e passivos financeiros.

Os rendimentos de juros e similares de ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 têm a seguinte decomposição:

Juros e rendimentos similares	2025	2024
Rendimentos de juros de ativos financeiros		
Juros obtidos	172 970,22	110 733,30
Total	172 970,22	110 733,30

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as participações de capital em entidades que sejam subsidiárias, associadas ou outras entidades são:

Entidades Denominação	Natureza da Entidade	31/12/2025				31/12/2024					
		Valor Nominal da Participação	%	Quantia Bruta	Imparidade	Quantia Líquida	Valor Nominal da Participação	%	Quantia Bruta	Imparidade	Quantia Líquida
Investimentos em entidades controladas											
Fundação Gaspar Frutuoso	Fundação Pública de Direito Privado	748 196,85	100,0%	748 196,85		748 196,85	748 196,85	100,0%	748 196,85		748 196,85
Chegalvorada, Unipessoal Lda	Sociedade Unipessoal p/ Quotas	105 460,00	100,0%	500,00		500,00	105 460,00	100,0%	500,00		500,00
Subtotal		853 656,85		748 696,85	-	748 696,85	853 656,85		748 696,85	-	748 696,85
Investimentos em associadas											
Observatório Regional do Turismo	Associação Privada s/ Fins Lucrativos	20 000,00	22,0%	20 000,00		20 000,00	20 000,00	22,0%	20 000,00		20 000,00
Subtotal		20 000,00		20 000,00	-	20 000,00	20 000,00		20 000,00	-	20 000,00
Investimentos noutras entidades											
INOVA	Pes. Coletiva de Dir. Privado	92 354,30	13,0%	92 354,30		92 354,30	92 354,30	13,0%	92 354,30		92 354,30
Associação para o Desenvolvimento e Formação do Mar dos Açores - ADFMA	Associação Privada s/ Fins Lucrativos	2 000,00	15,4%	2 000,00		2 000,00	2 000,00	15,4%	2 000,00		2 000,00
Biotech Synergy, Lda.	Soc. p/ Quotas	300,00	10,0%	300,00		300,00	300,00	10,0%	300,00		300,00
Subtotal		94 654,30		94 654,30		94 654,30	94 654,30		94 654,30		94 654,30
Total de Investimentos financeiros		968 311,15		863 351,15	-	863 351,15	968 311,15		863 351,15	-	863 351,15

A UAc tem ainda relação/participação, embora com valor nominal “zero”, com o Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores (CIVISA), Instituto do Mar (IMAR) e Instituto de Biotecnologia e Biomedicina dos Açores (IBBA).

À data do fecho de contas da UAc não eram conhecidos os resultados do exercício de 2025 das entidades associadas e das outras entidades.

NOTA 19 - Benefícios dos Empregados

Em 31 de dezembro de 2025 os benefícios dos empregados estão detalhados da seguinte forma:

Gastos Reconhecidos no Período	Conta da Demonstração de Resultados	Valor
Custo do serviço corrente		
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	631	530 554,64
Remunerações do pessoal	632	17 919 515,36
Indeminizações	634	172 550,14
Encargos sobre remunerações	635	4 295 059,97
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	636	9 835,68
Outros gastos com o pessoal	638	907,08
Outros encargos sociais	639	107 405,23
Custo dos juros		
Retorno esperado dos ativos do plano		
Retorno esperado de qualquer direito de reembolso reconhecido como ativo		
Ganhos e perdas atuariais		
Custo dos serviços passados		
Efeito de qualquer corte ou liquidação		
Total		23 035 828,10

NOTA 20 - Divulgações de partes relacionadas

A Entidade está sob a tutela do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, do Governo da República Portuguesa.

Em 31 de dezembro de 2025 a Entidade tinha o controlo sobre as seguintes entidades:

Entidades Denominação	Natureza da Entidade	Sede
Serviços de Ação Social Escolar da UAc	Serviço da UAc com autonomia administrativa e financeira	Ponta Delgada
Fundação Gaspar Frutuoso	Fundação Pública de Direito Privado	Ponta Delgada
Chegalvorada, Unipessoal Lda	Sociedade Unipessoal p/ Quotas	Angra do Heroísmo

As transações que ocorreram nos exercícios de 2025 e 2024, por natureza de partes relacionadas, foram:

Transações	31/12/2025				31/12/2024			
	Compra ou Venda de Bens	Compra ou Venda de Ativos	Prestação de Serviços	Outros	Compra ou Venda de Bens	Compra ou Venda de Ativos	Prestação de Serviços	Outros
Serviços Ação Social Escolar da UAc	15 231,16		7 362,10	184 923,00	8 446,79		7 765,11	124 000,00
Fundação Gaspar Frutuoso			52 036,54	1 000,00			59 680,57	347 538,00
Chegalvorada, Unipessoal Lda			-	-			-	-
Entidades controladas	15 231,16	-	59 398,64	185 923,00	8 446,79	-	67 445,68	471 538,00
Pessoas-chave da gestão								
Total	15 231,16	-	59 398,64	185 923,00	16 893,58	-	67 445,68	471 538,00

Em 31 de dezembro de 2025 as pessoas-chave da gestão e membros próximos da família apresentavam os seguintes saldos:

Transações	Número de Pessoas	Remuneração	Outras Remunerações e Compensações	Empréstimos	Benefícios Diretos e Indiretos
Pessoas-chave da gestão (*)	7	546 283,81	-	-	-
Membros próximos da família	3	187 838,42	-	-	-

(*) Reitor, Vice-Reitores, Administrador e Fiscal Único

NOTA 21 – Relato por segmentos

A Entidade não reporta informação por segmentos, tendo em consideração que a sua atividade se concentra na atividade principal de ensino superior, sendo outras atividades, nomeadamente de investigação, complementares da atividade principal e sem relevância financeira para as contas separadas (individuais) da UAc.

De acordo com o Regime Jurídico dos Graus e Diplomas (Decreto-Lei n.º 74/2006, na sua redação atual), os graus de licenciado, mestre e doutor só podem ser conferidos pelas instituições de ensino superior universitárias que, entre outros requisitos, desenvolvam atividades de formação e investigação de nível e qualidade reconhecidos. Assim, no ensino superior, a docência implica investigação e não pode ser dissociada desta.

NOTA 23 – Outras divulgações

Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica Outras contas a receber era constituída por:

Outras Contas a Receber	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Líquida	Quantia Líquida
FCT - apoio à contratação de doutorados	483 969,40		483 969,40	421 965,78
Emprego Científico	-		-	20 788,49
CIVISA e IMAR - acordo de cedência pessoal próprio	28 954,03		28 954,03	25 061,73
Cauções entregues a terceiros	12 160,50		12 160,50	12 160,50
Outros	1 150,91		1 150,91	2 294,02
Azores Parque - Soc. Desenv. Gest. Parq.	25 000,00	25 000,00	-	-
Total	551 234,84	25 000,00	526 234,84	482 270,52

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica de Outras contas a pagar era constituída por:

Outras Contas a Pagar	31/12/2025	31/12/2024
Especialização de férias e subsídio de férias	3 117 309,52	3 035 197,77
Outros acréscimos de gastos	126 406,62	85 895,99
Outros credores	1 250 912,42	507 928,53
Total	4 494 628,56	3 629 022,29

O aumento registado em Outros credores deve-se a adiantamentos recebidos no âmbito dos projetos PRR, nos quais a receita só pode ser registada aquando do registo da despesa.

Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica de Diferimentos do ativo era constituída por:

Diferimentos (Ativo)	31/12/2025	31/12/2024
Outros gastos a reconhecer	211 284,55	118 266,61
Total	211 284,55	118 266,61

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica de Diferimentos do passivo era constituída por:

Diferimentos (Passivo)	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos a reconhecer a mais de 12 meses		
PNAES - Residências Universitárias	9 747 436,38	2 210 908,00
Rendimentos a reconhecer a menos de 12 meses		
Propinas	1 746 039,25	1 807 338,46
Projetos de Investigação & Desenvolvimento	2 522 751,34	2 231 126,87
Outros Rendimentos	435 074,39	435 074,39
Total	14 451 301,36	6 684 447,72

O montante de 9.747.436,38 euros, relativo à construção das residências universitárias nos três polos universitários, desagrega-se no montante 8.342.698,20 euros proveniente do PRR, bem como nas verbas recebidas do Município de Angra do Heroísmo (207.200,18 euros), do Município da Horta (350.000,00 euros), do Município de Ponta Delgada (500.000,00 euros) e da Fundação Gaspar Frutuoso (347.538,00 euros), com o objetivo de apoiar o financiamento das residências universitárias.

O valor de 1.746.039,25 euros de propinas a diferir corresponde a 8/12 das inscrições do ano letivo de 2025/2026, cujo rendimento só será reconhecido em 2026.

O montante de 2.522.751,34 euros reporta-se a rendimentos de transferências e subsídios obtidos para projetos de I&D, cujos gastos ainda não foram executados. Como resultado, esses rendimentos são diferidos e reconhecidos em períodos futuros para compensar os gastos a incorrer.

A rubrica de outros rendimentos é maioritariamente composta pelo diferimento do montante de 295.378,00 euros, recebido ao abrigo da linha de financiamento de apoio à contratação por tempo indeterminado de doutorados.

Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica de Gastos com pessoal decompunha-se como se segue:

Gastos com o Pessoal	31/12/2025	31/12/2024
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão		
Remunerações certas e permanentes	521 438,33	491 686,22
Abonos variáveis ou eventuais	9 116,31	7 260,10
Remunerações do pessoal		
Remunerações certas e permanentes	17 684 328,29	17 458 559,60
Abonos variáveis ou eventuais	235 187,07	236 760,12
Indemnizações	172 550,14	238 817,22
Encargos sobre remunerações		
Caixa Geral de Aposentações	2 908 073,43	3 050 954,92
Segurança Social	1 386 986,54	1 194 632,01
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	9 835,68	5 879,30
Outros gastos com o pessoal	907,08	2 196,38
Outros encargos sociais	107 405,23	72 978,88
Total	23 035 828,10	22 759 724,75

O aumento da rubrica de Gastos com pessoal deve-se, sobretudo, aos aumentos salariais verificados em 2025.

A Entidade detém a 31 de dezembro de 2025 um total de 527 funcionários.

Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica de Fornecimentos e serviços externos decompunha-se como se segue:

	Euros	
Fornecimentos e Serviços Externos	31/12/2025	31/12/2024
Subcontratos e parcerias		
Serviços de alojamento e de restauração	492,00	775,00
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	226 600,49	488 008,02
Publicidade, comunicação e imagem	15 107,12	13 800,32
Vigilância e segurança	180 018,74	196 384,08
Honorários	536 432,15	341 420,84
Conservação e reparação	420 818,33	594 839,67
Outros serviços especializados		588,70
Materiais de consumo		
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 281,24	2 830,97
Livros e documentação técnica	1 320,18	2 361,92
Material de escritório	29 081,16	28 171,08
Artigos para oferta e de publicidade de propaganda	39 935,15	35 948,45
Material de educação, cultura e recreio	4 263,48	12 122,44
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	4 088,92	3 362,71
Produtos químicos e de laboratórios	65 960,86	79 788,68
Outros materiais	200 113,36	186 685,39
Energia e fluidos		
Eletricidade	286 091,93	292 918,49
Combustíveis e lubrificantes	7 124,14	8 320,10
Água	58 072,34	56 426,84
Outros	610,96	823,90
Deslocações, estadas e transportes		
Desclocações e estadas	468 493,76	428 221,71
Transporte de pessoal		
Transporte de mercadorias e outros bens	22,66	2 590,54
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	9 688,51	9 363,81
Comunicação	19 202,58	18 486,84
Seguros	19 923,61	16 098,78
Contencioso e notariado		
Limpeza, higiene e conforto	10,99	8,50
Outros serviços	930 871,07	845 493,52
Total	3 525 625,73	3 665 841,30

Na rubrica de outros serviços, destacam-se os gastos com o licenciamento, aquisição ou atualização de ferramentas de natureza informática, como as licenças da Microsoft, NONIO, SPSS e *software* de deteção de plágio.

Transferências e subsídios concedidos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica de Transferências e subsídios concedidos decompunha-se como se segue:

	Euros	
Transferências e Subsídios Concedidos	31/12/2025	31/12/2024
Transferências correntes concedidas		
Administração Central (Estado)		
Outras entidades públicas (SASE)	184 923,00	124 000,00
Setor privado:		
Famílias	418 983,08	367 535,87
Entidades de setor não lucrativo	27 330,25	10 000,00
Total	631 236,33	501 535,87

Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica de Outros gastos e perdas decompunha-se como se segue:

Outros gastos e perdas	31/12/2025	Euros
		31/12/2024
Impostos e taxas	24 215,87	16 277,80
Perdas em inventários	176,56	530,98
Gastos em investimentos não financeiros		
Alienações	-	142,55
Abates	195,24	1 022,65
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	188 945,01	123 133,66
Quotizações	12 020,00	11 900,00
Multas fiscais	37,50	
Emolumentos		
Serviços bancários	26 064,65	25 800,46
Total	251 654,83	178 808,10

7. Demonstrações Orçamentais

7.1 Demonstração do Desempenho Orçamental

Rubrica	Recebimentos	Fontes de Financiamento (2025)					2024	Rubrica	Pagamentos	Fontes de Financiamento (2025)					2024					
		RP	RG	UE	EMPR	Fundos Alheios				Total	RP	RG	UE	EMPR		Fundos Alheios	Total			
	Saldo de gerência anterior	3 614 425,42	5 680 587,28	2 790 594,23		634 704,37	12 720 311,30	10 059 558,87												
	Operações orçamentais [1]	3 614 425,42	5 680 587,28	2 790 594,23			12 085 606,93	9 725 404,72												
	Restituição do saldo operações orçamentais																			
	Recebimento do saldo devolvido por terceiros entidades																			
	Operações de tesouraria [A]					634 704,37	634 704,37	334 154,15												
	Receita corrente	6 444 620,08	22 120 910,85	1 951 025,36			30 516 556,29	28 528 772,28												
R1	Receita fiscal																			
R11	Impostos diretos																			
R12	Impostos indiretos																			
	Contribuições para sistemas de proteção social																			
R2	e subsistemas de saúde																			
R3	Taxas, multas e outras penalidades	2 976 629,93					2 976 629,93	3 176 327,66												
R4	Rendimentos de propriedade	172 970,22					172 970,22	110 733,30												
R5	Transferências e subsídios correntes	2 661 486,17	22 120 910,85	1 951 025,36			26 733 422,38	24 460 562,43												
R51	Transferências correntes	2 661 486,17	22 120 910,85	1 951 025,36			26 733 422,38	24 460 562,43												
R511	Administrações Públicas	2 574 804,17	22 120 910,85	1 19 375,59			24 815 090,61	22 091 599,30												
R5111	Administração Central - Estado		21 733 740,57	74 547,37			21 808 287,94	20 319 184,00			10 000,00									
R5112	Administração Central - Outras entidades		387 170,28	44 828,22			431 998,50	400 965,73			49 377,58	22 281,00	338 324,50							
R5113	Segurança Social																			
R5114	Administração Regional	1 609 851,99					1 609 851,99	1 265 695,98												
R5115	Administração Local	964 952,18					964 952,18	105 753,59												
R512	Exterior - UE			1 831 649,77			1 831 649,77	2 227 008,35												
R513	Outras	86 682,00					86 682,00	141 954,78												
R52	Subsídios correntes																			
R6	Venda de bens e serviços	511 227,44					511 227,44	732 538,15												
R7	Outras receitas correntes	122 306,32					122 306,32	48 610,74												
	Receita de capital		8 286 950,27	113 816,50			8 400 766,77	1 746 690,83												
R8	Venda de bens de investimento							435,42												
R9	Transferências de capital		8 286 950,27	113 816,50			8 400 766,77	1 746 255,41												
R91	Transferências e subsídios de capital		8 286 950,27	113 816,50			8 400 766,77	1 746 255,41												
R911	Administrações Públicas		8 286 950,27	113 816,50			8 400 766,77	1 746 255,41												
R9111	Administração Central - Estado																			
R9112	Administração Central - Outras entidades		8 286 950,27	113 816,50			8 400 766,77	1 746 255,41												
R9113	Segurança Social																			
R9114	Administração Regional																			
R9115	Administração Local																			
R912	Exterior - UE																			
R913	Outras																			
R92	Subsídios de capital																			
R10	Outras receitas de capital																			
R11	Reposição não aborridas aos pagamentos	44 481,75		100,00			44 581,75	9 312,09												
	Receita efetiva [2]	6 489 101,83	30 407 861,12	2 064 941,86			38 961 904,81	30 284 775,20												
	Receita não efetiva [3]																			
R12	Receita com ativos financeiros																			
R13	Receita com passivos financeiros																			
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	10 103 527,25	36 088 448,40	4 855 536,09			51 047 511,74	40 010 179,92												
	Operações de tesouraria [B]					1 373 554,49	1 373 554,49	553 696,59												
	Despesa corrente	4 785 340,10	22 570 427,87	962 603,97			28 318 371,94	27 272 229,14												
	Despesas com o pessoal	1 238 814,69	21 851 462,80	254 240,85			23 344 518,34	23 186 650,25												
D11	Remunerações certas e permanentes	218 610,81	18 119 000,91	227 986,72			18 565 598,44	18 384 788,99												
D12	Abonos variáveis ou eventuais	77 560,25	339 293,27				416 853,52	482 837,44												
D13	Segurança Social	942 643,63	3 393 168,62	26 254,13			4 362 066,38	4 319 023,82												
D2	Aquisição de bens e serviços	2 541 371,87	682 199,97	333 930,12			3 557 501,96	3 291 889,41												
D3	Juros e outros encargos																			
D4	Transferências e subsídios correntes	255 000,70	22 281,00	344 954,63			622 236,33	501 535,87												
D41	Transferências correntes	255 000,70	22 281,00	344 954,63			622 236,33	501 535,87												
D411	Administrações Públicas	195 623,12		6 630,13			202 253,25	124 000,00												
D4111	Administração Central - Estado																			
D4112	Administração Central - Outras entidades	195 623,12		6 630,13			202 253,25	124 000,00												
D4113	Segurança Social																			
D4114	Administração Regional																			
D4115	Administração Local																			
D412	Entidades do setor não lucrativo	10 000,00					10 000,00	10 000,00												
D413	Famílias	49 377,58					409 983,08	367 535,87												
D414	Outras																			
D42	Subsídios correntes																			
D5	Outras despesas correntes	750 152,84	14 484,10	29 478,37			794 115,31	292 153,61												
	Despesa de capital	602 485,00	7 206 798,49	73 220,63			7 882 504,12	652 343,85												
D6	Aquisição de bens de capital	602 485,00	7 206 798,49	73 220,63			7 882 504,12	652 343,85												
D7	Transferências e subsídios de capital																			
D71	Transferências de capital																			
D711	Administrações Públicas																			
D7111	Administração Central - Estado																			
D7112	Administração Central - Outras entidades																			
D7113	Segurança Social																			
D7114	Administração Regional																			
D7115	Administração Local																			
D712	Entidades do setor não lucrativo																			
D713	Famílias																			
D714	Outras																			
D72	Subsídios de capital																			

7.2 Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Rubrica	Descrição	Receitas por cobrar		Receitas Liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período	Grau de execução orçamental (%)	
		Previsões Corrigidas	de períodos anteriores				Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período Corrente	Total		Períodos anteriores	Período Corrente
	Receita corrente	33 930 647,00	541 333,04	32 445 366,22	144 294,23	30 535 204,98	18 648,69	18 648,69	166 865,58	30 349 690,71	30 516 556,29	2 325 848,74	0,49	89,45
R1	Receita fiscal													
R11	Impostos diretos													
R12	Impostos indiretos													
	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde													
R2	Taxas, multas e outras penalidades	3 255 478,00	325 789,82	4 797 636,31	68 873,69	2 995 128,62	18 498,69	18 498,69		2 976 629,93	2 976 629,93	2 077 922,51		91,43
R4	Rendimentos de propriedade	172 971,00		172 970,22		172 970,22				172 970,22	172 970,22			100,00
R5	Transferências e subsídios correntes	28 360 903,00	1 045,50	26 793 922,38		26 733 422,38				26 733 422,38	26 733 422,38	61 545,50		94,26
R51	Transferências correntes	28 360 903,00	1 045,50	26 793 922,38		26 733 422,38				26 733 422,38	26 733 422,38	61 545,50		94,26
R511	Administrações Públicas	26 064 913,00		24 815 090,61		24 815 090,61				24 815 090,61	24 815 090,61			95,20
R5111	Administração Central - Estado	22 660 220,00		21 808 287,94		21 808 287,94				21 808 287,94	21 808 287,94			96,24
R5112	Administração Central - Outras entidades	438 767,00		431 998,50		431 998,50				431 998,50	431 998,50			98,46
R5113	Segurança Social													
R5114	Administração Regional	1 609 852,00		1 609 851,99		1 609 851,99				1 609 851,99	1 609 851,99			100,00
R5115	Administração Local	1 356 074,00		964 952,18		964 952,18				964 952,18	964 952,18			71,16
R512	Exterior - UE	2 151 808,00		1 831 649,77		1 831 649,77				1 831 649,77	1 831 649,77			85,12
R513	Outras	144 182,00	1 045,50	147 182,00		86 682,00				86 682,00	86 682,00	61 545,50		60,12
R52	Subsídios correntes													
R6	Venda de bens e serviços	580 085,00	210 769,59	558 530,99	75 420,54	511 377,44	150,00	150,00	166 865,58	344 361,86	511 227,44	182 652,60	28,77	59,36
R7	Outras receitas correntes	1 561 210,00	3 728,13	122 306,32		122 306,32				122 306,32	122 306,32	3 728,13		7,83
	Receita de capital	22 268 191,00	25 000,00	20 530 955,45		20 530 955,45			20 530 955,45	20 530 955,45	20 530 955,45	25 000,00		92,20
R8	Venda de bens de investimento													
R9	Transferências de capital	10 137 997,00		8 400 766,77		8 400 766,77				8 400 766,77	8 400 766,77			82,86
R91	Transferências e subsídios de capital	10 137 997,00		8 400 766,77		8 400 766,77				8 400 766,77	8 400 766,77			82,86
R911	Administrações Públicas	10 137 997,00		8 400 766,77		8 400 766,77				8 400 766,77	8 400 766,77			82,86
R9111	Administração Central - Estado													
R9112	Administração Central - Outras entidades	10 137 997,00		8 400 766,77		8 400 766,77				8 400 766,77	8 400 766,77			82,86
R9113	Segurança Social													
R9114	Administração Regional													
R9115	Administração Local													
R912	Exterior - UE													
R913	Outras													
R92	Subsídios de capital													
R10	Outras receitas de capital													
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	44 583,00	25 000,00	44 581,75		44 581,75				44 581,75	44 581,75	25 000,00		100,00
R12	Receita com ativos financeiros													
R13	Receita com passivos financeiros													
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	12 085 611,00		12 085 606,93		12 085 606,93				12 085 606,93	12 085 606,93			100,00
		56 198 838,00	566 333,04	52 976 321,67	144 294,23	51 066 160,43	18 648,69	18 648,69	166 865,58	50 880 646,16	51 047 511,74	2 350 848,74	0,30	90,54

Em Ponta Delgada

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão

A Responsável pela elaboração: A Administradora

Em 17 março de 2026

Em 17 março de 2026

2025

7.3 Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores					Despesas pagas líquidas de reposições				Grau de execução orçamental (%)		
		(1)	Dotações Corrigidas (2)	Cativos/ descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Períodos anteriores (6)	Período Corrente (7)	Total (8)=(6)+(7)	Compromissos a transitar (9)=(4)-(5)	Obrigações por pagar (10)=(5)-(8)	Períodos anteriores (11)=(6)/(2)*100	Período Corrente (12)=(7)/(2)*100
	Despesa corrente	112 717,39	40 839 058,00		36 318 301,89	28 477 870,20	112 707,87	28 205 664,07	28 318 371,94	7 840 431,69	159 498,26	0,28	69,07
D1	Despesas com o pessoal		26 709 051,00		24 764 674,72	23 345 239,62		23 344 518,34	23 344 518,34	1 419 435,10	721,28		87,40
D11	Remunerações certas e permanentes		20 444 580,00		19 749 114,87	18 566 319,72		18 565 598,44	18 565 598,44	1 182 795,15	721,28		90,81
D12	Abonos variáveis ou eventuais		422 475,00		416 853,52	416 853,52		416 853,52	416 853,52				98,67
D13	Segurança Social		5 841 996,00		4 598 706,33	4 362 066,38		4 362 066,38	4 362 066,38	236 639,95			74,67
D2	Aquisição de bens e serviços	112 717,39	9 627 102,00		7 326 822,01	3 707 278,94	112 707,87	3 444 794,09	3 557 501,96	3 619 543,07	149 776,98	1,17	35,78
D3	Juros e outros encargos												
D4	Transferências e subsídios correntes		1 458 574,00		1 351 510,14	631 236,33		622 236,33	622 236,33	720 273,81	9 000,00		42,66
D41	Transferências correntes		1 458 574,00		1 351 510,14	631 236,33		622 236,33	622 236,33	720 273,81	9 000,00		42,66
D411	Administrações Públicas		206 334,00		202 253,25	202 253,25		202 253,25	202 253,25				98,02
D4111	Administração Central - Estado Português												
D4112	Administração Central - Outras entidades		206 334,00		202 253,25	202 253,25		202 253,25	202 253,25				98,02
D4113	Segurança Social												
D4114	Administração regional												
D4115	Administração local												
D412	Entidades do setor não lucrativo		12 500,00		10 000,00	10 000,00		10 000,00	10 000,00				80,00
D413	Famílias		1 239 740,00		1 139 256,89	418 983,08		409 983,08	409 983,08	720 273,81	9 000,00		33,07
D414	Outras												
D42	Subsídios Correntes												
D5	Outras despesas correntes		3 044 331,00		2 875 295,02	794 115,31		794 115,31	794 115,31	2 081 179,71			26,09
	Despesa de capital	108 048,28	15 359 780,00		14 398 049,72	8 526 505,47	108 048,28	7 774 455,84	7 882 504,12	5 871 544,25	644 001,35	0,70	50,62
D6	Aquisição de bens de capital	108 048,28	15 359 780,00		14 398 049,72	8 526 505,47	108 048,28	7 774 455,84	7 882 504,12	5 871 544,25	644 001,35	0,70	50,62
D7	Transferência e subsídios de capital												
D71	Transferências de capital												
D711	Administrações Públicas												
D7111	Administração Central - Estado Português												
D7112	Administração Central - Outras entidades												
D7113	Segurança Social												
D7114	Administração regional												
D7115	Administração local												
D712	Entidades do setor não lucrativo												
D713	Famílias												
D714	Outras												
D72	Subsídios de capital												
D8	Outras despesas de capital												
D9	Despesa com ativos financeiros												
D10	Despesa com passivos financeiros												
	Total	220 765,67	56 198 838,00		50 716 351,61	37 004 375,67	220 756,15	35 980 119,91	36 200 876,06	13 711 975,94	803 499,61	0,39	64,02

Em Ponta Delgada

A Responsável pela elaboração: A Administradora

Em 17 março de 2026

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão

Em 17 março de 2026

7.4 Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Rubrica Orçamental	Forma de Realização	Fonte de Financiamento				Datas		Montante Previsto			Montante Executado			Nível de Execução Financeira Anual (%)	Nível de Execução Financeira Anual (%)
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim	Ano 2025	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano 2025	Total		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)=(12)+(13)	(15)	(16)	(17)=(15)+(16)	(18)=(16)/(12)	(19)=(17)/(14)
Total					0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%

Em Ponta Delgada

A Responsável pela elaboração: A Administradora

Em 17 março de 2026

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão

Em 17 março de 2026

7.5 Anexo às Demonstrações Orçamentais em 31 de dezembro de 2025

As presentes demonstrações orçamentais foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da Norma de Contabilidade Pública n.º 26 (NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental).

As demonstrações orçamentais visam a divulgação de informação verdadeira e apropriada sobre a execução orçamental, o cumprimento de obrigações legais ou outras regras impostas externamente.

As presentes demonstrações orçamentais referem-se ao período de 1/1/2025 a 31/12/2025 e estão apresentadas em euros.

Segundo a Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, até à plena entrada em vigor da Lei de Enquadramento Orçamental, as entidades sujeitas à aplicação do SNC-AP não estão obrigadas a entregar as demonstrações orçamentais previsionais prevista na NCP 26.

1. Alterações orçamentais da receita

As alterações orçamentais na receita, que ocorreram em 2025, resultaram de:

- integração do saldo de gerência do ano anterior, no montante total de 12.085.611 euros (a diferença para o saldo efetivo da gerência anterior deve-se a arredondamentos nas diversas parcelas das alterações orçamentais);
- receitas provenientes da Administração Central, não previstas em orçamento, no valor de 1.705.324 euros: 1.500.000 euros referentes ao contrato-programa DGES, celebrado em 2023, previstos inicialmente como outras receitas correntes; 205.324 euros relativos ao financiamento dos CTeSP;
- receitas, não previstas em orçamento, para projetos e bolsas de mobilidade, no valor de 374.302 euros; 289.756 euros relativos a receitas destinadas a projetos PRR; 226.928 euros de receitas provenientes de entidades pertencentes à Administração Regional; 124.936 euros de receitas provenientes da FCT;
- Reembolso do IVA suportado na construção das novas residências universitárias, não previsto em orçamento, no montante de 161.718 euros.

O quadro seguinte apresenta as alterações orçamentais da receita do período findo em 31 de dezembro de 2025, desagregadas pelas respetivas rubricas orçamentais:

Rubrica	Descrição	Tipo	Alterações Orçamentais				Receita		Observações
			Previsões Iniciais	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Créditos Especiais	Previsões Corrigidas		
			(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)	
	Receita corrente		31 649 967,00	3 278 454,00	1 612 513,00	614 739,00	33 930 647,00		
R1	Receita fiscal								
R11	Impostos diretos								
R12	Impostos indiretos								
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde								
R3	Taxas, multas e outras penalidades		3 157 300,00	125 346,00	27 168,00		3 255 478,00		
R4	Rendimentos de propriedade			345 942,00	172 971,00		172 971,00		
R5	Transferências e subsídios correntes		25 976 258,00	2 704 133,00	934 227,00	614 739,00	28 360 903,00		
R51	Transferências correntes		25 976 258,00	2 704 133,00	934 227,00	614 739,00	28 360 903,00		
R511	Administrações Públicas		23 766 868,00	2 289 463,00	584 139,00	592 721,00	26 064 913,00		
R5111	Administração Central - Estado		20 856 638,00	1 715 020,00	11 067,00	99 629,00	22 660 220,00		
R5112	Administração Central - Outras entidades		171 232,00	198 245,00	196 874,00	266 164,00	438 767,00		
R5113	Segurança Social								
R5114	Administração Regional		1 385 226,00	372 418,00	374 198,00	226 406,00	1 609 852,00		
R5115	Administração Local		1 353 772,00	3 780,00	2 000,00	522,00	1 356 074,00		
R512	Exterior - UE		2 129 890,00	349 988,00	350 088,00	22 018,00	2 151 808,00		
R513	Outras		79 500,00	64 682,00			144 182,00		
R52	Subsídios correntes								
R6	Venda de bens e serviços		492 809,00	87 276,00			580 085,00		
R7	Outras receitas correntes		2 023 600,00	15 757,00	478 147,00		1 561 210,00		
	Receita de capital		9 932 160,00	264 894,00	225 511,00	12 296 648,00	22 268 191,00		
R8	Venda de bens de investimento								
R9	Transferências de capital		9 926 960,00	225 511,00	225 511,00	211 037,00	10 137 997,00		
R91	Transferências e subsídios de capital		9 926 960,00	225 511,00	225 511,00	211 037,00	10 137 997,00		
R911	Administrações Públicas		9 926 960,00	225 511,00	225 511,00	211 037,00	10 137 997,00		
R9111	Administração Central - Estado								
R9112	Administração Central - Outras entidades		9 926 960,00	225 511,00	225 511,00	211 037,00	10 137 997,00		
R9113	Segurança Social								
R9114	Administração Regional								
R9115	Administração Local								
R912	Exterior - UE								
R913	Outras								
R92	Subsídios de capital								
R10	Outras receitas de capital								
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos		5 200,00	39 383,00			44 583,00		
R12	Receita com ativos financeiros								
R13	Receita com passivos financeiros								
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais					12 085 611,00	12 085 611,00		
	Total		41 582 127,00	3 543 348,00	1 838 024,00	12 911 387,00	56 198 838,00		

2. Alterações orçamentais da despesa

O quadro seguinte apresenta as alterações orçamentais da despesa do período findo em 31 de dezembro de 2025, desagregadas pelas respetivas rubricas orçamentais:

Rubrica	Descrição	Tipo	Alterações Orçamentais				Dotações Corrigidas	Observações
			Dotações Iniciais	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Créditos Especiais		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)	
	Despesa corrente		30 104 669,00	7 475 140,00	6 898 598,00	10 157 847,00	40 839 058,00	
D1	Despesas com o pessoal		24 727 826,00	3 902 367,00	5 273 378,00	3 352 236,00	26 709 051,00	
D11	Remunerações certas e permanentes		19 888 539,00	1 667 490,00	2 478 738,00	1 367 289,00	20 444 580,00	
D12	Abonos variáveis ou eventuais		207 863,00	234 485,00	19 873,00		422 475,00	
D13	Segurança Social		4 631 424,00	2 000 392,00	2 774 767,00	1 984 947,00	5 841 996,00	
D2	Aquisição de bens e serviços		4 668 423,00	2 072 905,00	1 099 745,00	3 985 519,00	9 627 102,00	
D3	Juros e outros encargos							
D4	Transferências e subsídios correntes		594 520,00	159 498,00	58 842,00	763 398,00	1 458 574,00	
D41	Transferências correntes		594 520,00	159 498,00	58 842,00	763 398,00	1 458 574,00	
D411	Administrações Públicas		170 000,00	36 334,00			206 334,00	
D4111	Administração Central - Estado							
D4112	Administração Central - Outras entidades		170 000,00	36 334,00			206 334,00	
D4113	Segurança Social							
D4114	Administração Regional							
D4115	Administração Local							
D412	Entidades do setor não lucrativo		12 500,00				12 500,00	
D413	Famílias		412 020,00	123 164,00	58 842,00	763 398,00	1 239 740,00	
D414	Outras							
D42	Subsídios correntes							
D5	Outras despesas correntes		113 900,00	1 340 370,00	466 633,00	2 056 694,00	3 044 331,00	
	Despesa de capital		11 477 458,00	2 408 962,00	1 280 180,00	2 753 540,00	15 359 780,00	
D6	Aquisição de bens de capital		11 477 458,00	2 408 962,00	1 280 180,00	2 753 540,00	15 359 780,00	
D7	Transferências e subsídios de capital							
D71	Transferências de capital							
D711	Administrações Públicas							
D7111	Administração Central - Estado							
D7112	Administração Central - Outras entidades							
D7113	Segurança Social							
D7114	Administração Regional							
D7115	Administração Local							
D712	Entidades do setor não lucrativo							
D713	Famílias							
D714	Outras							
D72	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital							
D09	Despesa com ativos financeiros							
D10	Despesa com passivos financeiros							
Total			41 582 127,00	9 884 102,00	8 178 778,00	12 911 387,00	56 198 838,00	

3. Alterações ao plano plurianual de investimentos

A Universidade dos Açores não dispõe de plano plurianual de investimentos.

4. Operações de tesouraria

O quadro abaixo, relativo às operações de tesouraria, apresenta as operações que geraram influxos ou exfluxos de caixa, que tiveram expressão na tesouraria, mas não representaram operações de execução orçamental, não sendo consideradas receita ou despesa orçamental:

Códigos das Contas	Designação	Códigos das Contas	Designação	Saldo			Saldo Final
				Inicial	Recebimentos	Pagamentos	
071	Recebimentos por operações de tesouraria	072	Pagamentos por operações de tesouraria				
0711	Intermediação de fundos	0721	Intermediação de fundos				
0712	Cobrança de receita por conta de outrem	0722	Entrega de receita cobrada por conta de outrem				
07121	Receita fiscal	07221	Receita Fiscal				
071211	Autarquias Locais	072211	Autarquias Locais				
071212	Entidade Contabilística Estado	072212	Entidade Contabilística Estado				
071213	Região Autónoma Açores	072213	Região Autónoma Açores				
071214	Região Autónoma Madeira	072214	Região Autónoma Madeira				
071219	Outras entidades beneficiárias	072219	Outras entidades beneficiárias				
07122	Receita não fiscal	07222	Receita não fiscal				
0713	Constituição e reforço de cauções e garantias	0723	Devolução de cauções e garantias				
0714	Cobrança de recursos próprios europeus	0724	Entrega de recursos próprios europeus				
0715	Receção de receitas próprias - duplo cabimento	0725	Entrega de receitas próprias - duplo cabimento				
0716	Retenções - Transição para o SNC-AP	0726	Retenções - Transição para o SNC-AP				
		0728	Conversão de op. de tesouraria em receita orçamental				
0719	Outras receitas de operações tesouraria	0729	Outras despesas de operações de tesouraria	634 704,37	1 373 554,49	783 447,50	1 224 811,36
Total				634 704,37	1 373 554,49	783 447,50	1 224 811,36

As operações de tesouraria realizadas referem-se a operações que ficam provisoriamente pendentes a aguardar informações adicionais para a sua correta classificação orçamental.

5. Contratação administrativa

5.1 Adjudicações por tipo de procedimento

As adjudicações efetuadas em 2025, resumidas por tipo de procedimento de adjudicação, são apresentadas no quadro seguinte:

Tipo de Contrato	Adjudicações por tipo de Procedimento											
	Concurso Público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de Negociação		Diálogo Concorrencial		Ajuste Direto		Total	
	Nr.º dos Contratos	Preço Contratual	Nr.º dos Contratos	Preço Contratual	Nr.º dos Contratos	Preço Contratual	Nr.º dos Contratos	Preço Contratual	Nr.º dos Contratos	Preço Contratual	Nr.º dos Contratos	Preço Contratual
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
Empreitada de obras públicas	7	16 713 608,49							9	360 922,15	16	17 074 530,64
Aquisição de serviços	1	3 600,00							100	3 283 094,92	101	3 286 694,92
Locação ou aquisição de bens móveis	1	128 395,00							46	804 211,17	47	932 606,17
Concessão de obras públicas												
Concessão de serviços públicos												
Sociedade												
Outros												

5.2 Situação dos contratos

Os contratos celebrados em 2025 ou em períodos anteriores e que foram objeto de execução financeira em 2025 são apresentados no quadro seguinte:

Entidade	NIPC	Tipo	ID	Objeto	Data	Valor do Contrato (€)	Preço Contratual (€)	Prazo de Execução	Início da Execução (Data)	Precedimento de Contratação	Início da execução financeira	Pagamentos no Período (€)		Pagamentos Acumulados (€)		Observações
												Trabalhos Normais	Trabalhos Normais	Trabalhos Normais	Trabalhos Normais	
Soltes E Impregnat Lda	5120356	Emprego de obras públicas	739282	Emprego de Impregnat. de cobertura de edifício afeto ao BICA, sito no campus de FCP.	2025-07-31	21.594,24	21.594,24	30	2025-09-11	Aperto Directo	2025-09-14	17.803,84	17.803,84			
Filipe José Gonçalves da Silva Pires Fernandes	25222499	Aplicação de serviços	772626	Aplicação de serviços de manutenção de terraço	2025-08-14	4.000,00	4.000,00	265	2025-07-12	Aperto Directo	2025-08-31	4.000,00	4.000,00			Resolução do contrato com efeitos a 05 de outubro de 2025
Marcos Filipe Pereira Silva	25222743	Aplicação de serviços	778284	Manutenção de serviços de manutenção de terraço	2025-08-12	5.000,00	5.000,00	140	2025-08-13	Aperto Directo	2025-09-30	5.000,00	5.000,00			
João Manuel Gonçalves Lima	2161842	Aplicação de serviços	778626	Manutenção de serviços de manutenção de terraço	2025-08-14	8.000,00	8.000,00	123	2025-08-28	Aperto Directo	2025-09-30	8.000,00	8.000,00			
Polígono Lusitano	33253831	Aplicação de serviços	778758	Manutenção de serviços de manutenção de terraço	2025-08-18	17.100,00	17.100,00	345	2025-08-28	Aperto Directo	2025-09-30	17.100,00	17.100,00			
Mobilizações	33823126	Aplicação de serviços	778769	Aplicação de serviços de manutenção de terraço. Obras de regularização hidrográfica de AGRADIA	2025-08-14	4.500,00	4.500,00	113	2025-08-28	Aperto Directo	2025-09-30	4.500,00	4.500,00			
ACON - Consultores Lda	51123540	Aplicação de serviços	779078	Aplicação de serviços de avaliação de risco de poluição em centros públicos em regime de RUP	2025-04-26	200,12	200,12	1.094	2025-04-01	Aperto Directo	2025-09-13	200,00	200,00			
SO5 - Sociedade Gestora de Superfícies, S.A.	50042740	Aplicação de serviços	780774	Aplicação de serviços de análise química (tratar amostra em 387 amostras)	2025-09-01	18.490,00	18.490,00	29	2025-09-02	Contratação Escalada	2025-09-09	18.490,00	18.490,00			Aplicação ao abrigo da Contratação Escalada (previsto no regime da Contratação Administrativa)
IMAR - Instituto de Mar	50773643	Aplicação de serviços	785248	Aplicação de serviços de teste, operação e gestão de equipamentos de monitorização de água. P. 1.000.000.000	2025-09-16	27.284,21	27.284,21	61	2025-09-17	Contratação Escalada	2025-09-23	27.284,21	27.284,21			Aplicação ao abrigo da Contratação Escalada (previsto no regime da Contratação Administrativa)
ACON CONSULTORES/CONSTRUTORES/AGENCIAMENTO S.L.	90043336	Aplicação de bens	785834	Aplicação de bens de obra de Manutenção e Reparação de Infraestruturas	2025-08-29	5.488,25	5.488,25	59	2025-08-29	Contratação Escalada	2025-09-16	5.488,25	5.488,25			Aplicação ao abrigo da Contratação Escalada (previsto no regime da Contratação Administrativa)
Antonio José Duarte Alves, S.L. Lda	51829478	Emprego de obras públicas	781210	Alarms, sensores e Porta Aberto	2025-09-13	33.737,00	33.737,00	180	2025-09-21	Consulta Prévia	2025-10-28	33.737,00	33.737,00			Aplicação ao abrigo da Consulta Prévia (previsto no regime da Contratação Administrativa)
AMBOSID Empre	51829760	Aplicação de serviços	781212	Aplicação de serviços de instalação de sistemas de segurança	2025-09-17	39.148,00	39.148,00	1.094	2025-09-21	Aperto Directo	2025-10-13	39.148,00	39.148,00			Aplicação ao abrigo da Consulta Prévia (previsto no regime da Contratação Administrativa)
Simão Oliveira & Filhos, Lda	51829791	Aplicação de bens	781213	Aplicação de equipamentos médicos - esterilizadores para o laboratório de prática orientada do Estado	2025-09-08	40.254,00	40.254,00	40	2025-09-09	Consulta Prévia	2025-10-13	40.254,00	40.254,00			Aplicação ao abrigo da Consulta Prévia (previsto no regime da Contratação Administrativa)
Labett - Soluções Para Laboratórios, Lda	50927321	Aplicação de bens	782081	Aplicação de bens incubadoras de 75L, com ventilação normal e single display	2025-09-08	7.040,00	7.040,00	40	2025-09-09	Aperto Directo	2025-10-13	7.040,00	7.040,00			Aplicação ao abrigo da Contratação Escalada (previsto no regime da Contratação Administrativa)
Isabelina Ivo Pereira de Sá	30482347	Aplicação de serviços	782082	Manutenção de serviços de manutenção de terraço	2025-08-26	17.927,00	17.927,00	145	2025-08-28	Aperto Directo	2025-09-09	17.927,00	17.927,00			Aplicação ao abrigo da Contratação Escalada (previsto no regime da Contratação Administrativa)
Martina Sousa Ferreira de Barros	33207232	Aplicação de serviços	782083	Manutenção de serviços de manutenção de terraço	2025-09-04	7.024,16	7.024,16	145	2025-09-08	Aperto Directo	2025-09-30	7.024,16	7.024,16			Aplicação ao abrigo da Contratação Escalada (previsto no regime da Contratação Administrativa)
Isabelina Ivo Pereira de Sá	21964142	Aplicação de serviços	781124	Manutenção de serviços de manutenção de terraço	2025-09-05	8.441,42	8.441,42	189	2025-09-08	Aperto Directo	2025-09-30	8.441,42	8.441,42			Aplicação ao abrigo da Contratação Escalada (previsto no regime da Contratação Administrativa)
Mariana Antunes de Castro	25224828	Aplicação de serviços	781344	Manutenção de serviços de manutenção de terraço	2025-09-14	5.048,99	5.048,99	195	2025-09-17	Aperto Directo	2025-10-30	5.048,99	5.048,99			Aplicação ao abrigo da Contratação Escalada (previsto no regime da Contratação Administrativa)
João Manuel Gonçalves Lima	25822286	Aplicação de serviços	781345	Manutenção de serviços de manutenção de terraço	2025-09-15	8.441,42	8.441,42	189	2025-09-18	Aperto Directo	2025-10-30	8.441,42	8.441,42			Aplicação ao abrigo da Contratação Escalada (previsto no regime da Contratação Administrativa)
Manuel António Pires	28824292	Aplicação de serviços	781346	Manutenção de serviços de manutenção de terraço	2025-09-16	5.976,83	5.976,83	75	2025-09-20	Aperto Directo	2025-10-30	5.976,83	5.976,83			Aplicação ao abrigo da Contratação Escalada (previsto no regime da Contratação Administrativa)
Filipe Duarte - Consultores e Investimentos, Lda	51238540	Aplicação de bens	781926	Aplicação de dispositivos regulados em câmaras, esterilizadores e incubadoras, bem como	2025-09-17	8.670,00	8.670,00	40	2025-09-17	Contratação Escalada	2025-10-09	8.670,00	8.670,00			Aplicação ao abrigo da Contratação Escalada (previsto no regime da Contratação Administrativa)
SO5 - Sociedade Gestora de Superfícies, S.A.	50042740	Aplicação de serviços	781927	Aplicação de serviços de manutenção de terraço	2025-09-17	7.040,00	7.040,00	40	2025-09-17	Contratação Escalada	2025-10-23	7.040,00	7.040,00			Aplicação ao abrigo da Contratação Escalada (previsto no regime da Contratação Administrativa)
IMAR - Instituto de Mar	50773643	Aplicação de serviços	781928	Manutenção de serviços de manutenção de terraço	2025-09-17	7.040,00	7.040,00	40	2025-09-17	Contratação Escalada	2025-10-23	7.040,00	7.040,00			Aplicação ao abrigo da Contratação Escalada (previsto no regime da Contratação Administrativa)
Angus Travel - Agência de Viagens e Turismo, Lda	51203306	Aplicação de bens	803637	Aplicação de bens de aplicação de viagens para o laboratório de prática orientada do Estado	2025-11-11	74.400,00	74.400,00	180	2025-10-13	Consulta Prévia	2025-12-09	74.400,00	74.400,00			Aplicação ao abrigo da Consulta Prévia (previsto no regime da Contratação Administrativa)
IMAR - Instituto de Mar	51203306	Aplicação de bens	803638	Aplicação de bens de aplicação de viagens para o laboratório de prática orientada do Estado	2025-11-11	74.400,00	74.400,00	180	2025-10-13	Consulta Prévia	2025-12-09	74.400,00	74.400,00			Aplicação ao abrigo da Consulta Prévia (previsto no regime da Contratação Administrativa)
IMAR - Instituto de Mar	51203306	Aplicação de bens	803639	Aplicação de bens de aplicação de viagens para o laboratório de prática orientada do Estado	2025-11-11	74.400,00	74.400,00	180	2025-10-13	Consulta Prévia	2025-12-09	74.400,00	74.400,00			Aplicação ao abrigo da Consulta Prévia (previsto no regime da Contratação Administrativa)
Termino Maria Rodrigues Gonçalves	27622147	Aplicação de serviços	781210	Manutenção de serviços de manutenção de terraço	2025-09-20	16.000,00	16.000,00	306	2025-09-21	Aperto Directo	2025-10-31	16.000,00	16.000,00			Aplicação ao abrigo da Contratação Escalada (previsto no regime da Contratação Administrativa)
Luís Margarida Torres Teixeira	22662095	Aplicação de serviços	781211	Manutenção de serviços de manutenção de terraço	2025-09-20	5.744,12	5.744,12	61	2025-10-02	Aperto Directo	2025-10-31	5.744,12	5.744,12			Aplicação ao abrigo da Contratação Escalada (previsto no regime da Contratação Administrativa)
Verónica Mariana Silva Pereira	21443545	Aplicação de serviços	804761	Manutenção de serviços de manutenção de terraço	2025-11-17	8.441,42	8.441,42	181	2025-11-17	Aperto Directo	2025-12-13	8.441,42	8.441,42			Aplicação ao abrigo da Contratação Escalada (previsto no regime da Contratação Administrativa)
Mateus António Aguiar - Lda & Cipa, Unipessoal Lda	51330113	Aplicação de serviços	802270	Manutenção de serviços de manutenção de terraço	2025-11-20	5.700,00	5.700,00	211	2025-12-01	Contratação Escalada	2025-12-19	5.700,00	5.700,00			Aplicação ao abrigo da Contratação Escalada (previsto no regime da Contratação Administrativa)

6. Transferências e subsídios

6.1 Transferências e subsídios - despesa

As transferências e subsídios correntes concedidos em 2025 são apresentados no quadro seguinte:

Tipo de Despesa	Disposições Legais	Finalidade	Entidade Beneficiária	Despesas Orçament.	Despesas Autorizadas	Despesas Pagas	Despesas Autorizadas e não Pagas	Devolução de Transf./Subs. ocorrida no Exercício	Observações
Transferências correntes									
040305 - Serviços e Fundos autónomos		Apoio aos SAGE	Serviço de Apoio Social Escolar	184 932,00	184 932,00	184 932,00			
040701 - Instituições sem fins lucrativos		Apoio à AAJA	Associação Académica da Universidade dos Açores	12 500,00	10 000,00	10 000,00			
040305 - Serviços e Fundos autónomos		Transferências verbas projeto	Fundação Gaspar Frutuoso	21 402,00	17 330,25	17 330,25			
040802 - Outras		Bolsas de mobilidade		520,00	116,61		116,61		
040802 - Outras		Bolsas a Estudantes Inscrições em Ciclos de Estudos Conducentes à Habilitação		20 910,00	19 516,00	19 516,00			
040802 - Outras		Bolsas de mobilidade		2 745,00	2 745,00				
040802 - Outras		Bolsas de mobilidade Erasmus		396 154,00	396 153,93	142 944,80	253 207,13		
040802 - Outras		Bolsas de mobilidade Erasmus		583 533,00	555 414,50	195 377,70	360 036,80		
040802 - Outras		Bolsas de estudo		89 531,00	53 144,35	1 750,00	51 394,35		
040802 - Outras		Bolsas de mobilidade/estudo		132 154,00	95 955,48	31 444,54	64 518,92		
040802 - Outras		Bolsas de Investigação		16 171,00	16 161,02	16 161,02			
Total transferências correntes				1 458 574,00	1 351 510,14	622 236,33	729 273,81		
Transferências de capital									
Total transferências de capital									
Subsídios									
Total subsídios									

6.2 Transferências e subsídios - receita

As transferências e subsídios correntes e de capital obtidos em 2025 são apresentados no quadro seguinte:

Tipo de Despesa	Disposições Legais	Finalidade	Entidade Financiadora	Receita Prevista	Receita Recebida	Receita Prevista e não Recebida	Devolução de Transf./Subs. ocorrida no Exercício	Observações
Transferências correntes								
060301 - Estado		Requisição de Fundos	Agência Gestora do Tesouro e da Dívida Pública	21 703 130,00	21 703 130,00			
060304 - Estado - Partic. comunitária em projetos co-financiados		Projetos de investigação	Fundação para a Ciência e a Tecnologia	5 528,00	5 528,00		0,24	
060307 - Serviços e Fundos autónomos		Pagamento de bolsas de doutoramento	Universidade Nova de Lisboa	189 643,20	189 643,20		0,80	
060307 - Serviços e Fundos autónomos		Projetos de investigação	Universidade da Madeira	35 000,00	28 233,98	6 766,02		
060307 - Serviços e Fundos autónomos		Projetos de investigação	Universidade da Madeira	7 156,00	7 156,86	0,14		
060301 - Estado		Bolsas e Estúdios Inscrições em Ciclos de Estudos Conducentes à Habilitação Profissional para a Docência	Direção Geral do Ensino Superior	20 910,00	20 910,00			
060306 - Estado - Partic. comunitária em projetos co-financiados		Restituição IVA projetos PRR	Direção Geral do Ensino Superior	4 370,00	4 169,81	0,19		
060307 - Serviços e Fundos autónomos		Restituição IVA PNADES	Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação	141 718,00	141 717,24	0,76		
060310 - SFA - Partic. comunitária em projetos co-financiados		Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas		420,00	420,00			
060901 - União Europeia - Instituições		Projetos de investigação	Agência para o Desenvolvimento e Coesão LP	119 442,41	119 442,41			
060901 - União Europeia - Instituições		Projetos de investigação	Outras Entidades	320 157,69		320 157,69		
060901 - União Europeia - Instituições		Projetos de investigação	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas	2 380,00		2 380,00		
060901 - União Europeia - Instituições		Projetos de investigação	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	93 388,32	93 388,32			
060901 - União Europeia - Instituições		Projetos de investigação	Universitê Le Havre Normand (ULHN)	539 228,00	539 228,00			
060901 - União Europeia - Instituições		Projetos de investigação	Instituto Nacional de Geofísica e Vulcanologia	22 213,08	22 213,08			
060901 - União Europeia - Instituições		Projetos de investigação	Circular Bio, Lda	5 196,18	5 196,18			
060901 - União Europeia - Instituições		Bolsas de mobilidade	Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação	43 712,00	43 712,00			
060901 - União Europeia - Instituições		Projetos de investigação	Submarine Network for Blue Growth ENVV	6 750,00	6 750,00			
060901 - União Europeia - Instituições		Projetos de investigação	CETAF	1 300,95	1 300,95			
060901 - União Europeia - Instituições		Projetos de investigação	Universitat Autònoma de Barcelona	4 922,40	4 922,40			
060901 - União Europeia - Instituições		Projetos de investigação	Universidade de Évora	991,83	991,83			
060901 - União Europeia - Instituições		Projetos de investigação	Centro de Estudos Sociais - CES	107 329,40	107 329,40			
060901 - União Europeia - Instituições		Projetos de investigação	CIRAD	71 370,00	71 370,00			
060901 - União Europeia - Instituições		Projetos de investigação	Universitãtes Transilvania din Braşov	15 120,00	15 120,00			
060901 - União Europeia - Instituições		Bolsas de mobilidade	Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação	143 320,40	143 320,40			
060901 - União Europeia - Instituições		Projetos de investigação						

Tipo de Despesa	Disposições Legais	Finalidade	Entidade Financiadora	Receita Prevista	Receita Recebida	Receita Prevista e não Recebida	Devolução de Transf./Subs. ocorrida no Exercício	Observações
	(1)	(2)		(4)	(5)	(6)=(4)-(5)	(7)	(8)
060901 - União Europeia - Instituições		Projetos de Investigação	ELKE UOP University of Peloponnese	12 029,40	12 029,40			
060901 - União Europeia - Instituições		Projetos de Investigação	Submarine Network for Blue Growth EWIV	44 679,38	44 679,38			
060901 - União Europeia - Instituições		Projetos de Investigação	INESC TEC - Inst. Eng. Syst. Technol. e Ciência	20 088,38	20 088,38			
060901 - União Europeia - Instituições		Projetos de Investigação	Submarine Network for Blue Growth EWIV	4 124,25	4 124,25			
060901 - União Europeia - Instituições		Projetos de Investigação	Centro de Estudos Sociais - CES	29 899,75	29 899,75			
060901 - União Europeia - Instituições		Projetos de Investigação	Hogskolan Pa Vestlandet (HVL)	41 439,00	41 439,00			
060901 - União Europeia - Instituições		Projetos de Investigação	Istituto Nazionale di Geofisica e Vulcanologia	8 756,00	8 756,00			
060901 - União Europeia - Instituições		Projetos de Investigação	Istituto Nazionale di Geofisica e Vulcanologia	41 664,00	41 664,00			
060901 - União Europeia - Instituições		Projetos de Investigação	Universidad de Las Palmas de Gran Canaria ULPGC	25 815,98	25 815,98			
060901 - União Europeia - Instituições		Projetos de Investigação	Marine Institute MI	118 398,77	118 398,75		0,64	
060901 - União Europeia - Instituições		Projetos de Investigação	Universidade da Madeira	29 170,40	29 170,40			
060901 - União Europeia - Instituições		Projetos de Investigação	S.Pro - Sustainable Projects OMBH SPRD	21 937,53	21 937,53			
060904 - União Europeia - Países-Membros		Projetos de Investigação	Bent Balatonai Névtudományi Egyesület	29 400,00	29 400,00			
060306 - Estado - Partícip. comunitária em projectos co-financiados		Projetos PRR	Direção Geral do Ensino Superior	926 479,00	76 547,37		851 931,63	
060311 - Serviços e fundos autónomos - Participação comunitária em projectos co-financiados		Projetos PRR	Universidade de Coimbra	44 829,00	44 828,22		0,78	
060102 - Privadas		Atribuição de bolsas de estudo/Projetos	Fundación Bancaria Caixa Estal i Pens de Barcelona	31 182,00	31 182,00			
060102 - Privadas		Atribuição de bolsas de estudo	Grupo Iba Verde - Rega, Clima e Turismo, Lda.	1 000,00	1 000,00			
060201 - Bancos e outras instituições financeiras		Projetos	Fundación Universia	2 500,00	2 500,00			
060201 - Bancos e outras instituições financeiras		Projetos	Novo Banco dos Açores, SA	5 000,00	5 000,00			
060201 - Bancos e outras instituições financeiras		Atribuição de bolsas de estudo	Fundação Santander Portugal	12 000,00	12 000,00			
060201 - Bancos e outras instituições financeiras		Atribuição de bolsas de estudo/Projetos	Outros	40 500,00			40 500,00	
060701 - Instituições sem fins lucrativos		Colabora Air Centre	AD Air Centre - Ass. p/ Desenv. do Atlântico Inter. Research Centre	35 000,00	35 000,00			
060905 - Países terceiros e organizações internacionais		Outros	Outros	17 000,00			17 000,00	
060401 - Região Autónoma dos Açores		Projetos de Investigação	Direção Reg. Ciência, Inovação e Desenvolvimento	231 249,61	231 249,60		0,01	
060401 - Região Autónoma dos Açores		Projetos de Investigação	FRCT - Fundo Regional Ciência e Tecnologia	113 814,00	113 814,00			
060401 - Região Autónoma dos Açores		Apoio para realização de Colóquio	FORA - Secretaria Geral	1 600,00	1 600,00			
060401 - Região Autónoma dos Açores		Projetos de Investigação	Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática	252 569,28	252 569,28			
060401 - Região Autónoma dos Açores		Projetos de Investigação	SRMP - Direção Regional das Pescas	56 619,11	56 619,11			
060502 - Região Autónoma dos Açores		Projetos de Investigação	Câmara Municipal de Angra do Heroísmo	4 302,00	4 302,00			
060401 - Região Autónoma dos Açores		Apoio ao desenvolvimento tripartite da Universidade dos Açores	Direção Reg. Ciência, Inovação e Desenvolvimento	952 000,00	952 000,00			
060502 - Região Autónoma dos Açores		Apoio para construção de Residência de Angra	Câmara Municipal de Angra do Heroísmo	207 200,18	207 200,18			
060502 - Região Autónoma dos Açores		Apoio para construção de Residência de Ponta Delgada	Câmara Municipal de Ponta Delgada	500 000,00	500 000,00			
060502 - Região Autónoma dos Açores		Outros projetos	Câmara Municipal de Vila Franca do Campo	2 700,00	2 700,00			
060502 - Região Autónoma dos Açores		Apoio para construção de Residência da cidade da Horta	Município da Horta	250 000,00	250 000,00			
060502 - Região Autónoma dos Açores		Outros projetos	Câmara Municipal da Horta	750,00	750,00			
060502 - Região Autónoma dos Açores		Outros apoios	Outros	391 121,82			391 121,82	
Total transferências correntes		-	-	28 360 903,00	26 733 422,38		1 627 480,62	
Transferências de capital								
100308 - Serviços e fundos autónomos		Emprego Científico	Fundação para a Ciência e a Tecnologia	711 080,00	711 579,71 €		0,29	
100308 - Serviços e fundos autónomos		Projetos de Investigação	Fundação para a Ciência e a Tecnologia	757 243,00	746 779,06		10 463,94	
100308 - Serviços e fundos autónomos		Projetos de Investigação	Fundação Gaspar Frutuoso	149 282,00	149 281,22		0,78	
100310 - Serviços e fundos autónomos - Participação comunitária em projectos co-financiados		Bolsa de mobilidade	Fundação para a Ciência e a Tecnologia	2 765,00	2 765,00			
100308 - Serviços e fundos autónomos		Projetos PRR	IAPMEI - Agência Competitividade e Inovação	97 218,00	97 217,08		0,92	
100308 - Serviços e fundos autónomos		Residências	Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação	8 306 088,00	6 579 328,20		1 726 759,80	
100308 - Serviços e fundos autónomos		Projetos PRR	Instituto Superior de Agronomia do UL	26 059,00	26 058,07		0,93	
100310 - Serviços e fundos autónomos - Participação comunitária em projectos co-financiados		Projetos PRR	Fundação para a Ciência e a Tecnologia	87 766,00	87 768,43		1,67	
Total transferências de capital		-	-	10 137 997,00	8 400 764,77		1 737 232,23	
Subsídios								
Total subsídios		-	-	-	-			

CAPÍTULO III

DOCUMENTOS DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO



1. Certificação Legal de Contas
2. Relatório e Parecer do Fiscal Único

Certificação Legal de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Universidade dos Açores** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 72.368.637 euros e um total de fundos próprios de 50.484.351 euros, incluindo um resultado líquido de 2.890.048 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Universidade dos Açores** em 31 de dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;

Audit | Tax | Consulting

- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 51.047.512 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 36.200.876 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

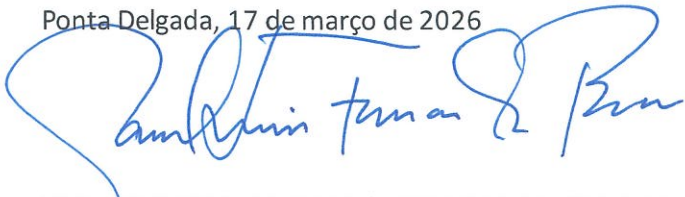
O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de atividades

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras e demonstrações orçamentais auditadas, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 17 de março de 2026



UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

(n.º 164 e registada na CMVM com o n.º 20161471)

Representada por:

Manuel Luís Fernandes Branco

(n.º 652 e registado na CMVM com o n.º 20160296)

Relatório e Parecer do Fiscal Único

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Conselho Geral,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente os documentos de Prestação de Contas Separadas da **Universidade dos Açores** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as quais compreendem as demonstrações financeiras que inclui o balanço, as demonstrações dos resultados por natureza, das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras e, também, as demonstrações orçamentais que inclui uma demonstração de desempenho orçamental, da execução orçamental da receita e da despesa e o anexo às demonstrações orçamentais, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros legalmente exigidos, indicando de forma clara a evolução passada e previsível da atividade da Entidade, que estará sujeita a alguns constrangimentos derivados da insuficiência das dotações atribuídas pelo Orçamento do Estado, que são consideradas escassas para as efetivas necessidades do seu funcionamento e desenvolvimento.
3. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho de Gestão todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.

Audit | Tax | Consulting

Em face do trabalho desenvolvido, cuja Certificação Legal das Contas nesta data emitida é parte integrante, somos de parecer que se aprove os documentos de Prestação de Contas da **Universidade dos Açores** para o período findo em 31 de dezembro de 2025, bem como a aplicação dos resultados proposta.

Ponta Delgada, 17 de março de 2026



UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

(n.º 164 e registada na CMVM com o n.º 20161471)

Representada por:

Manuel Luís Fernandes Branco

(n.º 652 e registado na CMVM com o n.º 20160296)

DECLARAÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, RELATIVAS À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS E AOS PAGAMENTOS EM ATRASO DAS ENTIDADES PÚBLICAS



- 1.** Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2025
- 2.** Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2025
- 3.** Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2025

Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2025

Ministério: **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO**

Entidade: **UNIVERSIDADE DOS AÇORES**

Montante total de compromissos plurianuais: **€ 12.037.233,95**

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da LCPA, declaro que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de Dezembro de 2025, se encontram devidamente registados na base de dados central da entidade responsável pelo controlo da execução orçamental, pelos seguintes montantes globais:

Ano	Montante
2026	11.398.841,47€
2027	357.397,17€
2028	280.995,31€

28 de Janeiro de 2026.

Assinado por: **SUSANA DA CONCEIÇÃO MIRANDA
SILVA MIRA LEAL**

Data: 2026.01.28 12:18:47-01'00'

Certificado por: **Diário da República**

Atributos certificados: **Reitora - Universidade dos Açores**



Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2025

Ministério: **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO**

Entidade: **UNIVERSIDADE DOS AÇORES**

Montante total de pagamentos em atraso: **€ 0,00**

Sem pagamentos em atraso a declarar.

Assinado por: **SUSANA DA CONCEIÇÃO MIRANDA
SILVA MIRA LEAL**

Data: 2026.01.28 12:18:03-01'00'

Certificado por: **Diário da República**

Atributos certificados: **Reitora - Universidade dos
Açores**

28 de Janeiro de 2026.



Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2025

Ministério: **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO**Entidade: **UNIVERSIDADE DOS AÇORES**Montante total de recebimentos em atraso: **€ 114.952,52**

Nº	Ano	Classificação Económica	Devedor NIF	Devedor Designação	Descrição	Montante	Sanções aplicáveis pelo atraso no pagamento
1	2006	070204	512022399	Associação Agrícola da Terceira	Serviços de Laboratório	11.458,15€	Juros de mora
2	2010	070204	512022399	Associação Agrícola da Terceira	Serviços de Laboratório	760,00€	Juros de mora
3	2008	070201	512093806	Alimentação Com. Rep. Prod. Alim U. Lda	Aluguer de espaços e equipamentos	798,00€	Juros de mora
4	2009	070204	812309375	António Galante	Serviços de Laboratório	102,60€	Juros de mora
5	2018	150101	512081727	Azores Parque	Reposição não abatidas nos pagamentos	25.000,00€	
6	2010	070201	503355704	Direcção de Marketing Escolar LEYA	Aluguer de espaços e equipamentos	558,60€	Juros de mora
7	2015	070201	509019315	M.A. Escola de Formação Técnica	Aluguer de espaços e equipamentos	729,01€	Juros de mora
8	2006	070201	512061254	MJU Produções Culturais	Aluguer de espaços e equipamentos	2.500,00€	Juros de mora
9	2010	070202	503976580	Ogimatech Portuga I- Cons. Emp. Inst. SA - Reditus	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	6.589,44€	Juros de mora
10	2009	070202	672000660	Tribunal Judicial de Ponta Delgada 2º Juízo	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	207,48€	
11	2010	070201	512055076	Primaz Catering	Aluguer de espaços e equipamentos	4.150,80€	Juros de mora
12	2011	070201	512055076	Primaz Catering	Aluguer de espaços e equipamentos	4.189,92€	Juros de mora
13	2012	070201	512055076	Primaz Catering	Aluguer de espaços e equipamentos	1.047,48€	Juros de mora
14	2024	070204	510361242	IGFEJ - Inst. Gestão Financ. Equip. Justiça, IP	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	139,20€	
15	2024	040122	999999999	Alunos	Propinas	23.930,96€	Juros de mora
16	2023	040122	999999999	Alunos	Propinas	4.432,15€	Juros de mora
17	2022	040122	999999999	Alunos	Propinas	5.823,15€	Juros de mora
18	2021	040122	999999999	Alunos	Propinas	1.928,99€	Juros de mora
19	2020	040122	999999999	Alunos	Propinas	4.014,81€	Juros de mora
20	2019	040122	999999999	Alunos	Propinas	7.209,19€	Juros de mora
21	2018	040122	999999999	Alunos	Propinas	6.031,09€	Juros de mora
22	2017	040122	999999999	Alunos	Propinas	1.648,50€	Juros de mora
23	2016	040122	999999999	Alunos	Propinas	1.703,00€	Juros de mora

28 de Janeiro de 2026.

Assinado por: **SUSANA DA CONCEIÇÃO MIRANDA SILVA MIRA LEAL**

Data: 2026.01.28 12:19:28-01'00'

Certificado por: **Diário da República**Atributos certificados: **Reitora - Universidade dos Açores**